

Principais notícias divulgadas por sites relacionadas a Povos e Comunidades
Tradicionais
Período de Análise: 01 a 30 de junho de 2007

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do PNUD
Sítio eletrônico do Observatório Quilombola
Sítio eletrônico do Instituto Sócio-ambiental (ISA)
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico Fundação Palmares
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Silvia A. Zimmermann

Introdução

A Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi oficialmente lançada pelo Decreto Nº6.040 de 7 de Fevereiro de 2007, pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social. Esses ocupam respectivamente a secretaria-executiva e a presidência da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, criada em agosto de 2006 com a finalidade de coordenar a elaboração e implementação da política para os povos e comunidades tradicionais, fomentando a visibilidade e o acesso desses grupos às políticas públicas.

A PNPCT tem como principal objetivo “*promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições*”(Diário Oficial da União, 2007). Dividida em 14 princípios gerais e 12 objetivos específicos, a política está basicamente estruturada em quatro grandes eixos (ISA, 2007):

- acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais;
- infraestrutura;
- inclusão social e educação diferenciada e;
- fomento à produção sustentável

Entre as questões polêmicas do decreto que instituiu a PNPCT encontram-se as definições de Povos e Comunidades tradicionais, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável. Outro aspecto a ser mencionado são as categorias das comunidades que compõem a política, visto que no momento da elaboração compunham a Comissão 15 representantes das comunidades tradicionais, além de 15 representantes de órgãos governamentais. As comunidades representadas eram: sertanejos, seringueiros, comunidades de fundo de pasto, comunidades remanescentes de quilombos, agroextrativistas da Amazônia, faxinais, pescadores artesanais, comunidades de terreiro, ciganos, pomeranos, povos indígenas, pantaneiros, quebradeiras-de-coco-babaçu, caiçaras, geraizeiros. Atualmente mais comunidades compõem esse grupo como os ribeirinhos e os vazateiros e a política deixa em aberto o reconhecimento de novas comunidades, embora a grande maioria, nos 26 estados da federação e o distrito federal, se encaixem nas categorias já citadas. Vale dizer que o decreto e os anexos que compõem a política são frutos de uma série de debates ocorridos entre 13 e 23 de setembro de 2006 nas Oficinas Regionais que aconteceram em Curitiba(PR), Cuiabá(MT), Rio Branco(AC), Belém(PA), Paulo Afonso(BA); dos debates promovidos pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e; das contribuições encaminhadas por e-mail a Comissão Nacional.

Diante dessas questões, a análise das notícias sobre povos e comunidades tradicionais encontradas na mídia selecionada, referentes ao mês de Junho, foram divididas conforme os quatro grandes eixos da PNPCT. Para dar conta da variação das notícias foram criadas mais duas divisões, uma sobre reivindicações diversas e outra referente às notícias informativas de eventos e editais do governo. Também foi feita uma divisão conforme as comunidades e povos mencionados nas notícias, para identificar a expressão que cada uma desses grupos tem recebido da mídia. A intenção é identificar como está se dando o processo de incorporação das comunidades tradicionais, para além dos movimentos indígenas e quilombolas que contam com políticas específicas.

Durante o mês de Junho identificaram-se 58 notícias sobre povos e comunidades tradicionais. Dessas, 19 tratam de conflitos em torno dos territórios tradicionais, 5 abordam questões de infraestrutura e alimentação, 3 sobre inclusão social e educação diferenciada, 4 sobre

fomento à produção sustentável, 6 apresentam reivindicações diversas, 13 promovem a divulgação de eventos ou editais do governo e 8 abordam outras questões que não foram possíveis enquadrar nos itens citados.

Quadro 1 – Brasil, notícias de Junho/2007 sobre Povos e Comunidades tradicionais.

Povos e Comunidades tradicionais	
Temáticas das notícias	Nº de notícias
Acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais - conflitos	19
Infraestrutura e alimentação	5
Inclusão social e educação diferenciada	3
Fomento à produção sustentável	4
Reivindicações diversas	6
Divulgação de eventos ou editais do governo	13
Outros	8
Total	58

Acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais

Há várias questões em torno do acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais: o reconhecimento de área de indígenas e quilombolas; a regulamentação para ação extrativista desses territórios; a retirada de invasores dos territórios; a ampliação de área de reserva; a compensação aos povos pela utilização por empresas dos territórios; a liberação de recursos pelo governo federal para indenização de desapropriação; a definição de áreas de preservação sem prejudicar populações tradicionais e; a da criação de um movimento de trabalhadores rurais com terra em oposição aos movimentos de mobilização pelos territórios tradicionais.

Nesse item destacam-se o desentendimento sobre o direito de remanescentes de quilombolas à posse de terrenos na Ilha da Marambaia, em Mangaratiba (RJ), o debate em torno do projeto de lei que regulamenta a mineração em terras indígenas na região norte do país e os impasses em torno da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, numa área atualmente ocupada por um grupo de produtores de arroz. A retirada de invasores das terras indígenas pela Polícia Federal e IBAMA em Rondônia, reserva Uru Eu Wau Wau, refere-se a outro exemplo de questão relacionada aos conflitos por território naquela região, onde é freqüente a ocupação das áreas indígenas pelos brancos.

A ampliação das reservas dos tupiniquins e guaranis, no Espírito Santo, em 11 mil hectares, o que representa 55% das propriedades da Aracruz no Estado, gera um impasse político para a região e apresenta outra questão do debate em torno do acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais dos indígenas. Embora a reivindicação seja legítima, explicita o impasse político em torno da ampliação de áreas onde já existam atividades produtivas ou de extração mineral. Como tratar dessas situações é a pergunta que fica no ar e que se apresenta como impasse aos órgãos responsáveis para tratar da situação.

As notícias em torno dos conflitos por territórios também mencionam a questão das compensações e acordos feitos entre indígenas e empresas de exploração ambiental, caso da compensação dos impactos da Usina hidrelétrica Eliezer Baptista localizada na divisa entre Minas e o Espírito Santo. O acordo firmado pelo consórcio entre Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a estatal mineira de energia Cemig garantia o valor mensal de R\$ 450 por família, mais uma cesta básica a comunidade krenak, atingida pela obra. O pagamento estava sendo feito há seis meses, como parte de um acordo provisório e venceu em maio desse ano. Com isso a comunidade reivindica continuidade dos benefícios ou outra forma de restituição das perdas causadas pela obra. Essa notícia explicita como vem se dando os acordos para contornar conflitos em torno dos territórios tradicionais.

Noutro linha, a notícia dada pelo MDA em torno da liberação de recursos para o pagamento de indenizações de terras que forem desapropriadas em benefício de comunidades quilombolas no Estado do Pará explicita o interesse do governo em garantir a esse grupo o acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais. Ainda em torno do acesso aos territórios, outra questão explicitada pelas notícias de junho é o problema em torno da demarcação de parques e reservas, que ambientalmente ricas, também abrigam comunidades tradicionais, como ribeirinhos, quebradeiras de cocos, pescadores e índios. Esses brasileiros correm o risco de serem expulsos do local onde moram por conta da legislação ambiental. Em alguns tipos de áreas de conservação, como as reservas biológicas, é proibida até a visita de humanos. Por essa razão, as comunidades tradicionais estão se antecipando às decisões Ibama e solicitando que as áreas sejam aprovadas como regiões extrativistas, onde é permitida a manutenção dos moradores já existentes e não sejam definidas como áreas de reservas, que proíbe a habitação humana.

Como reflexo dos conflitos em torno dos territórios tradicionais teve-se a notícia da criação por fazendeiros de Santa Catarina do Movimento dos Com Terra (MCT), após a liberação de uma portaria do Ministério da Justiça que demarcou terras dos índios Guarani, Kaingang e Xokleng, na região do oeste catarinense.

Infraestrutura e alimentação

As notícias em torno da questão de infra-estrutura apresentam principalmente o tema da saúde, saneamento básico e alimentação.

Entre as notícias está o seqüestro de funcionárias da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) por Índios da tribo tupinambá de Olivença, em Ilhéus (BA). O grupo reivindicava melhorias no atendimento à saúde nas 22 comunidades da etnia tupinambá. Outra notícia referente a reivindicação em torno da saúde veio dos Indígenas do Alto Rio Negro, na Amazônia, que reclamam que assistência médica às comunidades não chega por falta de transporte.

A notícia da divulgação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva do PAC da Funasa terá certamente impacto sobre as questões de infraestrutura dos povos e comunidades tradicionais. O PAC da Funasa, que será administrado pelo Ministério da Saúde, pretende estender para tribos indígenas e comunidades quilombolas os programas de saneamento e habitação que o governo federal está assinando nos estados. De acordo com o presidente, serão destinados R\$ 4 bilhões para levar esgoto e água potável para 90% das tribos indígenas e metade das comunidades quilombolas do Brasil.

No âmbito alimentar, teve-se a notícia sobre a doação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de 2.232 quilos de leite em pó e 27 litros de leite in natura às aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A doação ocorreu em atendimento a solicitação de apoio feita pela Secretaria de Articulação

Institucional e Parcerias (SAIP) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Inclusão social e educação diferenciada

Identificaram-se 3 notícias a cerca da inclusão social e da educação diferenciada. Essas referem-se a inclusão digital e tecnológica, cursos de capacitação para agentes de assistência técnica com foco na realidade quilombola, palestras sobre as políticas desenvolvidas pelo MDA, documentação e admissão dos quilombolas com status próprio no sistema de previdência social.

Entre as notícias está a informação de que a ONG Rede de Povos da Floresta planeja implantar 150 centros de vigilância em áreas de conservação no Brasil. A intenção é montar núcleos com computadores conectados à internet, máquinas fotográficas e GPS, para que os habitantes desses lugares, sobretudo indígenas, possam usar a tecnologia para denunciar crimes ambientais.

Outra notícia fala sobre um protocolo de intenções entre a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ceará (MDA/CE) e ONG Travessia/Centro de Cultura Afro-cearense para realizar trabalhos em parceria nas áreas de remanescentes de quilombos. Por esse acordo, o Ministério se comprometeu a articular com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) a organização de seminário estadual sobre quilombolas no Ceará. Além disso, deverão ser realizadas em áreas de remanescentes de quilombos atividades do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e palestras sobre outras políticas desenvolvidas pelo MDA voltadas a esse público. Também teve expressão a notícia da proposta de modificação da Lei federal 8.213 no sentido de que integrantes de comunidades quilombolas sejam admitidos com status próprio no sistema de previdência. Atualmente, os quilombolas são tratados como trabalhadores rurais comuns e não conseguem receber aposentadoria por não ter como provar posse de terras, uma vez que a questão da titularidade ainda não foi resolvida na maioria das comunidades. Essa é a primeira iniciativa neste sentido no nordeste e a segunda no país.

Fomento à produção sustentável

Entre as 4 notícias identificadas sobre fomento a produção sustentável estão as questões de liberação de recursos para produção de pesca artesanal, a capacitação de pescadores artesanais para acesso a crédito, a avaliação de projetos do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Pronat) para o biênio 2007/2008, o lançamento das Chamadas para Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural para as Trabalhadoras Rurais, Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas e, por fim, o lançamento de documentário sobre o controle da pesca em áreas de várzea da Amazônia. O vídeo apresenta uma abordagem comparativa sobre as diferentes técnicas de manejo da pesca, trata dos acordos firmados entre os pescadores e os técnicos, como época para pescar, quantidade de peixe que pode ser capturada, espécies que devem ser soltas etc.

Reivindicações diversas

Foram identificadas 6 notícias que trazem reivindicações diversas dos povos e comunidades tradicionais a partir da: análise das políticas públicas para indígenas por líder yanomami, bloqueio em rodovia e ocupação da Funai por povos indígenas, reunião entre membros da Fundação Palmares e representantes de governos Estaduais e Federal, e ainda, mobilização na Praça dos Três Poderes cobrando a implantação imediata do Plano BR-163 Sustentável que atinge territórios tradicionais.

Essas reivindicações apresentam povos e comunidades tradicionais em estado de mobilização para cobrar dos governos agilidade nas questões que os afetam. São representações organizadas, com representantes ativos e atentos. Isso pode ser visto pela crítica de representante yanomami ao governo e as políticas públicas, pelo bloqueio da BR-226 pelos povos Guajajaras no Maranhão, pela ocupação da FUNAI pelos povos Pataxós e Tupinambás, em Ilhéus na Bahia, e pelas reuniões com governos e lideranças locais no Mato Grosso e no Amapá.

Divulgação de eventos ou editais do governo

Nesse item foram enquadradas 13 notícias que dizem respeito a divulgação, participação em eventos e lançamento de editais pelo Governo Federal. Destacam-se: a preparação para o Encontro dos Povos das Florestas que se realizará em Brasília em setembro; participação do Artesanato Talentos do Brasil em exposição em El Salvador; quilombolas e indígenas na rota da tocha do PAN; reunião do comitê gestor do Programa Brasil Quilombola; lançamento de enquête pelo Jornal Nacional sobre reconhecimento de comunidades quilombolas; encontro de quilombolas em Sapê do Norte, Espírito Santo; início de prazos para projetos de comunidades quilombolas e indígenas pelo MDS e acontecimento do Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos Indígenas promovido pelo MDS.

De modo geral, as notícias apresentam informação ao mesmo tempo em que incluem esses povos e comunidades tradicionais nas informações da mídia nacional, refletindo também o debate gerado na sociedade sobre direitos e a inclusão desses grupos nas políticas públicas brasileiras.

Outros

Esse item se refere a 8 notícias da mídia selecionada, de caráter de opinião, que basicamente trataram da relação das comunidades indígenas com a sociedade do modo geral. Nesse item foram incluídos os casos de relato sobre populações indígenas que vivem, ainda nos dias de hoje, isoladas no meio de florestas.

Enquadram-se o debate das tensões em torno dos territórios tradicionais que são ocupados para exploração de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no Pará, Maranhão e Minas, e da área ocupada pela Aracruz celulose no Estado de MG. A autora dos artigos apresenta uma entrevista com antropólogo Cesar Gordon que comenta a relação dos povos Xikrin(PA) com o dinheiro proveniente das compensações pelo uso dos territórios tradicionais pelas empresas. A crítica da autora caminha no sentido de que os povos indígenas não sabem administrar o dinheiro das compensações e, com isso, insinua a legitimidade da ação de compensação, do processo de ampliação das reservas, assim como do reconhecimento das áreas de reserva.

Noutro extremo estão as notícias sobre grupos indígenas identificados pela Funai que vivem isolados do contato com a sociedade, em áreas desprotegidas, sem nenhuma garantia legal ou assistência institucional do poder público. Nas notícias a Funai afirmou que o isolamento é um direito do índio e que, muitas vezes, garante a manutenção da riqueza de diversidade étnica. A preocupação nas ações da entidade é “reduzir os impactos” causados pelo contato com o branco, que vão desde de doenças transmitidas pelos brancos a aculturação das práticas de vida dos indígenas.

Embora seja difícil imaginar que na era da informação digital existam povos totalmente isolados, não é surpreendente que tais comunidades prefiram o isolamento ao contato com os brancos em virtude de todos os problemas que esses trazem. O que preocupa é o fato desses grupos estarem totalmente desassistidos pelo poder público, desde do que concerne ao acesso a

territórios tradicionais e aos recursos naturais, a mínimas condições de infraestrutura, a inclusão social e educação diferenciada e ao fomento à produção sustentável. Mesmo admitindo que tais povos estão no direito de optar pela manutenção do isolamento, nesse caso, o mínimo que o poder público deve garantir é o território e a não atuação de brancos e empresas na área, ou seja, garantir o próprio isolamento.

A seguir é apresentado quadro referente às notícias conforme povos específicos. O intuito é acompanhar a expressão que cada segmento têm na mídia, visto que a grande maioria dos povos e comunidades tradicionais está em processo de reconhecimento pelas políticas públicas, bem como de organização política. Em situação diferente estão os povos indígenas e os remanescentes de quilombos que inclusive já possuem políticas específicas e por isso também foram contabilizados de forma específica.

Quadro 2 – Brasil, notícias de Junho/2007 sobre Povos e Comunidades tradicionais, conforme povos específicos.

Povos e comunidades tradicionais	Nº de notícias
Indígenas	29
Quilombolas	13
Indígenas e Quilombolas	5
Outros povos e comunidades tradicionais (artesãos, sertanejos, seringueiros, comunidades de fundo de pasto, agroextrativistas da Amazônia, faxinais, pescadores artesanais, comunidades de terreiro, ciganos, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras-de-coco-babaçu, caiçaras, geraizeiros, vazateiros e ribeirinhos).	11
Total	58

Como se pode observar existe uma concentração das notícias em torno dos povos indígenas e quilombolas. Juntos esses grupos concentram 47 notícias, cerca de 80 % das notícias identificadas na mídia para povos e comunidades tradicionais.

As 11 notícias que tratam de outros povos e comunidades tradicionais citam os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os povos das florestas, as comunidades extrativistas, as quebradeiras de cocos, os geraizeiros, os caatingueiros e os artesãos, ao mesmo tempo quase todas essas fazem referência aos povos indígenas e os remanescentes de quilombos.

Na seqüência são apresentadas as notícias na íntegra.

Índice

1. Líder yanomami analisa políticas públicas e critica falta de diálogo com governo – ISA - 01/06/2007.....	11
2. Comissão debate projeto para mineração em área indígena - Marta Cury Maia – Estado de São Paulo - Nacional – 01/06/2007.....	15
3. Proposta é rejeitada por liderança da Amazônia - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007.....	16
4. 'Dependemos da água e da floresta para viver' – O Globo – O País – 03/06/2007.....	16
5. Marambaia: ONG afirma que moradores têm direito à terra - Antônio Marinho – O Globo – Rio – 03/06/2007.....	17
6. Marinha: solução é garantir uso de terra já ocupada – O Globo – Rio – 03/05/2007.....	17
7. Não ao faroeste – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2007.....	18
8. Servidoras da Funasa são seqüestradas – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007 - DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA.....	19
9. Movimentos pedem para participar da elaboração de projeto - Natalia Suzuki - Carta Maior – 05/06/2007.....	19
10. A delicada tensão entre os índios e as empresas - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007.....	22
11. "É melhor um xikrin produzir vídeo a mel de abelha" – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007.....	25
12. Líder diz que arrozeiros ficam na Serra do Sol - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007.....	26
13. 'Decisão é parte de processo irreversível' - Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007.....	28
14. 'Eles ajudaram no Desenvolvimento' – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007.....	28
15. Corte de verba muda a vida dos xikrin - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007.....	29
16. Na estrada com os índios, de Marabá ao Cateté – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007.....	31
17. Funai defende discussão sobre mineração em Terras Indígenas na primeira reunião da CNPI - ISA - 07/06/2007.....	33
18. Proposta reabre disputa por terras entre índios e Aracruz - Raquel Balarin – Valor Econômico - 08/06/2007.....	37
19. Disputa sobre terras entre índios e Aracruz está longe da solução - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007.....	38
20. Com os krenaks, de Minas, Vale quer fazer "PPP" dos índios – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007.....	40
21. Guajajaras mantêm bloqueio de rodovia – Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2007 ...	41
22. Operação expulsa 800 de terra indígena – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007	41
23. MDA/RJ realiza palestras sobre acesso ao crédito para pescadores – MDA - 11/06/2007	42
24. Território da Transamazônica avalia projetos para 2007/08 – MDA - 12/06/2007.....	42
25. Tecnologia ajuda índio a monitorar floresta: ONG planeja implantar 150 pontos de vigilância, com computadores, máquina fotográfica e GPS, em áreas de conservação ambiental - SARAH FERNANDES - da PrimaPagina – PNUD - 12/06/2007.....	43

26. Deputado apresenta proposta de decreto contra direitos quilombolas – OBQuilombola – OBQuilombola - Data: 12/6/2007 - Fonte: Ivan R. Costa - Pesquisador de Campo do PVN/CCN-MA	43
27. Em Ilhéus, pataxós e tupinambás ocupam Funai - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007	46
28. Projetos para quilombolas, indígenas e trabalhadoras rurais – OBQuilombola - Data: 13/6/2007 - Fonte: MDA	46
29. MT - Governo, MP e Fundação Palmares discutem ações em prol de quilombolas – OBQuilombola - Data: 14/6/2007 - Fonte: 24 Horas News em 12/06/2007	47
30. AP - MDA e Incra participam de reunião em Mel da Pedreira - OBQuilombola - Data: 14/6/2007 - Fonte: MDA	49
31. Anunciados R\$ 2,3 milhões para regularizar territórios quilombolas no Pará – MDA/OBquilombola - 14/06/2007	49
32. Basta de promessas! Sociedade civil exige implantação imediata do Plano BR-163 Sustentável – ISA - 15/06/2007	50
33. Preservação de florestas e as comunidades tradicionais - Pescadores e ribeirinhos, que vivem em áreas onde serão criadas unidades de conservação, podem ser expulsos - Hércules Barros – OBQuilombola - Data: 18/6/2007 - Fonte: Site Amazônia em 13/06/2007	58
34. Filme narra controle da pesca na Amazônia: Documentário retrata importância de comunidades locais para aplicar técnicas de manejo pesqueiro e para preservação ambiental - da PrimaPagina - PNUD - Manaus, 18/06/2007	61
35. MDS participa de evento preparatório para Encontro dos Povos das Florestas – MDS - 19/06/2007	62
36. Encontro nacional marcará reunificação do movimento fundado por Chico Mendes - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 20/06/2007	62
37. MDA/CE e ONG Travessia articulam ações conjuntas para quilombolas – MDA - 20/06/2007	63
38. Artesanato do Talentos do Brasil participa de exposição em El Salvador – MDA - 21/06/2007	64
39. PE - MPPE e INSS buscam solução para comunidades quilombolas – OBQuilombola - Data: 21/6/2007 - Fonte: Ministério Público de Pernambuco e Articulação para Combate ao Racismo Institucional em 17/06/2007	64
40. RJ - Quilombolas e indígenas na rota da tocha do pan - OBQuilombola - Data: 21/6/2007 - A fonte é a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR	65
41. Novo encontro dos povos da floresta será em setembro, em Brasília – ISA - 21/06/2007	65
42. Desenvolvimento para povos tradicionais é tema de seminário em Riacho dos Machados (MG) – MDS - 22/06/2007	68
43. SC - Fazendeiros criam Movimento dos Com Terra, contra MST, indígenas e quilombolas - Fabricio Escandiuzzi - Direto de Florianópolis - OBQuilombola - Data: 26/6/2007 - Fonte: Portal Terra em 22/06/2007	68
44. 11 grupos de índios isolados vivem em áreas desprotegidas - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	69
45. Funai não faz contato, só protege área – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	71
46. 'O isolamento é um direito' – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	72
47. 17 povos vivem na 'iminência' de extinção, alerta Cimi – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007	72

48. Índios do Alto Rio Negro acusam Funasa de omissão no atendimento - Natália Suzuki - Carta Maior – 25/06/2007	73
49. Lula vai fazer PAC para atender a índios e quilombolas – OBQuilombola - Data: 26/6/2007 - Fonte: Jornal O Globo em 26/06/2007	74
50. Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola se reúne com ministra da Seppir – OBQuilombola - Data: 27/6/2007 - Fonte: Destaque SEPPIR, v.3, n.110 em 26/06/2007	74
51. Jornal Nacional lança enquete sobre reconhecimento de comunidades quilombolas – OBQuilombola - Data: 27/6/2007 - Fonte: OQ/KOINONIA.....	75
52. PAC para índios e quilombolas das regiões norte e centro-oeste - OBQuilombola - Data: 28/6/2007 - Fonte: Jornal Nortão Online e JB Online em 27/06/2007	75
53. R\$ 4 bilhões serão aplicados em comunidades indígenas e quilombolas - Data: 28/6/2007 - OBQuilombola - Fonte: Portal de notícias da Globo - G1 em 26/06/2007.....	75
54. ES - Quilombolas de todo o país vão se reunir no Sapê do Norte - OBQuilombola - Data: 28/6/2007 - Fonte: Site Século Diário em 21/06/2007.....	76
55. Parceiros do Ministério do Desenvolvimento Social fazem doação de leite a indígenas – MDS - 28/06/2007	77
56. Começa prazo para apresentação de projetos para comunidades quilombolas - MDS - 29/06/2007.....	77
57. Projetos para indígenas concorrem a apoio financeiro do Governo Federal – MDS - 29/06/2007.....	78
58. Fortaleza (CE) sedia mesa de debates em defesa da segurança alimentar dos povos indígenas – MDS - 29/06/2007.....	79

1. Líder yanomami analisa políticas públicas e critica falta de diálogo com governo – ISA - 01/06/2007

O ISA reproduz entrevista exclusiva dada pelo líder yanomami Davi Kopenawa, ao Boletim da CCPY (Comissão Pró-Yanomami), na qual fala sobre o atendimento à saúde de seu povo, sobre mineração em terras indígenas e sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e destaca que não existem espaços onde os povos indígenas sejam ouvidos.

Davi Kopenawa Yanomami, da comunidade de Watoriki (AM), é hoje um dos líderes indígenas mais reconhecidos internacionalmente. Desde os anos 1980 Davi se engajou em constantes e sucessivas lutas pela defesa do seu povo. Viajando o mundo para divulgar suas palavras, Davi Kopenawa tornou-se muitos: xamã, líder indígena, chefe de posto da Funai, articulador político com os napë pë (não-Yanomami), e, por fim, presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY). Recentemente, participou do evento Acampamento Terra Livre em Brasília (19 a 21 de abril), onde abriu as discussões levantando os problemas atuais enfrentados pelos Yanomami, dirigindo-se tanto à plenária como às autoridades presentes, entre elas Márcio Meira, recém-nomeado presidente da Fundação Nacional do Índio, e Déborah Duprat, Subprocuradora Geral da República.

Nessa entrevista exclusiva ao Boletim CCPY, Davi Kopenawa fala sobre políticas públicas referentes aos Yanomami, destacando a inexistência de espaços onde as vozes dos indígenas possam ser ouvidas. Analisa também a situação do sistema de atendimento à saúde yanomami, demonstrando especial preocupação com as tentativas de dissolução do Conselho Distrital Yanomami, principal instância de controle social. Davi discorre ainda sobre Florestas Nacionais, desenvolvimento, mineração em terras indígenas e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).
Sobre o Distrito Sanitário Yanomami

CCPY- A primeira pergunta será sobre dinheiro da saúde yanomami porque se ouviu muito que é a causa do mau funcionamento do Distrito Sanitário Yanomami (DSY). Davi, você acha que falta dinheiro para o DSY ?

Davi- Não é problema de dinheiro. Dinheiro não falta, o problema é o pessoal. Primeiro o pessoal de Brasília. É lá que repassa o dinheiro para Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e para a Fundação Universidade de Brasília (Fubra). Não sai dinheiro rápido para fazer o trabalho e o pessoal fica só esperando. Dinheiro tem. A Funasa mandou dinheiro para Boa Vista para gastar, comprar equipamento, remédio, pagar funcionário. Aí o dinheiro voltou, o pessoal de Brasília pegou o dinheiro de volta. Até hoje eu não sei bem como está. O Arokona (presidente yanomami do Conselho Distrital) foi para Brasília e falou que o dinheiro não é problema, o problema é um pessoal da Funasa que não deixa trabalhar direito.

Mas e o dinheiro que chega em Boa Vista?

Isso é problema. Eles (da Funasa-RR) não conversam com ninguém, não nos falam nada, não falam, não explicam. Eles só explicam quando a gente vai lá conversar. É somente isso que é dito, que o dinheiro é repassado mas enviam de volta para Brasília, isso eu não entendo.

E as reclamações que vocês fazem no Conselho Distrital?

Bom, o Conselho Local acabou. Não estão fazendo mais reuniões dos Conselhos Locais na área nem do Conselho Distrital em Boa Vista. Acho que eles não querem nós, Yanomami, na cidade para perturbarmos eles. Acho que é por isso que se fechou a torneira do Conselho. Eles não explicaram o porquê, mas acho que eles não querem gastar dinheiro com avião para pegar Yanomami, dizem que é muito caro. Eles não querem gastar dinheiro para os Yanomami ficarem na cidade. A Hutukara perguntou, eu perguntei, “Por que não faz mais reunião com conselheiros yanomami”, “Então, Davi, não faz mais porque falta dinheiro, o pessoal em Brasília não manda”,

foi o que disseram. Eles só falam isso, que falta dinheiro. Eles nos tomam como ignorantes, “Ah, os Yanomami não sabem de nada, por isso vamos gastar o dinheiro à toa”. Cadê o dinheiro? Gastaram muito com aviões, a saúde enfraqueceu, as doenças aumentaram. Gripe, que para os Yanomami é forte, vira pneumonia. Quando não tem remédio no pólo-base, vai fazer o que, dar água para curar pneumonia? Por isso que ficam mandando muitos Yanomami lá pra Casa do Índio (Boa Vista, RR). Para mim, isso não é bom. Eu não gosto de só ficarem fazendo remoção em avião. Eles fazem remoção porque nem tem remédio no posto.

Como está a situação da Casa do Índio de Boa Vista hoje?

Bom, eles fazem remoção para levar os Yanomami para Boa Vista. Lá na Casa do Índio é cheio de Yanomami. Eles levam os Yanomami doentes para examinar e demora, o médico que olha eles para examinar demora muito, três ou quatro semanas. A Funasa não está marcando consultas deles, demora para marcar consulta dos Yanomami no hospital. Aí muita gente fica esperando. Fica esperando, esperando, até conseguir. Aí ficam juntando os Yanomami, juntando, juntando, chega mais e mais.

Demora também para voltar para a aldeia, ficam juntando os Yanomami que estão bons que receberam alta até juntarem uns 10, 15 ou 20 para mandarem de volta. Eles não mandam de volta só um, dois ou três Yanomami, tem que esperar outros ficarem bem para poder voltar para a aldeia. Isso não é bom.

Sobre garimpeiros na Terra Indígena Yanomami

Você falou em Brasília, no acampamento Terra Livre, que saúde e garimpeiros estão entre os principais problemas dos Yanomami hoje. Eles são os principais? Quais são os outros?

Sim, saúde e garimpeiros. E também os fazendeiros que ainda estão no Ajarani. Também temos o problema da Floresta Nacional (Flona) na Terra Yanomami, também a pista do Sucurucu (ampliação da pista de pouso proposta pelo Exército) e a lei de mineração. Foi isso que eu contei à Doutora Deborah (do MPF Brasília). Eu calculei que tem uns 1.000 garimpeiros na Terra Yanomami, já faz uns cinco anos que esses garimpeiros estão lá. Eles entram devagar, em 2006 continuam entrando devagar, em 2007 entram devagar ainda. Para mim, eu calculo o número de garimpeiros em 1.000. A área que tem mais garimpeiro é o Ericó. Porque lá é caminho antigo, é entrada dos garimpeiros antiga. E no Parafuri, eles entram no rio Uraricoera até chegar lá no Parafuri. Eles vão pelo rio, de voadeira, e outros vão de avião. E no Alto Catrimani, a Pista do Hélio está funcionando (para o garimpo). E tem a pista chamada Serra da Estrutura (rio Catrimani) que os garimpeiros estavam usando, lá que eles estão chegando de novo.

Uma coisa que vocês sempre dizem é que toda vez que é planejada uma operação de retirada, surgem empecilhos.

Dizem que tem problema de avião. É o que a Funai sempre fala, tem problema para arranjar avião e para pagar hora de vôo, para fazer trabalhar a Polícia Federal, conseguir comida. Aí dizem que não podem resolver o problema dos garimpeiros porque falta dinheiro, falta também Polícia Federal em Boa Vista. Não tá resolvendo nada. No aeroporto mesmo (de Boa Vista) não estão controlando os aviões dos garimpeiros, os aviões continuam saindo.

Qual seria a primeira atitude que a Funai tem que tomar para acabar com o problema?

Para resolver os problemas, o novo presidente da Funai deve vir primeiro para Boa Vista e entrar na Terra Yanomami para olhar primeiro, ver quantos garimpeiros têm. Lá dentro, vai contar, um, dois, três, quatro, cinco, dez acampamentos de garimpeiros. Aí ele pode voltar para Brasília para fazer reuniões, chamar Polícia Federal, chamar Ministério da Justiça, para resolver esse problema do garimpo. Se ele não for, ele não saberá. Vai primeiro, vê de perto, só em seguida vai resolver o problema. Sem ir para a Terra Yanomami, ele não vai resolver.

Sobre fazendeiros, Florestas Nacionais e pistas militares

E os outros problemas na Terra Indígena Yanomami que você mencionou?

Falei também dos fazendeiros da região do Ajarani (dentro da terra indígena). Isso já está na justiça, só estamos esperando que a Funai vá lá tirar. O presidente da Funai já sabe, não podem ficar lá, a terra está homologada e eles não podem ficar por lá. Eu falei também sobre a Floresta Nacional (superposta à terra indígena) que tem deixado nós, Yanomami, inquietos. Por que tem gente com muito dinheiro interessada em explorar madeira, ouro. Falei sobre isso também. Mas eles (o Ibama) não prometeram nada. Eles vão analisar. “Vamos analisar primeiro”, é o que eles dizem.

Você também falou do problema da pista de pouso militar no Surucucu ?

A pista do Surucucu, querem ampliar porque lá é fronteira. Nossa preocupação é que desta região sai a nossa água, saem os recursos hídricos. Lá é coração da Amazônia. Não pode ser destruído. Tem que sentar e conversar, discutir com os Yanomami. Eu pedi ao general, que estava em Boa Vista, e eu falei sobre essa pista, pedi para fazer reunião com a ajuda dos militares. Levar todos os Yanomami de helicóptero para o Surucucu para discutirmos lá, lá onde será ampliada a pista. Daí eu pedi para ele, para Funai, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Diocese-RR, Conselho Indígena de Roraima (CIR), CCPY e a Hutukara, para todo mundo discutir lá. Porque não queremos deixar destruírem a cabeceira dos rios. Para uns é bom, mas também é ruim para muitos. Suja todas as águas. Eu falei que tem que discutir a idéia antes de destruir a natureza, antes de destruir os rios. Porque eles vão ficar quatro anos trabalhando nesta pista, sessenta homens. É por isso que pedi reunião lá no Surucucu, para ver quantos metros eles vão destruir, qual é a fundura que vão dinamitar para quebrar as pedras.

Sobre Mineração em terras indígenas

Você disse que os Yanomami estão preocupados com o governo Lula por causa da lei de mineração em terras indígenas.

Eu falei para o presidente da Funai para ele nos dar apoio, para ele nos proteger da mineração em terra yanomami e de outros parentes. A terra já está demarcada e o próprio governo quer usar minério para conseguir dinheiro. Fazer buraco grande com trator para conseguir um pouquinho de ouro. Então eu falei que não aceitamos. Isso não é bom. Isso vai matar meu povo. Matar água, floresta, tudo.

Dentro da terra yanomami eu não acho bom que o governo vá soltar mineração. Porque é coração da terra yanomami, porque nossa terra é coração do Brasil. E eu não quero deixar estragar a terra. Lá no Surucucu, é lugar sagrado, é onde Omama criou os Yanomami. Não pode destruir. Porque eles vão fazer um grande buraco, como eles fizeram lá em Serra Pelada e em Minas Gerais. Só vão fazer estrago. Não vai trazer benefício para nenhum povo indígena. Só vão estragar a floresta, meio ambiente, peixes. Vão estragar a alma, alma da terra, alma da natureza, alma do meu povo. Então eu sou contra.

Aqueles que defendem a mineração em terra indígena afirmam que é para ajudar os povos indígenas, para levar dinheiro e desenvolvimento aos índios. Consideram que todos os povos indígenas são pobres e que quando tiverem mais mercadorias serão mais felizes. O que pensa disso?

Eu não acredito. Dinheiro, é dinheirinho, pequeno, mas para eles é grande. Não sei quantos por cento eles vão dar para os índios. Mas sei que é pouco, muito pouco. E a vida da natureza, a vida da terra, é grande. É maior do que dinheiro. Vale mais que dinheiro, dinheiro acaba. O branco dá dinheiro para índio, aí ele vai começar a comprar panela, rede, calção e outras coisas, e aí acaba o dinheiro. A nossa terra yanomami, não tem dinheiro que pague. Por isso que nós, povo yanomami, que moramos nas aldeias, somos contra. Porque é perigoso, muito perigoso para nós.

Esse dinheiro não vai salvar a vida do meu povo yanomami, nem vai deixar nossos filhos contentes. Isso aí é pensamento deles, dos napë pë (os brancos). Por isso falam que a gente vai ficar rico (com a mineração), que vão dar dinheirinho para os índios, essa é a opinião deles. Minha opinião é diferente. Porque eu sou filho de lá, eu sou filho da Amazônia. Eu nunca vi a mineração trazer coisas boas, eu nunca vi os índios passando bem com a mineração, sem problemas, com muito dinheiro. Nunca vi. É por isso que não quero o governo brasileiro mexendo com nossa terra yanomami demarcada. (...) Se eu não defender nossa floresta, como ficaremos? Sofreremos, passaremos fome, teremos epidemias.

Quando ficarmos doentes, quem nos ajudará? Será que eles vão nos ajudar quando começarmos a passar mal, passar fome? Será que eles vão dar uma tonelada de comida para índio que foi destruído? Eles não vão não. Eu sou um Yanomami que não aceita. Dinheiro é bom para vocês, sem dinheirinho na cidade vocês não passam bem. Vocês ficam preocupados, pensando, trabalhando, correndo daqui para lá, quem paga a luz, a casa. Vocês ficam vendo notícias que saem na televisão, o mundo está sendo destruído, povos morrendo. Será que os donos de mineradoras não estão enxergando isso?

Então se quiserem fazer isso lá no coração da terra yanomami, trabalhar com máquinas grandes, levar mais doenças, gripe, malária, tuberculose, levar bebida, isso não vai dar certo. (...) Nós, Yanomami, que preservamos a natureza há muitos anos, não queremos. Nós queremos que nossa terra seja respeitada porque a natureza está nos sustentando muitos anos. Nós vamos morrer de fome quando a mineração entrar na terra yanomami. Aí sim, nós vamos morrer, todo mundo.

Sobre o Plano de Aceleração do Desenvolvimento (PAC)

Os brancos falam muito dessa idéia de desenvolvimento. O que pensa disso ?

Esse é o desenvolvimento deles. O desenvolvimento é deles, então eles podem fazer na terra deles, não na terra indígena. Porque terra indígena já é reconhecida pelo Governo e milhares de pessoas no mundo já conhecem meu povo. Então tem que ser respeitada.

Existe hoje no governo um Plano de Aceleração de Crescimento, o PAC. Esse plano fala de construção de estradas, exploração da floresta, hidrelétricas, para aumentar o desenvolvimento. O que você pensa disso?

Parecem palavras novas, mas já ouvimos essas palavras antes do tempo da estrada (durante os projetos militares de desenvolvimento da Amazônia dos anos 70, como a construção da estrada Perimetral Norte que afetou os Yanomami). Desenvolvimento para quê? Para fazer estrada para levar mercadorias? Não precisa fazer estrada, já está acabando gasolina, o petróleo já está acabando, para que fazer mais estrada? Eles lembram dos pais deles (governos anteriores) para fazer os mesmos projetos. Governo está escolhendo caminho que não presta, é para nós o caminho das grandes epidemias, do que causa a morte, por isso querem fazer tudo isso.

Ele errou o caminho do povo. Eu sou contra estradas, já passou estrada na terra yanomami só para matar meu povo. Eu já passei por isso com meu povo, quando eu era jovem, por isso eu odeio as epidemias. Eu não quero mais que não sabem o que fazem levando doenças na nossa floresta. Esse é o caminho dos problemas, caminho da matança, da destruição. Isso é o que é estrada. Isso que é desenvolvimento. (...) (Ao contrário) Quem vai segurar a onda do mundo são os pajés, são só eles que têm conhecimentos para segurar a onda da nossa terra Brasil.

Não só o Brasil, é o mundo inteiro. Se não existirem pajés, o mundo vai explodir. E todos nós morreremos. Eu não quero acelerar, a terra não fala que quer isso (desenvolvimento), quem fala são os que querem mais carros, mais computadores, mais celulares. São essas pessoas que estão inventando para acelerar o desenvolvimento. Se acelerar, vai chegar na grande floresta, aí vai destruir tudo, estragar a natureza, vão queimar remédios da floresta que a gente usa, aí não teremos mais como curar nossas doenças. Por isso vocês devem tomar muito cuidado.

Sobre o papel da Hutukara Associação Yanomami

A Hutukara Associação Yanomami foi fundada há quase três anos. Hoje está com projetos próprios na Terra Yanomami, está brigando pelos direitos yanomami. Pode dizer uma palavra sobre este trabalho?

Bom, é para isso que a Hutukara nasceu, para ficar na frente das brigas. Quando políticas públicas não estiverem trabalhando bem, pode ser Funasa, Funai, ou outros, a Hutukara que vai levantar a voz, “você não está trabalhando direito, tem que trabalhar direito, tem que cuidar do meu povo”. Hutukara foi criada para isso. Eu estou achando bom, meu filho também está aprendendo muito comigo para ir em frente. A Hutukara está fazendo barulho para não nos esconderem mais, como antigamente eles faziam. Porque antes não tinha associação, agora nós temos. Temos a Hutukara Associação Yanomami para reclamar, denunciar, para escutarem o que está acontecendo na Terra Yanomami. Então eu estou muito contente que a Hutukara está na frente da briga, fazendo este trabalho para que trabalhem bem para meu povo.

2. Comissão debate projeto para mineração em área indígena - Marta Cury Maia – Estado de São Paulo - Nacional – 01/06/2007

A Comissão Nacional de Política Indigenista discute no começo da semana que vem a proposta de projeto de lei que regulamenta a mineração em terras indígenas. É mais um passo de uma longa - e polêmica - discussão que começou em 2004 no governo Lula, após o massacre de 29 garimpeiros na Reserva Roosevelt (RO), dos cintas-largas. O texto vem sendo elaborado pelos Ministérios da Justiça e Minas e Energia, além do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A expectativa é encaminhá-lo ainda este ano ao Congresso. Há pouco mais de um ano, no entanto, o Ministério da Justiça esperava enviar a proposta até o fim de 2006. Decidiu-se, justifica o ministério, criar a Comissão Nacional de Política Indigenista e ampliar as discussões.

A comissão, criada em abril, é composta por integrantes de órgãos do governo e 20 representantes de entidades indígenas. Outra reunião, prevista para julho, deve acertar os detalhes finais. “Esperamos a regulamentação há quase 20 anos”, afirma Marcelo Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Ele se refere à Constituição de 1988. Diz a Carta que as empresas podem sim explorar as terras indígenas, mas, antes, é preciso aprovar uma lei que regulamente a atividade. “A falta de regulamentação leva à marginalidade e à operação irregular”, afirma Tunes.

Os mineradores reclamam que não foram convidados para as discussões e que o governo, as empresas e os índios deixaram de ganhar muito dinheiro nesses 20 anos. “Estima-se em centenas de milhões de dólares o valor do que já foi extraído da Reserva Roosevelt”, exemplifica Tunes.

O procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares e Silva, afirma que o governo tem pressa. E um dos motivos é que avança no Congresso a tramitação de uma proposta que trata do assunto - já aprovada no Senado, será agora discutida por uma comissão especial da Câmara. Segundo ele, o governo quer apresentar um substitutivo porque acha o projeto insuficiente no que diz respeito à proteção dos índios. “A proposta do governo traz uma série de garantias para os índios.”

O projeto do governo prevê a realização de licitações para a concessão temporária do direito de explorar minerais. O ponto de partida é um pedido de pesquisa do potencial dos recursos minerais

em cada área. O Congresso terá de aprovar cada uma das licitações e as comunidades terão de ser ouvidas. No mínimo 3% de participação nos resultados vão para um fundo. “O governo está voltado para a economia e nós temos outra visão das terras, que muitas vezes são lugares sagrados para nós”, afirma André Baniwa, um dos diretores da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), dando sinais de que a discussão está longe do fim.

3. Proposta é rejeitada por liderança da Amazônia - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Brasil - 01/06/2007

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) reagiu ontem à proposta que está sendo preparada pelo governo e que prevê a abertura de terras indígenas a empresas de mineração, dizendo que tem uma posição clara de rejeição à idéia. "A entrada de empresas nas terras dos índios vai detonar a estrutura social dos povos. A maioria das populações ainda não tem formação para lidar com as empresas nas suas terras e pode nem conseguir se beneficiar dos recursos que seriam pagos a elas", disse ao Valor, Marcos Apurinã, um dos coordenadores da Coiab, entidade com representação em 31 regiões indígenas na Amazônia.

Na segunda-feira, o coordenador-geral da entidade, Gecinaldo Sateremaué, participa ao lado de outras lideranças da primeira reunião da recém-criada Comissão Nacional de Política Indigenista, em Brasília. O procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares e Silva, afirmou esta semana que a proposta do governo será apresentada no encontro.

Para Apurinã, os povos cujas terras guardam riquezas minerais "jamais vão aceitar ganhar uma porcentagem de 2% ou 3% das empresas que vierem a operar nas regiões". O projeto do governo prevê que as empresas pagariam pelo menos 3% do faturamento aos povos afetados. A questão, diz ele, não é volume de recursos, mas que o pagamento por grandes empresas seria visto como uma forma de "paternalismo", algo que, a entidade não quer que ocorra.

No mês retrasado, durante o "Abril Indígena", em Brasília, Apurinã lembrou que as entidades participantes assinaram um documento rejeitando a possibilidade de abertura de suas terras para empresas. A Coiab defende a aprovação de um Estatuto Indígena, que segundo ele tramita há anos no Congresso. O documento estabeleceria uma abordagem mais abrangente sobre a vida dos índios.

4. 'Dependemos da água e da floresta para viver' – O Globo – O País – 03/06/2007

Comunidades extrativistas resistem e dizem que árvores estão sendo cortadas JURUTI (PA). Menos de dois quilômetros vão separar a casa de Benício Cerdeira da mina de bauxita. Ele vive da pesca, da caça e da extração de castanha, assim como cerca de dois terços da população de Juruti.

— Dependemos da água e da floresta para viver e, antes da mina funcionar, eles já sujam a nossa água e derrubam nossas árvores — diz a irmã franciscana Fátima Souza, moradora de Juruti Velho, região onde se concentram comunidades extrativistas como a de Benício.

Segundo o relatório do MP, os nove mil moradores de Juruti Velho foram ignorados pelo estudo de impacto ambiental.

O esquecimento é do tamanho da revolta dos moradores, que ameaçam invadir as instalações e incendiar os equipamentos da empresa.

— Só não invadimos até agora em respeito a um pedido do Ministério Público.

Quando eles chegaram aqui, nos deram bicicletas e sandálias, como fizeram os portugueses com os índios no passado. Quando saiu a licença, se esqueceram de nós — afirma o líder comunitário Geordenor Guedes.

É na região de Juruti Velho que a empresa estaria desmatando a área de dois assentamentos.

No de Socó, passa a ferrovia que está sendo construída para escoar o minério. No projeto agroextrativista de Juruti Velho, as árvores, inclusive castanheiras, estão sendo derrubadas para a construção de estradas e de instalações da mina.

Na região, há animais ameaçados de extinção, como onça pintada e gato maracajá. A Alcoa argumenta que todo o desmatamento é legalizado e que a área foi liberada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral antes da criação dos assentamentos pelo Incra.

— Essas famílias vivem lá há dezenas de anos. O Incra diz que o projeto inviabiliza o assentamento, e ainda não recebemos da Alcoa uma resposta para o destino dessas pessoas — diz o procurador Daniel Avelino.

Os moradores dizem que boa parte das árvores desmatadas está sendo enterrada, mas a empresa alega que só faz isso com as de menos de 15 cm de diâmetro.

5. Marambaia: ONG afirma que moradores têm direito à terra - Antônio Marinho – O Globo – Rio – 03/06/2007

O desentendimento sobre o direito de remanescentes de quilombolas à posse de terrenos na Ilha da Marambaia, em Mangaratiba, está longe de acabar.

A ONG Koinonia, que elaborou um relatório sobre o caso e apóia os moradores, diz que a comunidade tem o seu direito à terra garantido, com base no artigo 68 da Constituição, no decreto 4.887/03, na certidão de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O critério para se definir um remanescente de quilombola é o de autodeclaração, segundo o decreto 4.887. A constitucionalidade desse ato está sendo questionada, mas o Supremo Tribunal Federal ainda não julgou a questão. A Marinha do Brasil, que administra a ilha desde 1906, reconhece o direito à ocupação da terra pelos atuais moradores, mas afirma que a área reivindicada pelos que se dizem descendentes de quilombolas não corresponde ao espaço ocupado e soma 16 milhões de metros quadrados.

Segundo a Marinha, na ilha moram 379 pessoas (106 famílias, em 87 casas). Já o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação para o lugar feito pelo Incra diz que são 645 moradores na ilha e 401 no continente (total de 1.046 ou 281 famílias), que teriam direito à titulação e ao uso coletivo da terra.

6. Marinha: solução é garantir uso de terra já ocupada – O Globo – Rio – 03/05/2007

A Marinha vê como solução para o caso a concessão de direito real de uso da terra já ocupada. E diz que sempre buscou o consenso. Celso Souza Silva, Gestor de Quilombos do Incra, informa que o órgão aguarda a posição da Casa Civil para continuar o trabalho de identificação, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras na Marambaia.

Já a Koinonia discorda da afirmação da Marinha de que a posse da ilha pelos quilombolas poderá causar ocupação desordenada, favelização e especulação imobiliária. Segundo a ONG, “a regularização do título coletivo da terra, indiviso e inalienável não só dará posse legítima às

famílias seculares que ali habitam, mas preservará o ambiente e sua sustentabilidade, e manterá a ilha fora da especulação imobiliária”.

Para o antropólogo Fábio Mota, pesquisador da UFF, quilombolas são aqueles que se autodenominam dessa forma, partindo do princípio da Convenção 168 da OIT: — Na Marambaia, o grupo se mobiliza coletivamente a partir da identidade quilombola para reivindicar um direito que foi negado pelo próprio Estado, a partir de ações judiciais que propiciaram a expulsão de famílias e o aniquilamento dos laços de parentesco, dos costumes.

Antropólogo: ‘No Brasil, não há cadastros eficientes’

Até os anos 60 do século XX, o termo quilombo esteve ligado a fuga, resistência. Mota diz que isso foi revisto a partir de pesquisas que mostraram que essas noções não correspondiam a todos os quilombos.

Com relação aos diferentes dados sobre o número de quilombolas com direito à terra na Ilha de Marambaia, ele afirma que isso ocorre por dois motivos: — No Brasil, não há cadastros eficientes.

Outro fator é a forma como se faz a conta, pois se pode calcular o número de pessoas que vivem na ilha hoje e de indivíduos que viviam lá e foram deslocados devido a ações judiciais.

A briga em torno da ocupação da Ilha da Marambaia começou no final da década de 1990. Na época, a União ajuizou ações possessórias para impedir ampliações e novas construções, que, segundo militares, eram de invasores. Na ilha, a grande maioria dos moradores não tem energia elétrica, saneamento e atendimento médico. A Marinha diz que, apesar de não ser sua função, faz o possível para atender os moradores. Vânia Guerra, presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos, diz que as ações de reintegração de posse contra uma família atingem outras: — Numa mesma casa, há várias famílias. E a cada ano mais nascimentos. Não há controle sobre o número de famílias.

O Ministério de Minas e Energia diz que há um projeto de levar energia elétrica à Restinga da Marambaia este ano.

7. Não ao faroeste – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2007

FINALMENTE , o governo prepara projeto de lei para regulamentar a exploração de terras indígenas por empresas mineradoras, como previsto na Constituição (artigo 231). A proposta será discutida nas próximas semanas pela Comissão Nacional de Política Indigenista, formada por representantes do governo e por lideranças indígenas, e depois com as companhias mineradoras, antes de ser enviada ao Congresso.

Pela legislação atual, as empresas podem explorar apenas terras adjacentes às reservas indígenas. A concessão das áreas indígenas às empresas ocorrerá mediante licitações. Cada licitação terá de ser aprovada pelo Parlamento e as comunidades afetadas serão consultadas, embora sem poder de veto.

Corretamente, a exploração prevê o pagamento de royalties de no mínimo 3% do faturamento bruto dos empreendimentos. O valor arrecadado será destinado para as comunidades próximas às minas e para um Fundo de Compartilhamento de Receitas sobre a Mineração em Terras Indígenas, gerido pela Funai.

As regras sobre a exploração de riquezas em terras indígenas visam disciplinar as atividades já realizadas de forma desordenada por garimpeiros. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, existem 192 garimpos ilegais em terras indígenas, um verdadeiro faroeste, que gera violência social e provoca danos ao ambiente.

As mineradoras poderão ampliar a capacidade de produção, num momento de expansão da demanda global. Estudo do Instituto Socioambiental (ISA) indica que há 4.821 processos de requerimento de pesquisa e lavra na região amazônica, com potencial para extração de minério de ferro, ouro, cobre, diamante, bauxita e cassiterita. Os pedidos incidem sobre 123 terras indígenas. A definição de regras para a mineração nessas áreas, eliminando o garimpo clandestino, resultará num aumento dos investimentos das empresas, bem como da arrecadação tributária proveniente de atividades ligadas aos recursos naturais.

Os valores obtidos podem melhorar as precárias condições de vida das populações indígenas, dada a falta de assistência estatal. Em 2000, a taxa de mortalidade infantil entre os índios era de 51,4 por mil nascidos vivos, bastante superior aos 30,1 por mil que representava a média da população. A exploração ilegal das riquezas minerais nas terras indígenas tem deteriorado esse quadro: os garimpos aumentam a incidência das doenças, da prostituição e do alcoolismo.

Mesmo que alguns pontos no projeto possam ser melhorados, parece claro que a regulamentação trará ganhos para todos os agentes -empresas, governo e comunidades indígenas. Talvez normas mais estritas para garantir a conservação do habitat das comunidades, a minoração do impacto ambiental e possível recuperação das áreas possam ser introduzidas. O país caminha, assim, para implementar um estatuto jurídico que já vigora em países como a África do Sul, Austrália, Canadá e EUA. Lamenta-se apenas que tenha demorado tanto para enfrentar a questão.

8. Servidoras da Funasa são seqüestradas – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007 - DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

Índios da tribo tupinambá de Olivença, em Ilhéus (BA), fizeram reféns duas funcionárias da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Eles reivindicam melhorias no atendimento à saúde nas 22 comunidades da etnia tupinambá e dizem que só libertarão as funcionárias quando representantes da Funasa chegarem para negociar. A Funasa, por meio de sua assessoria, até as 18h30 não tinha confirmação do seqüestro.

9. Movimentos pedem para participar da elaboração de projeto - Natalia Suzuki - Carta Maior – 05/06/2007

Movimento indígena quer participar da formulação do projeto que regulamenta mineração em terras demarcadas, em discussão desde 2004. Para ativistas, em tese a mineração até poderia beneficiar indígenas.

SÃO PAULO – O projeto de regulamentação da atividade mineradora em terras indígenas está sendo preparado, pelo menos neste momento, sem a participação do movimento indígena. A proposta do projeto de lei vem sendo discutida desde 2004 pelos Ministérios da Justiça e das Minas e Energia e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

“Consideramos que o projeto tem uma série de problemas e que não surge da demanda indígena”, avalia Raul Telles, advogado do Instituto Socioambiental (ISA). “Tanto que a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) já firmou uma posição contrária em se apresentar o projeto separado ao do novo Estatuto dos Povos Indígenas. É um equívoco político”.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o movimento indígena luta para construir um novo Estatuto, que contemple as diferentes etnias e que garanta e proteja os seus direitos.

Segundo Saulo Feitosa, presidente do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), desde 1988 foi feita uma discussão ampla que reafirmava a necessidade do Estatuto, responsável também por incluir a regulamentação da mineração. Ele afirma que, até então, a proposta do projeto para a mineração está sendo organizada sem a participação da Comissão Nacional da Política Indigenista, da qual ele mesmo faz parte.

De acordo com Dionito José de Souza, indígena Macuxi e coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), o movimento indígena não foi chamado pelo governo para discutir a proposta deste projeto. “E a gente nunca vai ser chamado se não formos lá espontaneamente [defender os direitos]. A discussão não chegou no movimento indígena, principalmente na base, onde o povo mora de fato e não quer a mineração”, diz.

“O que se esperava era que o governo submetesse a proposta ao movimento indígena para ser discutido junto com o Estatuto. Esse projeto, apresentado de forma isolada, prejudica os índios e beneficia as mineradoras”, considera Feitosa.

Para o presidente do Cimi, o projeto não especifica e nem atende a questão da diversidade étnica das comunidades. “Esse projeto não é de todo recusável, mas precisa ser aprimorado. Não dá para se pensar nos indígenas de forma genérica”. Ele menciona que há povos com quem o contato é intermitente ou praticamente nulo. “O capítulo sobre os direitos às comunidades deve ser trabalhado. É essa a parte que interessa para os indígenas e ele é muito limitado, porque a diversidade tem que ser pensada considerando os aspectos das realidades variadas dos indígenas. Cabe à União o respeito na garantia dos direitos desses povos”, avalia.

Mecanismos e garantias

De acordo com o procurador-geral da Funai, Luiz Fernando Villares, esse projeto traz mais garantias e mais direitos que os anteriores: assegura o direito das comunidades indígenas serem ouvidas no processo, como determina a Constituição; há previsão para o pagamento de royalties; e obriga a existência de um laudo antropológico sobre questões socioambientais que o impactado da atividade mineradora sobre as comunidades. “Essa proposta pode não ser a ideal, mas é melhor do que as outras”, diz.

Segundo Villares, o projeto não prevê nenhum mecanismo que dê o poder de veto às comunidades indígenas, caso não desejem a mineração em suas terras. Mas ele afirma que a posição dos índios será levada em conta ao longo da discussão.

“A Constituição prevê o direito de se pronunciarem e a existência de audiências públicas. E se os índios não querem, não terá desdobramentos para a atividade de mineração”, afirma o diretor geral do DNPM, Miguel Nery, que afirma que as comunidades deveriam ter poder de veto nas negociações da mineração. Ele acredita que mecanismos como as audiências públicas conseguiriam garantir essa autonomia.

“No mínimo, os índios teriam que ter o direito de dizer como e onde a mineração pode ser feita”, afirma Raul Telles, do ISA. Segundo ele, esse é um direito inalienável porque as terras indígenas são áreas protegidas não só pelo seu aspecto ambiental, mas também porque as áreas compreendidas por ela são destinadas para usos de sobrevivência e práticas sagradas. “A mineração pode feri-los culturalmente e afetá-los em termos de sobrevivência física”.

Para Dionito Souza, coordenador do CIR, a permissão para que as terras dos índios sejam exploradas não contempla as necessidades das comunidades “Essa regulamentação é muito ruim, porque existem etnias que ainda estão muito longe dessa discussão, não estão acompanhando a questão. É um processo muito complicado e tem que ser pensado com cuidado”, avalia.

“A decisão sobre se vai haver a mineração é do próprio governo. Com certeza a pressão será grande sobre as comunidades”, alerta Ricardo Verdum, assessor de políticas indígenas e socioambientais e do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que teme os problemas ocasionados pelo eventual boom da atividade mineradora. Baseando-se em experiências anteriores, ele menciona que a mineração sempre atrai população para as pequenas cidades, que não conseguem atender a demanda crescente devido à falta de infra-estrutura. Deficiência nas áreas de saúde e segurança são algumas conseqüências.

Mineração seria alternativa

O projeto prevê que as populações indígenas que sejam potencialmente afetadas pela atividade mineradora recebam 3% do faturamento bruto da mineradora como royalties pela exploração de suas terras. “Seria preciso avaliar cada caso, mas é um mecanismo que pode ser interessante. Por outro lado, há uma série de problemas em que a remuneração não vai resolver, como nas condições em que a população precisaria ser removida ou quando rios são contaminados pela poluição”, lembra Ricardo Verdum, do Inesc.

Para Nery, a mineração deve servir como alternativa econômica para as comunidades indígenas. “Em muitos países os índios se associaram com empresas [na exploração mineral]. Sem abrir mão de suas culturas, alternativas econômicas lhes foram facultadas. Eu não sei se todos os índios querem continuar em seu estado selvagem”. Segundo o diretor, as comunidades têm que ter a oportunidade de optar pelo desenvolvimento sustentável.

“Há um argumento favorável à mineração nessas áreas que diz que a atividade melhoraria as condições de vida e supriria a carências na área de saúde e educação, mas, na verdade, isso tudo

são direitos dos índios assegurados pela Constituição, independente dos recursos naturais que eles dispõem”.

O coordenador do CIR afirma que a porcentagem prevista para o pagamento de royalties é muito pequena. Segundo ele, uma das propostas dos indígenas para essa questão é de que as comunidades detenham 50% do lucro bruto que as mineradoras venham a obter com a exploração dos recursos nas terras indígenas.

Segundo a Funai, não há previsão de quando o Executivo conclua a proposta do projeto e quando irá à votação. As entidades e a Funai acreditam que há um ambiente político favorável para a aprovação deste projeto. Para Villares, o consenso sobre a questão no governo ajuda a sua receptividade.

Existem mais de 4,8 mil processos de requerimento no DNPM para pesquisa e lavra em áreas indígenas na Amazônia por parte de pessoas físicas e jurídicas, como as grandes mineradoras. Mas, ainda que o projeto seja aprovado, todas essas solicitações são invalidadas. Pelo menos nesse aspecto, Inesc, ISA e Cimi são unânimes em considerar que o projeto apresenta um avanço em relação aos anteriores. O diretor geral do DNPM explica que a anulação dos processos decorreria de um conflito legal, já que as regras da época em que os requerimentos foram feitos não valeriam mais.

10. A delicada tensão entre os índios e as empresas - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007

Nos dois últimos anos, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deixou de embarcar 1,72 milhão de toneladas de minério de ferro por conta de invasões de grupos indígenas do Pará, Maranhão e de Minas. O impacto no resultado foi de US\$ 26,46 milhões e na receita, de US\$ 62,4 milhões. No Espírito Santo, uma manifestação de tupiniquins e guaranis provocou prejuízo à Aracruz de R\$ 2,5 milhões em setembro de 2006, quando 200 mil árvores foram queimadas.

Os episódios são a face mais visível do crescimento da tensão entre as comunidades indígenas e as empresas. Esse tipo de manifestação não está mais restrita à construção de estradas ou hidrelétricas. Agora, atinge também o processo produtivo das companhias. No caso da Vale, a mineração. No da Aracruz, eucaliptos que serão transformados em celulose.

Entre o empresariado, nos bastidores, toma corpo a associação dos atos indígenas à pressão de concorrentes. Como a maior parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs) que apóiam esses movimentos não abrem suas fontes de recursos, seria possível que competidores no mercado externo estivessem ajudando a patrocinar a causa. Carlos Alberto Roxo, diretor de sustentabilidade da Aracruz, tem interpretação diferente. "Há uma oposição ao agronegócio brasileiro, uma tentativa de barrar seu crescimento. O índio é só um personagem. Há também os quilombolas e os sem-terra", afirma.

Se há ou não "forças ocultas" contra as grandes empresas brasileiras, é algo a ser investigado. Mas o fato é que as empresas têm tido dificuldades de entender o processo de transformação pelo qual os índios brasileiros passam. É comum executivos dizerem, perplexos, que índios já usam celular ou dirigem carros, que estão "aculturados" ou que não são mais índios.

"É um absurdo as empresas dizerem isso. Já fui a aldeias em que à noite o índio assiste a novela da Globo e no dia seguinte está andando nu", diz Mércio Pereira, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na aldeia dos xikrin, no Pará, apesar das casas, da luz elétrica, dos

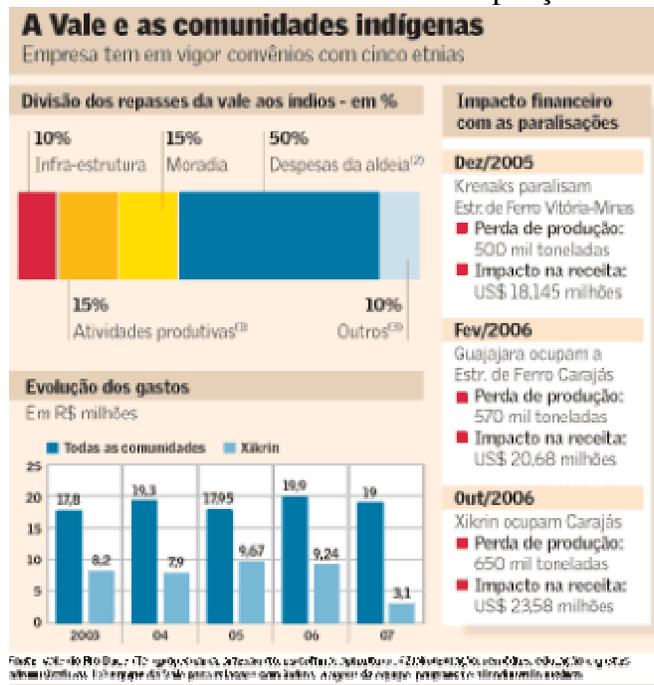
carros e das tevês, os índios se pintam para a festa, falam a língua nativa (muitos não sabem o português) e não abrem mão de um belo assado de jabuti.

Por outro lado, os índios foram apresentados a um mundo consumista e incorporaram a idéia de que as relações são mediadas por trocas. Crêem que as empresas lhes devem compensações e, quando as conseguem, acabam por se acomodar. Tornam-se dependentes.

Outra questão que contribui para a tensão entre as comunidades e as empresas é o aumento da população indígena. Em 1978, eram 180 mil índios. A partir da década de 80, o número começou a crescer. Hoje, são 500 mil (700 mil segundo a ONG Instituto Socioambiental). Nas comunidades assistidas pelas empresas, o aumento populacional é ainda maior, por conta da melhoria das condições de saúde e da maior oferta de medicamentos. Quanto mais gente, maior é a demanda por recursos.

Além disso, assim como a população brasileira sofre com os poucos investimentos em setores como saúde, educação e infra-estrutura, os índios também se ressentem da falta de recursos do governo. A Funai tem orçamento anual de R\$ 97 milhões para os indígenas, a maior parte vivendo em regiões remotas e em lugares tão distantes entre si como o interior da Amazônia e a região de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Hoje, cerca de 13% do território brasileiro está demarcado como área indígena ou em vias de ser demarcado. Só a Vale gasta por R\$ 19 milhões por ano com as comunidades - quase 20% do orçamento da Funai.

Os índios descobriram que invadir empresas e mexer com o bolso delas chama a atenção. "Fomos forçados a fazer isso para pressionar o governo. Enquanto a gente fica de braço cruzado, ninguém se manifesta. Tem que mexer na parte econômica", afirma Paulo Henrique Vicente Oliveira, da aldeia de Caieiras Velha (ES), coordenador da comissão de caciques da Associação Indígena Tupinikim e Guarani. Os índios daquela região pressionam o governo para que seja demarcada área de 11 mil hectares - a terceira ampliação desde a criação da reserva, em 1983.



A Aracruz, que é proprietária da área e tem ali florestas plantadas, repassou aos índios (via acordo comercial, ação voluntária e convênio) R\$ 23 milhões de 1998 a 2005. As comunidades tornaram-se dependentes desse recurso.

O mesmo ocorre com os xikrin, povo indígena que vive no Pará e que no fim do ano passado invadiu Carajás. Ao longo dos anos, com recursos da Vale, foram construídas na aldeia casas de alvenaria com água encanada, poço artesiano, e foi instalado motor movido a óleo diesel. Tudo isso, hoje, precisa de dinheiro para ser mantido.

Depois da invasão, a Vale suspendeu os repasses aos índios que, via Funai e Ministério Público, foram à Justiça. Uma liminar restabeleceu os pagamentos, mas os recursos passaram a ser depositados em juízo. O dinheiro só é liberado mensalmente pelo juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad, de Marabá, após uma análise dos gastos. O juiz deu prazo até julho para que xikrins, Vale, Funai e Ministério Público cheguem a uma solução negociada. "De outra forma, eu resolveria o processo, mas não o problema", diz Haddad.

A proposta da Vale aos xikrin segue uma nova diretriz da empresa para as comunidades indígenas. Hoje, 50% dos recursos repassados a essas comunidades são usados para alimentação, remédios, educação e gastos administrativos e 15% para atividades produtivas, como piscicultura, apicultura, artesanato e agropecuária. "Queremos mudar essa distribuição. Vamos reduzir os projetos de assistencialismo, como saúde e educação, que são papel do Estado. E aumentar os projetos estruturantes", diz Walter Cover, diretor de projetos institucionais estratégicos da Vale. Segundo ele, outro objetivo é fechar acordos de longo prazo, evitando as tensões anuais.

A Funai tem incentivado esse tipo de convênio de auto-sustentação com base nos resultados do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix), acordo firmado entre os xerentes do Tocantins e a Investco por conta da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães. O convênio de dez anos, lançado em 2002, previa investimentos de R\$ 10 milhões. Foram criadas roças mecanizadas e os índios foram treinados a criar peixes e galinhas caipiras. Saúde e educação foram assumidos pelo governo.

O problema de projetos como esse é que nem sempre os recursos são aplicados como as empresas ou os "brancos" imaginam. Numa área florestal, eles cortam mais madeira do que se poderia cortar, para distribuir os recursos entre as famílias e "contentar a todos". A pressão da comunidade sobre as lideranças é muito grande e, na maior parte dos casos, a coletividade ainda se sobrepõe à individualidade. Além disso, nesses projetos produtivos, os índios têm de "aprender" com os brancos as técnicas de produção e cultivo.

"Temos de parar de olhar para o índio com os olhos do branco. As etnias sempre foram coletoras e não produtoras. Isso não muda por decreto", diz, um tanto resignado, Francisco de Oliveira Ramos, gerente da Associação Indígena Kákárekré, dos xikrin, no Pará.

A segunda reportagem da série "Economia na selva", sobre os xikrin, será publicada amanhã.

11. "É melhor um xikrin produzir vídeo a mel de abelha" – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 05/06/2007

O antropólogo Cesar Gordon acompanhou bem a crescente circulação de dinheiro e mercadoria entre os índios xikrin. Em 1998, quando pisou na aldeia pela primeira vez, pretendia estudar o parentesco de um grupo indígena. Mudou de idéia ao perceber como os índios gastavam tempo e energia elaborando estratégias para aumentar o poder aquisitivo e o consumo de bens industrializados. No ano passado, lançou o livro "Economia Selvagem", baseado em sua experiência. É hoje quem mais entende da lógica econômica xikrin. A seguir, sua entrevista:

Valor: *Os xikrin hoje usam jeans, celular, têm TV, caminhonete, casas de alvenaria e até máquina de lavar roupa. Eles deixaram de ser índios? Não preservam mais sua cultura?*

Cesar Gordon: Antes de tudo, é preciso lembrar que a idéia de "deixar de ser índio" é herdeira de uma tradição intelectual. Durante muito tempo, brasileiros pensaram a respeito dos índios por meio de noções oriundas do evolucionismo e do positivismo progressista. Acreditava-se que eles seriam assimilados à nação brasileira e se tornariam civilizados (isto é, deixariam de ser índios ou selvagens). Por outro lado, a idéia de "preservação da cultura" é herdeira de outra tradição, em boa medida contrária à primeira. Suas raízes são o romantismo alemão e sua versão moderna: o culturalismo antropológico. Defendia-se a manutenção de certos elementos culturais, supostamente genuínos e responsáveis pela singularidade dos povos. As sociedades, idealmente, deveriam se conservar, em algum grau, imunes à história e à mudança. Agora, veja a situação dos índios. Primeiro: deveriam deixar de ser índios para serem sujeitos de direitos. Depois, eles não podem deixar de ser índios. Ocorre que tais preocupações não são preocupações tradicionais dos xikrin. Sua herança intelectual e política é muito diferente. Eles nunca conceberam sua própria cultura como algo imutável, imune a transformações históricas. Reconhecem um modo correto de estar no mundo (o modo xikrin), mas vêem esse modo como algo em constante transformação. No fim das contas, quem deve dizer se eles estão deixando de ser índios? Nós? Ou eles?

Valor: *O acesso ao dinheiro os tornou materialistas demais?*

Gordon: O interesse dos xikrin pelo dinheiro é meramente instrumental. Eles não acumulam, não se capitalizam. Isso fica evidente com a quantidade de dívidas que eles costumam contrair. O interesse é pelos objetos produzidos pelos "brancos", mas não se pode dizer que o interesse pelos bens industrializados seja materialista. Quando estive entre os xikrin, percebi que a lógica que rege o consumo de bens entre eles é uma lógica ritual. As mercadorias entraram na vida xikrin para cumprir funções rituais e para aumentar a produção de rituais e auxiliam na reprodução da cultura e da sociedade xikrin. O grande problema é que quando o combustível do maquinário ritual xikrin passou a ser dinheiro e mercadorias, efeitos inesperados aconteceram. Um deles é um certo aquecimento do sistema ritual, que começou a necessitar de mais e mais combustível. Surge, portanto, uma demanda que cresce indefinidamente.

Valor: *O fato de a Vale ter passado a dar os recursos diretamente para as associações indígenas a partir de 1999 foi um erro?*

Gordon: Não. O erro foi o modo abrupto como a mudança ocorreu e a falta total de planejamento. Até 1999, o repasse dos recursos à Funai causava dificuldades. O processo de compras era burocratizado e havia o risco de que os recursos fossem misturados e utilizados para custos administrativos ou com outros povos indígenas. Às vezes, por demora em licitações, os xikrin ficavam sem medicamentos durante semanas. A solução foi transferir os recursos diretamente, mas não houve preparação, não houve muita discussão com os índios, nem treinamento de pessoal para assumir a gerência da associação. Apesar dos problemas, ainda penso que os recursos devem ser geridos pelos próprios índios. Mas que isso seja feito com apoio da

Funai e de especialistas. Pode existir, por exemplo, um conselho administrativo, com participação da Vale. É necessário estabelecer um planejamento para o convênio, que não existe até hoje, investir na capacitação, achar interlocutores qualificados independentes para auxiliar o diálogo. É um direito dos índios gerenciar esses recursos. Eles são os beneficiários. A Funai deve auxiliá-los, não tutelá-los.

Valor: *O acordo em discussão entre a Vale e os Xikrin prevê a instalação de projetos produtivos, como criação de peixes e apicultura. A estratégia terá sucesso?*

Gordon: Projetos baseados exclusivamente no extrativismo e na criação de animais não são adequados. Podem ser implementados, mas não mobilizarão a comunidade. Projetos ligados à produção cultural e audiovisual, que permitam acesso a tecnologias, por exemplo, têm mais chance de funcionar. Mais de 80% da população xikrin tem menos de 30 anos. São jovens. Foram criados sob intenso contato com a sociedade brasileira. Têm enorme interesse por tudo que se relaciona com o "mundo dos brancos", principalmente a tecnologia. Querem aprender a fotografar e a usar vídeo, conhecem internet, as músicas da moda, querem aprender inglês. Não se pode dizer para um jovem xikrin de 16 anos que fique o tempo todo na floresta pescando e caçando. Isto é irreal. Por outro lado, é preciso compatibilizar esse interesse com a vida dos mais velhos, seus saberes e valores. Por isso as atividades "culturais" são estratégicas - permitem fazer a ponte entre as gerações. Podemos ter uma garotada operando filmadoras digitais para registrar cerimônias elaboradas, que só são do conhecimento dos velhos. Ou jovens manuseando computadores para elaborar um acervo de canções rituais. Isso permite a inserção dos índios no mercado capitalista de forma menos subordinada, com produtos de maior valor econômico e simbólico. É curioso constatar que, em algumas regiões, os índios já têm a cabeça na era da informação, mas a Funai insiste em pecuária, extrativismo. É uma visão ingênua.

Valor: *Por que a Vale tem de compensar os índios, se não opera em área indígena?*

Gordon: A CVRD não opera dentro da terra indígena, mas em área contígua. Tem obrigação de prestar assistência aos xikrin, fornecendo a contraprestação pelo uso da área que é hoje a Floresta Nacional de Carajás e que faz divisa com a área xikrin na altura do rio Itacaiúnas. Fora o aspecto legal, há o moral. Sem desconsiderar sua importância econômica e excelência, a Vale ainda deve uma participação mais ativa e responsável no que toca ao desenvolvimento da região da Serra de Carajás. (RB).

12. Líder diz que arroteiros ficam na Serra do Sol - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/05/2007

Os impasses em torno da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, vão continuar - apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que derrubou na segunda-feira a liminar que garantia a permanência de um grupo produtores de arroz naquela área. Ontem, enquanto lideranças indígenas comemoravam a decisão do STF como uma vitória, o advogado dos arroteiros, Luiz Valdemar Albrecht, preparava-se para novo round jurídico. “Os ministros da corte julgaram apenas que o caminho para se resolver a questão não é a do mandado de segurança”, disse ele. “O mérito ainda não foi julgado e vamos continuar brigando, pelas vias ordinárias.”

Por outro lado, o líder dos arroteiros, Paulo César Quartiero, que ontem visitou parlamentares da bancada ruralista, em Brasília, em busca de apoio para sua causa, deixou claro que os produtores não pretendem deixar a área. Sobre a Fundação Nacional do Índio (Funai), que em abril notificou

os fazendeiros para que deixem a Raposa Serra do Sol, Quartiero disse: “Sabemos que querem nos botar para fora, mas não podem fazer isso antes de esgotarem todos os trâmites legais.”

Daqui para a frente, os arroteiros pretendem brigar em duas frentes, segundo o advogado. Em primeiro lugar vão continuar tentando abater o decreto presidencial que, em abril de 2005, entregou definitivamente a terra aos indígenas. “Os laudos nos quais a decisão presidencial se baseou são falsos”, afirma Albrecht. “Podemos provar que não existia ocupação indígena tradicional nas terras onde estão instalados os arroteiros.”

A segunda frente, no caso de falhar a primeira, é a da indenização: “Os arroteiros já foram reconhecidos como detentores de posse de boa fé. E nesses casos o Código Civil prevê indenização prévia e justa, em dinheiro. Os produtores podem reter a posse enquanto não forem indenizados.”

A Funai já disse que pretende indenizar os fazendeiros, em dinheiro ou com terras. Mas essa discussão pode render mais um longo capítulo na história da demarcação.

Os arroteiros querem ser pagos pelo que chamam de complexo agroindustrial - o que envolve as lavouras, com todas as benfeitorias e equipamentos, as máquinas de beneficiamento de arroz que mantêm em Boa Vista, capital do Estado, e também as marcas com que comercializam o produto na região norte do País.

TENSÃO

Entre as lideranças indígenas, a torcida é para que a Funai comece logo a retirada dos arroteiros. “O governo já ofereceu terras em outros lugares”, diz Dionito José de Souza, coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima. “Está na hora de iniciar a retirada, sem violência, de acordo com as leis e as decisões da Justiça, pondo fim a um processo que se arrasta há quase trinta anos.”

Segundo o coordenador, o nível de tensão na área ainda é alto. Ele disse ontem ao Estado que Quartiero, o líder dos arroteiros, percorre até hoje as comunidades indígenas, ameaçando suas lideranças ou tentando convencê-las a desistir da idéia da extensão da reserva às áreas com arroz. “Já dissemos que ele não pode circular dessa maneira pela terra dos índios, mas ele responde que a terra é da União”, disse Souza.

Quartiero já foi prefeito de Pacaraima - município situado na fronteira do Brasil com Venezuela. Cassado em fevereiro, por abuso de poder econômico nas eleições, dedica-se agora às suas duas fazendas, onde cria gado e planta arroz, e à campanha contra a demarcação.

Sua principal reivindicação é que o governo deixe fora da reserva uma área de aproximadamente 190 mil hectares, onde ficam as fazendas de arroz: “Isso é uma gorjeta diante do total da área para os índios, de 1,7 milhão de hectares.”

Para Souza, do conselho indígena, não há mais nada a negociar. “Aqui vivem 18.751 índios. Quando os não-índios saírem e a terra for liberada, eles vão se transformar, enfim, em cidadãos brasileiros.”

13. 'Decisão é parte de processo irreversível' - Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007

Entrevistas - Guenter Francisco Loebens: coordenador do Cimi Norte 1

Coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na região Norte 1, que inclui Amazonas e Roraima, Guenter Francisco Loebens considera “uma grande vitória e parte de um processo irreversível” a determinação da retirada das empresas da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Para ele, a visão do governo estadual e de empresários, segundo a qual a demarcação das terras indígenas atrapalha o desenvolvimento de Roraima, é equivocada. “Metade da população rural do Estado é composta por índios. Assim, ao garantir a terra às populações indígenas, estamos proporcionado melhor condição de vida aos nossos agricultores.” A seguir, trechos da entrevista.

Como o sr. viu a decisão do STF? A medida foi altamente favorável aos índios na medida em que se reconheceu o seu direito histórico àquelas terras e, ao mesmo tempo, se obstruiu o processo de exclusão das populações indígenas.

Existem casos de violência contra índios? Reiteradas vezes, os fazendeiros usaram de violência e intimidação contra índios e seus aliados. Com a decisão, entretanto, já se deu um passo para resolver a questão sem violência, dentro da legalidade. Acredito que, agora, as tensões tendem a diminuir.

Por que o sr. considera a decisão do Supremo Tribunal Federal irreversível? Porque ela não deixa dúvidas sobre a demarcação. Acredito que os fazendeiros deveriam discutir, agora, como deve ser a sua retirada e não tentar permanecer na área.

Uma das reclamações de arroteiros e pecuaristas é que quase 80% do Estado está protegido na forma de reservas indígenas e áreas de proteção ambiental. Não sobra muito pouco para estimular o desenvolvimento? Esta questão encerra um equívoco, fruto de uma visão segundo a qual as populações indígenas não estão incluídas na luta pelo desenvolvimento. No entanto, metade da população rural de Roraima é composta por indígenas. Dessa forma, ao garantir terras aos índios e à preservação ambiental, estamos incentivando o desenvolvimento, com respeito ao meio ambiente

Qual será, em sua visão, a atitude dos fazendeiros e agricultores diante desse quadro adverso? Acredito que, como têm feito, vão insistir um pouco mais na questão judicial. Nós, de nossa parte, estamos preocupados, agora, em garantir criação e desenvolvimento de economia sustentável para melhorar a vida das populações indígenas. Gastamos muita energia nesta luta e queremos, agora, nos preparar para este novo passo, de melhorar qualidade de vida dos índios.

14. 'Eles ajudaram no Desenvolvimento' – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2007

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), uma das principais líderes da bancada ruralista, vê como “um crime” a retirada das empresas e dos arroteiros da reserva. “Os empresários e agricultores saíram do Sul e foram para lá há 30 anos, como convidados. Ajudaram no desenvolvimento,

geraram 8 mil empregos e agora vão sair com uma mão na frente e outra atrás”, disse. A parlamentar não vê muita possibilidade de reversão da decisão do STF, mas se prepara para reapresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê o pagamento de indenização a ocupantes, titulados, de áreas indígenas.

Por que a senhora considera “criminosa” a retirada das empresas? Porque eles são trabalhadores, produtores de todo arroz consumido na região, e estão sendo expulsos sem ter a mínima possibilidade de reclamar. Para o governo, não custa nada fazer uma média com a opinião pública internacional, retirando o pessoal de lá.

A principal crítica dos produtores é que quase todo o Estado está incluído em áreas de proteção. É verdade? Sim. Cerca de 80% de Roraima é área indígena ou de proteção ambiental. Como, da área que resta, 80% precisam ser preservados, não sobra praticamente nada para plantar. Mesmo assim, os arrozeiros abastecem todo o Amazonas. Como ficará sem eles lá? Devemos ter desabastecimento e aumento de preços de alimentos.

Este grande número de áreas protegidas, em sua opinião, atrapalha o desenvolvimento do Estado? Não se pode atrapalhar o que não existe. É impossível tocar um Estado com apenas 20% de área para produção. Há, também, as cidades e regiões nas quais não se pode plantar nada.

Há acusações do Cimi de violência de fazendeiros contra índios. Isso confere? Basta se colocar do outro lado, de alguém que construiu um patrimônio de uma vida e ficará sem nada. Nunca vi um lugar tão abandonado como aquele. Há situações em que é matar ou morrer. **A senhora acredita que se possa, de alguma forma, questionar a decisão do STF?** Acho, sinceramente, muito difícil, o assunto tem um forte apelo internacional e há forças políticas grandes interessadas neste assunto.

O que poderia ser feito, então? Estamos reapresentando uma PEC, que foi apresentada por um ex-senador, para garantir, ao menos, indenização aos que perderem suas terras. Hoje, eles só recebem as benfeitorias e jamais poderão comprar terras em outro lugar. Este pessoal está desesperado.

15. Corte de verba muda a vida dos xikrin - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007

Uma das primeiras palavras que se aprende na língua Jê falada pelos índios xikrin é "piokaprin" ou "folhas pálidas". Significa dinheiro. É a resposta que muitas índias dão quando se pede para tirar uma fotografia (mekaron). Os fornecedores já chegam às associações dos xikrin em Marabá (PA) dizendo que querem tratar de "piokaprin". E até Raimundo de Oliveira, conhecido como Ivan, chefe do posto de vigilância da Funai na aldeia Djudjêkô, que fica na Terra Indígena Xikrin do Cateté, brinca com os índios que quer "piokaprin" quando arruma uma instalação elétrica que não funcionava ou quando entrega uma lima para afiar faca. Como resposta, invariavelmente, ouve uma sonora gargalhada.

Dinheiro tornou-se um assunto essencial na vida dos xikrin, comunidade que vive próxima a quatro grandes projetos da Companhia Vale do Rio Doce: Carajás (minério de ferro), Onça Puma (níquel, que começa a operar no próximo ano), Salobo e Sossego (cobre). Até o ano passado, a Vale repassava anualmente cerca de R\$ 9 milhões aos cerca de 910 índios que vivem nas duas

aldeias da terra indígena. Mas uma invasão a Carajás em outubro do ano passado levou a companhia a suspender os repasses.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público entraram com uma ação na Justiça Federal e uma liminar restabeleceu os pagamentos. Problema resolvido? Não. Os depósitos são feitos em juízo e os recursos só são liberados depois de uma análise dos gastos. O processo está provocando uma revolução entre os xikrin e na sua relação com a Vale.

O primeiro reflexo pode ser sentido já em Marabá. Os comerciantes, antes interessados em prestar serviços aos xikrin, agora estão mais cautelosos. Os da aldeia Cateté, representados pela Associação Bep Noi, estão sem crédito na praça. Calcula-se que a Bep Noi tenha cerca de R\$ 1,2 milhão em dívidas. Para os 310 índios da Djudjêkô, representados pela Associação Kákárekré, os serviços são prestados normalmente. Mas o gerente da associação, Francisco de Oliveira Ramos, trava uma batalha diária para conter os gastos. Envolve-se pessoalmente em cada uma das aquisições feitas pela entidade. Conta com o respaldo do presidente, o cacique Karangré Xikrin.

Por decisão do juiz Carlos Henrique Haddad, a Kákárekré está recebendo normalmente os R\$ 243 mil mensais acertados com a Vale. A Bep Noi, que representa 600 índios, tem recebido R\$ 150 mil. Em maio, houve a liberação extra de R\$ 233 mil para o pagamento de verbas rescisórias da Bep Noi.

"Fizemos um enxugamento de pessoal e estamos aos poucos consertando os carros que estavam quebrados", diz Salomão Santos, gerente recém-contratado pela Bep Noi com a missão de colocar a casa em ordem. Segundo ele, havia 32 "kubens" (não-indígenas) trabalhando na aldeia do Cateté e, hoje, apenas dois. "Muitas pessoas haviam sido contratadas para fazer serviços na fazenda Kunumbre, como a colocação de estacas e o corte com motosserras", explica. O Valor apurou, porém, que um ex-presidente da associação Bep Noi chegou a ter empregada doméstica "kuben" para sua casa na aldeia. Outros chegaram a contratar peões para suas roças.

O juiz Haddad diz que viu excessos nos gastos da aldeia Djudjêkô e por isso pediu uma auditoria. Entre os pagamentos não autorizados por ele estão uma prestação de R\$ 1.190,00 de som MP3 e kit auto falante, R\$ 4,23 mil da Pizzaria Verdes Mares e R\$ 3,18 mil da Locadora Marabá (a dívida total com a locadora de veículos é de R\$ 110 mil). A justificativa é de que esses gastos não dizem respeito ao escopo do convênio com a Vale (saúde, educação, atividade produtiva, vigilância e administração).

"Incluíram minha conta como absurda. Mas meu estabelecimento não é só pizzaria. Na hora do almoço, funciona como churrascaria, serve comida. O serviço foi prestado", diz Fernando Antonio Ximenes, proprietário da Verdes Mares. Segundo ele, a falha foi da administração da associação Bep Noi. "Os índios são meio descontrolados mesmo com dinheiro."

Descontrole não é a melhor palavra para explicar a relação dos xikrin com o dinheiro. Nos sete dias em que a reportagem teve contato com eles, o que se pode observar é que eles são vidrados em tecnologias e máquinas. Adquirir esses produtos é para eles como adquirir o conhecimento do "kuben". Eles também não negociam desconto, têm dificuldade em entender juro em uma compra a prazo e acreditam no que lhes é informado por comerciantes.

Bep Karôti, que foi presidente da Bep Noi e que ainda hoje passa boa parte do tempo em Marabá, justifica que os índios estão comprando tevês para ver no telejornal o que está acontecendo no Brasil e as festas gravadas de seu povo. O som, para ouvir música indígena. "Por que o branco fez restaurante? Para comer. Nós também tem boca, barriga. Também quer experimentar", afirma. Ele também diz que os índios são os donos do minério. "Por que a Vale tem telefone, tevê, CD, carro e nós não pode?"

Os índios relacionam ainda algumas necessidades ao crescimento populacional (em 1995, eram 517; hoje, são 910) e ao desmatamento. "Hoje, a palha está longe. A caça está há 20 quilômetros.

O fazendeiro acaba com a floresta. Queima jabuti, anta. Não tem como voltar à tradição", diz Bep Tum.

Bep Tum e Bep Karôti estão criando uma terceira aldeia. Tiveram problemas com a comunidade em parte por causa do excesso de gastos. Karôti, figura polêmica mesmo entre os xikrin, é o melhor exemplo da diferença entre o modo de vida na aldeia e na cidade.

Em Marabá, sua imagem é de gastador. Mas, na aldeia, a não ser pelos eletroeletrônicos, impera a simplicidade. Muitas famílias têm uma pequena criação de aves, as mulheres se pintam, dançam, falam a língua nativa, muitas preferem cozinhar do lado de fora da casa, com madeira. "Estamos preservando nossa cultura", diz Tamakwaré, da aldeia Cateté, que defende uma ampliação do acordo com a Vale. "Eles exploram Salobo, Sossego, Carajás e compraram Onça Puma. Só pagam Carajás."

As aldeias têm uma boa infra-estrutura, com casas, enfermaria (remédios cedidos pelo governo são insuficientes e as associações garantem o estoque), consultório dentário, motor para a geração de energia, água encanada e escola.

O juiz Haddad, que vai decidir o futuro dos xikrin, afirma que a Vale deve continuar a pagar aos índios. "Eles terão de se acostumar com menos, a trabalhar para se sustentar." Resta saber se o impacto desse aperto financeiro será sentido na cidade ou na aldeia.

A terceira matéria da série "Economia na selva" será publicada na edição de sexta-feira

16. Na estrada com os índios, de Marabá ao Cateté – Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 06/06/2007

São pouco mais de 8h da manhã de uma quinta-feira e Francisco Ramos, o gerente kuben (branco) da Associação Indígena Kákárekré, dá as últimas instruções a Vicente, o motorista xikrin que nos levará de Marabá até a aldeia, na Terra Indígena Xikrin do Cateté. Entrega a requisição para abastecer o carro e sugere a compra de uma lona para cobrir a caçamba da caminhonete Mitsubishi vermelha L200 GLS, placa NGR 7200.

Um motoqueiro entrega uma encomenda de última hora: pacotes e pacotes de fraldas descartáveis. Sim, boa parte dos indiozinhos xikrin usa hoje fraldas descartáveis, muitas delas encontradas no chão das duas aldeias, a Cateté e a Djudjêkô. Na caçamba, já estavam acomodadas duas bicicletas, TV Samsung de 29 polegadas, colchão infantil, uma caixa de som grande e minha mala.

Ao volante, Vicente. Ao seu lado, o cacique Karangré, da aldeia Djudjêkô. Atrás, a mulher de Karangré com o neto no colo, o índio Bepkré e, entre os dois, eu. Após abastecer, a primeira parada (das muitas daquele dia) é no atacadista Correntão, à saída de Marabá. Compro pilhas e Vicente ajeita a lona. A mulher do cacique, que fala poucas palavras em português, me pede para comprar amendoins e brinquedos para o neto. Esse tipo de pedido se repetiria várias vezes: para chiclete, bolos e salgadinhos.

A viagem para a aldeia começa na PA-150, de Marabá a Xinguara. Embora ainda seja Amazônia legal, a região não guarda nada do que se entende por Amazônia. Esqueça matas e grandes árvores. À saída de Marabá estão as siderúrgicas de ferro-gusa, atividade que contribuiu para o desmatamento da região. Em seguida, as fazendas de gado. Karangré conta como era aquela área antes do avanço dos kuben. Sua mulher fala algo, aponta para o lado e dispara em português: sem-terra. Era o primeiro dos três assentamentos do trajeto.

Ligeiro alvoroço, ar de excitação e a caminhonete pára. Karangré desce e negocia com uma sem-terra que vende produtos na beira da estrada. Volta satisfeito. Comprara quatro jabutis vivos. A

fêmea, maior, custou R\$ 20. Os menores, R\$ 10 cada. A carne do kapran é muito apreciada pelos xikrin.

O almoço é em um restaurante em um posto de gasolina. O cacique se serve de arroz, feijão, frango e muita farinha de mandioca. O neto, de dois anos, pede coxinha. Pago a conta de todos.

No carro, as conversas são na língua dos índios. Mas eles me deixam à vontade para puxar conversa. Karangré, atencioso, explica tudo. Em Eldorado dos Carajás, ele me chama a atenção para grandes troncos queimados. Foram colocados ali em homenagem aos 19 sem-terra que morreram em 1996 em conflito com a polícia.

No som do carro, música sertaneja. Depois, forró do Risca Faca, sucesso entre os xikrin com músicas politicamente incorretas ("Quer beber? Quer beber? De bar em bar, de mesa em mesa, bebendo cachaça, tomando cerveja"). Em Xinguara, Karangré pára e compra CDs - piratas, como todo o comércio de CDs por ali. Não é fácil uma viagem tão longa sem música.

A partir de Xinguara, a caminhonete segue para Água Azul do Norte pela PA-279. A cidade é a última parada antes da reserva. No Comercial Pereira, cada um compra seus mantimentos, inclusive carne, já que agora faltam apenas três horas para a aldeia. No caixa, um aviso da outra associação indígena, a Bep Noi, alerta que as compras só podem ser feitas com requisição. O dono do estabelecimento, Hortêncio, tem a receber cerca de R\$ 240 mil da Bep Noi. A Kákárekré está em dia.

A essa altura, a caçamba e meu colo estão abarrotados. Com esforço, consegue-se encaixar um botijão de gás, amparado por uma corda. A partir de Água Azul do Norte, o asfalto, que já era ruim, some e dá espaço a caminhões levantando poeira. Um bom trecho da estrada ainda não está pavimentado. A mulher de Karangré não se incomoda com os buracos e amamenta o neto, comum entre os xikrin.

Uma conversão e, logo mais à frente, a porteira que dá acesso à terra indígena pelo lado do posto PKV. A diferença na paisagem é gritante. Os pastos dão vez à mata nativa. Karangré conta histórias de fazendeiros invasores. O ar mais fechado do cacique se transforma. Mostra árvores, diz nomes de rios, seus afluentes e caminhos, faz questão de parar na Fazenda Tep Kré, onde os xikrin do Djudjêkô criam 570 cabeças de gado. Para montá-la, a associação aproveitou uma área que fora invadida. Os investimentos foram de R\$ 182 mil.

A estrada é estreita, está em condições ruins e tem precárias pontes de madeira. Paramos para ver uma jibóia. Mais à frente, casas de pau-a-pique. É o início da terceira aldeia, a Ô-Ô-Djã, liderada por Bep Karôti e Bep Tum, que deixaram a aldeia do Cateté em parte por conta dos problemas financeiros.

Karangré aponta as roças comunitárias e diz que, com o crescimento da população e a impossibilidade de migrar para novas áreas, as roças e a caça estão cada vez mais distantes. Por isso a necessidade de caminhão e carro para transporte dentro da aldeia. Às 19h - dez horas após a partida - chegamos a Djudjêkô.

Vicente, o motorista, faz o trajeto Marabá-aldeia pelo menos duas vezes por semana, ida e volta. Dirige do início ao fim da viagem. Na volta, no domingo, teve trabalho extra. Um caminhão ficou preso em uma ponte e foi preciso sair da aldeia pelo posto Bekaware, em direção a Ourilândia do Norte. A estrada estava ainda pior e foi necessário usar a tração nas quatro rodas. À saída da reserva, as grandes obras de Onça Puma chamam a atenção. A volta levou 11 horas. O mesmo CD do Risca Faca tocou por quase cinco horas. **(RB)**

17. Funai defende discussão sobre mineração em Terras Indígenas na primeira reunião da CNPI - ISA - 07/06/2007

Movimento indígena quer debater o assunto junto com Estatuto dos Povos Indígenas, que está parado no Congresso há mais de 14 anos. Anteprojeto de Lei sobre o tema foi entregue aos integrantes da Comissão Nacional de Política Indigenista. Proposta prevê que 3% do faturamento com exploração da atividade deverão ser revertidos para povos indígenas. Comunidade afetada só ficaria com metade disso e não controlaria recursos diretamente.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, defendeu ontem, terça-feira, que a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) discuta o tema da mineração em Terras Indígenas (TIs) em seu próximo encontro, no dia 12 de julho. A sugestão foi criticada pelos representantes indígenas e não-governamentais e criou polêmica logo na primeira reunião do colegiado. Eles defenderam que o tema seja discutido juntamente com o Estatuto dos Povos Indígenas, que está parado no Congresso há 14 anos. A proposta foi aceita e incluída na pauta do encontro de julho, que vai tratar também da saúde e violência cometida contra povos indígenas. "Temos de acabar com a hipocrisia nesse assunto. Os membros da comissão têm o direito de ter informações sobre ele", defendeu Meira. Ele lembrou que já havia prometido publicamente colocar o tema da mineração em TIs em discussão e acha importante iniciá-la para que as posições dos interessados venham a público. A reunião de julho será extraordinária e foi pedida por Meira, segundo ele, apenas para adiantar os trabalhos da comissão. O presidente da Funai negou que houvesse intenção de discutir a questão já na primeira reunião da CNPI, como foi divulgado por alguns jornais há alguns dias.

O governo elaborou um anteprojeto de lei (APL) sobre a mineração em TIs, mas ainda não o havia reconhecido oficialmente. A proposta foi disponibilizada para os integrantes da comissão, mas já circula informalmente desde o ano passado. Grandes empresas do ramo pressionam pela liberação da exploração mineral dentro das TIs, atividade de alto impacto ambiental e social. "Acho que a CNPI não foi criada para discutir uma coisa que já está pronta, acabada. Não podemos analisar um tema como este se ainda estamos debatendo a instalação da comissão", criticou Eliton Gavião. Ele argumentou que as comunidades indígenas precisam conhecer melhor o assunto para se pronunciar a respeito. Eliton reforçou o coro das lideranças indígenas que temem que a autorização para a mineração em suas terras abra a porta para a degradação ambiental e a cooptação de lideranças.

Os Yanomami, por exemplo, já têm posição firmada a respeito. Consideram que a mineração em suas terras pode representar sua destruição. Por conta disso, os professores Yanomami divulgaram carta sobre o tema, que foi entregue à CNPI e endereçada ao presidente Lula. Em um dos trechos, os professores escrevem: "A nossa terra já está homologada e registrada. Nós precisamos da terra para viver, pescar, caçar, fazer roça e construir as nossas casas. Nós já temos a nossa alimentação garantida, o que a natureza oferece para os filhos do patrimônio de Omama, criador do mundo. Nós não pensamos como vocês brancos pensam. Não queremos dinheiro, queremos que o nosso povo viva bem, feliz, com saúde". (Leia abaixo o documento na íntegra).

Discussão conjunta

As lideranças indígenas avaliam que o Estatuto dos Povos Indígenas pode vir a ser o marco regulatório de um conjunto integrado de políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente e segurança alimentar, entre outros. A aprovação em separado de temas controversos e de interesse de grandes empresas, como mineração e recursos genéticos, por outro lado, poderia fazer com que a regulamentação de assuntos de interesse dos povos indígenas continue no limbo do Congresso.

O APL de mineração prevê que a exploração nas áreas indígenas poderá ser feita por empresas, mediante licitação pública, pela própria comunidade ou por uma sociedade entre os dois. De acordo com a proposta, as comunidades afetadas poderiam impor condições aos empreendimentos, mas não poderiam rejeitá-los. Apenas a Funai teria a prerrogativa. Além disso, 3% do faturamento das atividades seriam revertidos para os povos indígenas, sendo que metade do percentual iria para um fundo dirigido pela Funai e somente a outra metade seria controlada por um comitê gestor em que a comunidade teria assento, mas também outras instituições que não estão definidas no APL. Portanto, apenas 1,5% dos recursos obtidos com a mineração seriam destinados diretamente ao grupo indígena atingido – mas não seriam controlados diretamente por ele. O licenciamento ambiental seria feito só no final do conjunto de consultas e estudos sobre o pedido de exploração mineral, o que pode aumentar a pressão das empresas quando o trâmite administrativo já estivesse quase terminado.

“Se a legalização da mineração fosse um remédio para o garimpo ilegal, este já não existiria mais no País. Fora das terras indígenas não há qualquer restrição à atividade das empresas mineradoras e, no entanto, a todo momento surge a notícia de um novo garimpo clandestino”, aponta Raul do Valle, do Programa de Política e Direito Socioambiental (PPDS) do ISA. Ele lembra que a mineração empresarial não pode ser necessariamente considerada uma alternativa ao garimpo, pois nem todo mineral é garimpável e nem toda área passível de ser garimpada poderia abrigar uma mineração industrial, como a que faz a Vale do Rio Doce, por exemplo. “Muitas vezes a concentração ou qualidade do mineral é tão baixa que só vale a pena para o garimpeiro desengano, que por sua vez só tem lucro na clandestinidade”.

"Queremos discutir a questão da mineração. O problema é como vamos fazer isso. Acho muito ruim começarmos os trabalhos da CNPI com a antecipação desse debate", salientou Saulo Feitosa, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Ele insistiu que o tema da mineração deve ser discutido com o Estatuto dos Povos Indígenas. "Pinçar esta questão do estatuto foi uma manobra do governo Fernando Henrique Cardoso no Congresso, há quase dez anos, para atender o lobby das mineradoras."

A primeira reunião da CNPI começou no dia anterior. Foram aprovados o regimento interno e nove subcomissões (confira abaixo). Cada uma delas terá um coordenador governamental e um coordenador escolhido entre os representantes indígenas e não-governamentais. A CNPI é um órgão consultivo que reúne vários ministérios, representantes indígenas e de organizações da sociedade civil de defesa dos direitos indígenas. Ela passou a integrar a estrutura do Ministério da Justiça e terá a função de propor diretrizes para a política indigenista oficial.

A proposta original do movimento indígena era de que o colegiado tivesse caráter deliberativo. Em uma difícil negociação com o governo, as lideranças indígenas tiveram de ceder e esperar por mais algum tempo que sua reivindicação seja efetivada. Segundo o regimento aprovado na terça-feira, uma das funções da CNPI é preparar um APL para o futuro Conselho Nacional de Política Indigenista, que terá caráter deliberativo. A subcomissão responsável pelo tema tem até o dia 10 de outubro para apresentar uma proposta de APL.

Leia abaixo a carta que os professores Yanomami encaminharam à CNPI e ao presidente Lula.
Auaris, 02 de junho de 2007

Para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

Nós professores Yanomami reunidos no VIII Curso de nossa formação que está sendo realizado aqui em Auaris, Terra Indígena Yanomami, recebemos uma notícia que nos deixou muito preocupados. Essa notícia falava sobre a vontade do governo Federal de escrever um projeto de Lei sobre a abertura de todas as terras indígenas para a exploração das mineradoras. Esse projeto de Lei nº 1.610 que o Governo Federal quer enviar para o Congresso Nacional é uma grande

ameaça para os povos indígenas de todo Brasil. A mineração vai trazer muitos problemas para as comunidades indígenas, problemas de saúde, ambientais e sociais.

Nós, professores Yanomami, somos contrários ao encaminhamento desse projeto para o Congresso Nacional. Antes desse projeto de lei ser encaminhado, o Governo Federal deve respeitar e consultar nós, povos indígenas.

Se esse projeto for aprovado, trará muitos problemas para todas as Terras Indígenas do Brasil. Quando as empresas chegarem na nossa terra, o que acontecerá? Primeiro haverá desmatamento da floresta, os rios serão poluídos, a caça se tornará escassa. Assim, as doenças como malária, tuberculose, diarreia e pneumonia, aumentarão.

A nossa terra já está homologada e registrada. Nós precisamos da terra para viver, pescar, caçar, fazer roça e construir as nossas casas. Nós já temos a nossa alimentação garantida, o que a natureza oferece para os filhos do patrimônio de Omama, criador do mundo. Nós não pensamos como vocês brancos pensam. Não queremos dinheiro, queremos que o nosso povo viva bem, feliz, com saúde.

Já existem muitos problemas de saúde nas Terras Indígenas. A mineração pode trazer mais problemas. A mineração destrói a floresta. Sem as árvores, a água empoça ajudando os mosquitos aumentarem em quantidade, aumentando a malária. A mineração vai trazer muitas pessoas para trabalharem na nossa floresta. Isso vai trazer mais doenças, a mineração vai estragar o alto da nossa serra e isso vai poluir todos os nossos rios, causando fome.

Com a chegada das empresas mineradoras, haverá muita violência, prostituição e a entrada das bebidas alcoólicas, como já aconteceu no passado na nossa terra. Por isso, quando recebemos essa notícia ficamos muito revoltados. Se as empresas chegarem, todo o povo brasileiro morrerá porque as Terras Indígenas são as únicas que estão preservadas.

Então, hoje nós não queremos sofrer mais quando as crianças começarem a ficar doentes por causa da malária. Nós povo Yanomami já vivemos esta situação nos anos 1980, quando os garimpeiros chegaram dentro da Terra Indígena Yanomami. Então a população foi diminuindo por anos seguidos até conseguirmos nos curar das epidemias. Nós não queremos passar mais dez anos morrendo mais do que nascendo. Por isso, nós todos Yanomami não queremos deixar entrar as empresas mineradoras na nossa terra.

Essa Lei que vossa excelência quer aprovar vai obrigar nós Yanomami àquilo que não queremos: deixar a mineração entrar na nossa terra.

Essa nossa terra é toda sagrada. Será que os brancos não percebem a importância da floresta viva?

Algumas pessoas disseram que o Brasil precisa se desenvolver porque existem muitos pobres. Por isso precisa explorar suas florestas, retirar minérios e abrir estradas. Mas desenvolver o Brasil não é destruir floresta. No passado, as florestas localizadas no litoral do Brasil foram muito exploradas e quase todas destruídas. Mas o Brasil, ele se desenvolveu? Os pobres acabaram no país? Todos são ricos e não têm fome? O Brasil está acabando com suas florestas, mas a pobreza continua.

Por isso nós professores decidimos escrever para o Senhor Presidente para manifestar nossa posição contrária a esse projeto de lei e ao seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

Conheça a composição das subcomissões da CNPI.

Composição das Subcomissões Temáticas da Comissão Nacional de Política Indigenista

1) Subcomissão para elaboração do anteprojeto de lei do Conselho Nacional de Política Indigenista

Jecinaldo Sateré (coordenador)

Marcos Xucuru
Gilberto Azanha
Representante do Ministério da Justiça
Representante da Funai
Representante do Gabinete de Segurança Institucional
2) Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania
Wilson Terena (coordenador)
Saulo Ferreira Feitoza
Sandro Tuxá
Representante do Ministério da Justiça
Representante da Funai
Representante do Gabinete de Segurança Institucional
3) Subcomissão de Terras Indígenas
Danilo Terena (coordenador)
Basílio Xokleng
Gilberto Azanha
Representante do MDA/Incra
Representante do Ministério do Meio Ambiente
Representante da Funai
4) Subcomissão de Etno-desenvolvimento
Ricardo Verdum – Inesc (coordenador)
Cleber dos Santos Karipuna
Luiz Titia Pataxó Hahahãe
Representante do Ministério do Desenvolvimento Social
Representante do Ministério do Meio Ambiente
Representante da Funai
5) Subcomissão Legislativa (incluindo temas como Estatuto, mineração, gestão, e outros relativos à regulamentação da CF)
Saulo Ferreira (coordenador)
Wilson Terena
Antonio Pessoa
Representante da Funai
Representante do Ministério da Justiça
Representante de Minas e Energia
6) Subcomissão de Saúde Indígena
José Aarão (coordenador)
Lindomar dos Santos Xocó
Akiaboro Kayapó
Representante do Ministério da Saúde
Representante da Funasa
Representante da Funai
7) Subcomissão de Educação Escolar Indígena
Francisca Pareci (coordenadora)
Ricardo Weber Tapeba
Pierlângela Wapichana
Representante do Ministério de Educação
Representante da Casa Civil

Representante da Funai
8) Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude
Francisca Bezerra Cambioá
Pierlângela Wapichana (coordenadora)
Kohalui Karajá
Representante do Gabinete de Segurança Institucional
Representante da Casa Civil
Representante da Funai
9) Subcomissão de articulação de Políticas Públicas (participação, controle social, conferências, PPA ...)
Deuclides Kaingang (coordenador)
Manoel Gomes da Silva Kaxinauá
Eliton Gavião
Representantes da Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Representante da Casa Civil
Representante da Funai

18. Proposta reabre disputa por terras entre índios e Aracruz - Raquel Balarin – Valor Econômico - 08/06/2007

A Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá reenviar nos próximos dias ao ministro da Justiça, Tarso Genro, a proposta de ampliação da área indígena dos tupiniquins e guaranis, no Espírito Santo, em 11 mil hectares. É a mais complexa discussão entre comunidades indígenas e empresas hoje no país. A área representa 55% das propriedades da Aracruz no Estado. A empresa alega que os índios da região não mantêm mais tradições como caça e pesca e que, por isso, não precisam de área tão grande. Além disso, pesquisas históricas comprovariam que eles não habitavam a área permanentemente. A disputa tem acirrado os ânimos na região da cidade de Aracruz. Moradores fazem manifestações contra os indígenas. ONGs e o Ministério Público dizem que a empresa jogou a população contra as comunidades.

Para resolver o impasse, a Aracruz propôs doar algumas terras, mas de forma a lhe garantir segurança jurídica de que não haverá novos pedidos de ampliação no futuro. Além disso, se dispõe a apoiar projetos que garantam a sustentação econômica dos índios, a exemplo do que a Vale do Rio Doce negocia com os krenaks, em Minas, mas apenas uma aldeia dos tupiniquins e guaranis aceita negociar com a Aracruz.

Cresce a preocupação com a disputa entre as comunidades e a Aracruz. Em dezembro do ano passado, durante uma invasão ao Portocel, em Linhares (ES), trabalhadores e índios chegaram a entrar em confronto, mas foram contidos pela polícia. A Aracruz questiona dois pontos: a tradicionalidade dos índios e a ocupação da área reivindicada por eles. Se os índios não seguem mais suas tradições de viver da caça e da pesca, não teriam mais direito a áreas tão grandes, ponderam seus dirigentes. "Não deixamos de ser índios por isso ou por termos celular e acesso à internet", diz Paulo Henrique Vicente Oliveira, da comissão de caciques da Associação Indígena Tupinikim e Guarani. Segundo ele, a comunidade continua a fazer festas, rituais e artesanato e as crianças estão aprendendo a língua tupi com professores indígenas.

A Aracruz chegou a manter um acordo comercial de aquisição de madeira dos índios, rompido em 2005. Os recursos se somavam aos repasses às aldeias para projetos de assistência social, agricultura, saúde e educação.

19. Disputa sobre terras entre índios e Aracruz está longe da solução - Raquel Balarin – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007

Está para cair no colo do ministro da Justiça, Tarso Genro, a mais complexa discussão hoje em curso entre comunidades indígenas e empresas. Trata-se da proposta de ampliação das reservas dos tupiniquins e guaranis, no Espírito Santo, em 11 mil hectares. A área reivindicada representa 55% das propriedades da Aracruz no Estado.

O processo estava nas mãos do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Pouco antes de deixar o cargo, em fevereiro, ele decidiu devolver a questão para a Fundação Nacional do Índio (Funai), solicitando que fossem aprofundados estudos e que fosse elaborada uma proposta que "compusesse os interesses das partes". O Valor apurou que a Funai está para reenviar o processo ao Ministério da Justiça, alegando que os estudos necessários já foram feitos nos últimos 12 anos. A disputa entre as comunidades e a Aracruz é cada vez mais preocupante. Em dezembro do ano passado, durante uma invasão ao Portocel, único porto brasileiro dedicado à exportação de celulose, em Linhares (ES), trabalhadores e índios chegaram a entrar em confronto, mas foram contidos pela polícia.

Alguns meses antes, em setembro, uma manifestação contra os índios e a favor da empresa reuniu 5 mil pessoas na cidade de Aracruz. Foi organizado por sindicatos dos trabalhadores. Outdoors traziam dizeres como "A Aracruz trouxe o progresso. A Funai, os índios". Em fóruns na internet, é possível encontrar moradores da região vociferando contra os tupiniquins e guaranis.

"Os trabalhadores foram se sentindo com medo, agredidos, diante de atos de ilegalidade praticados pelos índios, como botar fogo nas florestas, invadir fábricas e portos. Isso acabou gerando uma reação entre os funcionários, o comércio. A população está reagindo", afirma Carlos Alberto Roxo, diretor de sustentabilidade e relações corporativas da Aracruz.

Os índios e entidades como o Ministério Público e a organização não-governamental (ONG) Fase têm explicação diferente para a reação. "A Aracruz lançou uma campanha tentando jogar a população contra os índios", diz um representante da Fase. O procurador André Pimentel Filho, do Ministério Público Federal, que determinou no fim de 2006 a retirada de cartilhas distribuídas pela Aracruz na região, diz que o material desqualificava a cultura indígena.

Nas cartilhas, a Aracruz questionava dois pontos: a tradicionalidade dos índios e a ocupação da área reivindicada por eles. Para isso, usou fotografias tiradas pelo extinto Instituto Brasileiro do Café em 1957 - antes de comprar as terras - e as confrontou com registros históricos. Também mostrou fotos de casas de alvenaria dentro da aldeia, algumas com antena parabólica, ruas asfaltadas e carros.

"Não deixamos de ser índios por isso ou por termos celular e acesso à internet. É de se admirar que uma multinacional pense que temos de ser primitivos, de viver no meio da mata. A empresa contribuiu para isso. As aldeias ficaram ilhadas no meio do eucalipto", diz Paulo Henrique Vicente Oliveira, coordenador da comissão de caciques da Associação Indígena Tupinikim e Guarani. Segundo ele, a comunidade continua a fazer festas, rituais e artesanato e as crianças estão aprendendo a língua tupi com professores indígenas.

Para a Aracruz, a razão de se questionar a tradicionalidade não tem a ver com a discussão sobre o que caracteriza ou não um índio. "Por que a Constituição garante aos índios uma área maior que aos outros? Porque eles precisam caçar, pescar", explica Roxo, da Aracruz. De acordo com ele, o

que a empresa quis mostrar é que os índios da região não têm mais essa tradição e, por isso, não precisam de área tão grande. Além disso, Roxo diz que a empresa tem o histórico, tanto da criação da reserva, como de sua ampliação, em 1998. "Eles não quiseram substituir o eucalipto por madeira nativa."

A Aracruz chegou a manter um acordo comercial de aquisição de madeira dos índios de 1999 a 2005. Os recursos pagos se somavam aos repasses às aldeias para projetos de assistência social, agricultura, saúde e educação. O lucro era distribuído entre as famílias - 300 a princípio. Mas as comunidades cresceram, o número de famílias aumentou para algo como 420 e, segundo o Valor apurou, mais madeira foi cortada do que o planejado inicialmente. A fonte secou. No ano passado, um pouco de madeira chegou a ser vendida a terceiros. Neste ano, nada.

Paulo Oliveira, da comissão de caciques, diz que as pessoas da comunidade se tornaram dependentes dos recursos da Aracruz enquanto os acordos vigoraram. "Antes do acordo, as pessoas iam para o mangue pescar marisco, faziam roças. Com o acordo, a associação cortava madeira e repassava para as famílias e as pessoas se acomodaram", explica. Hoje, segundo ele, os índios voltaram a exercer algumas dessas atividades. "A gente sofre aperto, mas não passa fome." Atualmente, as comunidades sobrevivem de agricultura e pesca e muitos trabalham na cidade, como empregadas domésticas ou pedreiros. O principal suporte da associação são as doações de ONGs, como a alemã Robin Wood, que chegou a patrocinar a ida de Paulo e de um cacique guarani à Europa. Lá, eles fizeram manifestações em frente à Procter & Gamble, cliente da Aracruz, e chegaram a ser recebidos pela diretoria.

Para Roxo, da Aracruz, a disputa envolvendo a empresa e os índios só traz perdas aos dois lados. "Perde a Aracruz, porque não é bom ter esse tipo de conflito. E perdem as comunidades, que não estão tocando um projeto produtivo." Segundo ele, a Aracruz está disposta a doar parte das terras, desde que essa nova área seja considerada "reserva indígena" e não "terra indígena". A principal diferença entre os dois termos é que a terra se refere a um local sagrado, tradicional para os índios. Já a reserva é uma espécie de assentamento.

A questão vai além da semântica. Na verdade, a Aracruz busca segurança jurídica. A terra indígena dos tupiniquins e guaranis foi criada em 1982 e ampliada em 1998. Se a nova área for classificada como reserva, reduz-se o risco de um pedido de expansão no futuro porque isso dependeria de desapropriação. Segundo ele, há também uma questão moral: a Aracruz não admite a versão que se propagou, de que expulsou índios do local.

Em sua defesa, para mostrar que adquiriu as terras legitimamente e que a região não tinha aldeamentos tradicionais, a Aracruz foi buscar arquivos históricos e chegou a fazer pesquisas na Torre do Tombo, em Portugal, segundo José Luiz Braga, diretor-jurídico da empresa. Ele diz que, em audiência na Vara Federal de Linhares, em março, a companhia abriu não só a possibilidade de doar terras, como também a de desenvolver projetos que dêem autonomia às comunidades e que permitam eliminar sua dependência da Aracruz.

Por enquanto, das sete aldeias da região, apenas uma, a de Comboios, aceita negociar com a empresa. As outras se mantêm firmes no propósito da demarcação.

O Valor tentou durante dez dias uma entrevista com o presidente da Funai, Márcio Meira, para a série "Economia na selva", mas ele não atendeu a reportagem.

20. Com os krenaks, de Minas, Vale quer fazer "PPP" dos índios – Valor Econômico – Especial - 08/06/2007

O consórcio formado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela estatal mineira de energia Cemig deve informar na próxima semana ao Ministério Público Federal se aceita continuar pagando aos índios krenak, de Minas Gerais, um valor mensal de R\$ 450 por família, mais uma cesta básica. O pagamento estava sendo feito há seis meses, como parte de um acordo provisório com a comunidade krenak que venceu em maio.

Os krenaks habitam uma área indígena à margem do rio Doce, próximo à cidade de Resplendor, e reivindicam uma compensação pelos impactos da usina hidrelétrica Eliezer Baptista. Inaugurada em maio do ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a usina tem capacidade de geração de 330 MW, e está localizada na divisa entre Minas e o Espírito Santo.

"A usina tem grandes conseqüências sobre a vida dos índios, mas o estudo de impacto ambiental não contemplava isso", diz Waldemar Adilson Krenak administrador regional da Funai em Governador Valadares e também membro da comunidade krenak. A usina fica a 40 quilômetros da aldeia, que tem cerca de 230 índios.

Em março de 2005, o Ministério Público entrou com ação civil pública contra a Vale e a Cemig. Em dezembro daquele ano, os índios chegaram a bloquear a Estrada de Ferro Vitória-Minas para pressionar a mineradora, que tem 51% do consórcio. Na época, a Vale chegou a anunciar que os índios pediam R\$ 30 milhões. "Não há um valor estipulado. É difícil botar preço em água", afirma Waldemar.

Os índios e a população ribeirinha da região reclamam que houve redução dos peixes depois da instalação da usina e que há um aumento do número de mosquitos, que podem provocar malária e dengue. Há ainda uma questão cultural. As sobras de uma cerimônia tradicional dos krenaks costumam ser jogadas no rio Doce, para que sigam seu curso até o mar. O reservatório prejudica o ritual, segundo os índios.

O processo judicial contra o consórcio Vale/Cemig foi suspenso em outubro do ano passado, para que a Funai e a comunidade indígena fizesse uma avaliação de uma proposta de acordo oferecida pelas empresas. "A idéia é colocar um fim a essa demanda. O pagamento mensal às famílias, por seis meses, foi estabelecido até que essa proposta pudesse ser analisada", afirma o procurador do Ministério Público Federal em Governador Valadares, Flávio Behring Leite Praça.

A Vale do Rio Doce quer tornar o acordo com os krenaks exemplar. Internamente, chega-se a brincar que o convênio será "a primeira PPP indígena", em uma referência às Parcerias Público-Privadas. A idéia é que o governo mineiro integre o acordo dando suporte à saúde, educação e infra-estrutura (como a manutenção de estradas); a Funai, com os antropólogos e a supervisão do convênio e a Vale, com o apoio financeiro para projetos de auto-sustentação.

Na proposta apresentada, há projetos de agricultura, pecuária e artesanato. "Eles têm um nome forte no artesanato, uma marca importante", diz Walter Cover, diretor de projetos institucionais estratégicos da Vale. Segundo ele, pode ainda surgir algum projeto ligado a cosméticos, porque os krenaks têm acesso a uma fonte de água mineral. "Esperamos que isso esteja pronto em agosto."

A água a que se refere Cover, na verdade, não está na aldeia Krenak. Fica do outro lado do rio Doce, entre a aldeia e o Parque Estadual Sete Salões, e já é explorada comercialmente pelo fazendeiro Valdir Cher, que detém o direito de lavra. Detalhe: as garrafinhas podem ser encontrada nos restaurantes nos arredores dos municípios de Resplendor e Aimorés com o nome Água Mineral Krenak.

Os índios não recebem nada pelo uso de seu nome, mas têm se beneficiado da exploração da fonte. Há cerca de dois anos, a reserva, de 4 mil hectares, recebeu um sistema de captação, tratamento e armazenamento. A água vem da fonte mineral e a empresa que a explora autorizou que 14 quilômetros de rede fossem instalados em suas terras para abastecer os krenak.

Os índios da aldeia vivem hoje em casas de alvenaria e, segundo Waldemar, não têm outra fonte de receita além dos recursos do consórcio Cemig/Vale. "Os índios pescam e tem roças, mas pedem que os recursos mensais às famílias, de R\$ 450, sejam aumentados para três salários mínimos (R\$ 1,14 mil). É uma forma de eles terem suporte até encontrar outra forma de se sustentar", explica Waldemar.

Outra reivindicação dos índios é a demarcação de uma área de 1,8 mil hectares no Parque Estadual dos Sete Salões, à margem direita do rio Doce. No lugar há sete cavernas consideradas sagradas pelos indígenas e pinturas rupestres feitas por antepassados. Segundo a lenda, o túmulo do líder Krenak estaria no local e, como sua alma não foi alimentada após a invasão dos brancos, ela teria se transformado em onça e passado a viver no sétimo salão de uma caverna.

A proposta de acordo feita pela Vale segue nova estratégia da empresa. No ano passado, após várias invasões, a mineradora decidiu canalizar os recursos para projetos de auto-sustentação, ao mesmo tempo em que tenta deixar as funções de assistência à saúde e à educação e a infraestrutura sob a responsabilidade do Estado.

A companhia fechou em fevereiro acordo com os índios do Maranhão (1.090 guajajaras, 300 guajás e 320 urubu ka'apor) em que 100% dos recursos serão destinados a atividades como pecuária, fruticultura, apicultura e criação de aves. Será um total de R\$ 7,6 milhões por dez anos. Os gaviões, no Pará, que receberam R\$ 9,5 milhões em 2006 (são 555 índios), já começaram a renegociar o acordo que vence em julho e a idéia é incluir atividades como a produção de mudas. "O valor repassado a eles foi alto porque previa a construção de casas. As últimas foram entregues e eles se comprometeram a não pedir casas nos próximos dez anos", diz Cover.(RB)

21. Guajajaras mantêm bloqueio de rodovia – Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2007

A interdição da BR-226, no Maranhão, chega hoje ao quinto dia. Os índios guajajaras, liderados pelo cacique Zé Murry, afirmam que só vão liberar o tráfego de veículos de passeio e de carga após receberem a visita de equipes da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles reivindicam a reabertura dos núcleos da Funai nos municípios de Grajaú e Barra do Corda. Para evitar conflitos, a Polícia Federal tem desviado o trajeto da BR-226 para uma estrada paralela.

22. Operação expulsa 800 de terra indígena – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2007

Uma operação conjunta entre a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) retirou anteontem mais de 800 invasores da maior terra indígena de Rondônia. A reserva Uru Eu Wau Wau tem 1,8 milhão de hectares e fica no município de Seringueiras. De acordo com o governo de Rondônia, a terra havia sido dividida em lotes e era vendida para pequenos produtores rurais. A investigação da Polícia Federal começou há seis meses. Os invasores foram levados para instalações da Funai,

da Polícia Militar e para um ginásio de esportes do município de Seringueiras. Eles serão processados por crime ambiental.

23. MDA/RJ realiza palestras sobre acesso ao crédito para pescadores – MDA - 11/06/2007

Entre quarta-feira (13) e sábado (15), a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Rio de Janeiro espera reunir cerca de 500 pescadores artesanais do Norte do estado em quatro palestras sobre acesso ao crédito. Chamadas de Laboratório de Pesca e Crédito, as atividades se iniciam no município de Itaperuna e seguem para Itaocara, São Fidélis e Campos dos Goytacazes.

De acordo com o delegado do MDA/RJ, Jaime Martins, estarão presentes agências de assistência técnica e extensão rural, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e técnicos de crédito do Banco do Brasil – agente financeiro responsável pela aplicação dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no estado.

“O objetivo dos encontros é facilitar o acesso aos créditos do Pronaf B para pescadores ribeirinhos e de lagoas, além de promover o encontro entre agente financeiro, extensionistas e produtores artesanais”, destaca Martins. O Pronaf B destina atualmente até R\$ 4 mil em financiamentos para produtores familiares com renda bruta anual de até R\$ 3 mil. O juro é de 1% ao ano. O prazo para quitar o financiamento é de dois anos.

Na quinta-feira (14), a palestra ocorre em Itaocara; na sexta-feira (15), em São Fidélis; e no sábado, em Campos dos Goytacazes.

24. Território da Transamazônica avalia projetos para 2007/08 – MDA - 12/06/2007

Os agentes de desenvolvimento do Território Rural da Transamazônica se reuniram em Altamira (PA), nesta terça-feira (12), para avaliar os projetos do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Pronat) para o biênio 2007/2008.

A abertura do encontro do Conselho de Desenvolvimento Territorial contou com a participação do delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Pará (MDA/PA), José Belmiro Abucater. Ele destacou a importância do aumento de 20% nos recursos do Plano Safra 2007/08, anunciados em 22 de maio, em relação ao ano-safra anterior.

O delegado afirmou que a idéia agora é diversificar a produção dos agricultores e democratizar os recursos do Pronat, buscando contemplar as demandas de todos os atores territoriais, como indígenas, trabalhadores rurais, sindicatos rurais e quilombolas, entre outros. “A questão da segurança alimentar passa pela produção diversificada da agricultura familiar, de modo a promover o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia Legal”, disse.

De 2003 a 2006, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA investiu mais de R\$ 1,6 milhão em oito projetos de desenvolvimento da agricultura familiar para os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. O Território da Transamazônica tem área total de aproximadamente 227 mil km² e conta com 53% da população na zona rural.

25. Tecnologia ajuda índio a monitorar floresta: ONG planeja implantar 150 pontos de vigilância, com computadores, máquina fotográfica e GPS, em áreas de conservação ambiental - SARAH FERNANDES - da PrimaPagina – PNUD - 12/06/2007

A Rede de Povos da Floresta, uma organização não-governamental que ajuda moradores de reservas ambientais, planeja implantar 150 centros de vigilância em áreas de conservação no Brasil. A estratégia é montar núcleos com computadores conectados à internet, máquinas fotográficas e GPS, para que os habitantes desses lugares, sobretudo indígenas, possam usar a tecnologia para denunciar crimes ambientais.

A expectativa é que, até o final do ano, 60 pontos estejam instalados, principalmente no Amazonas, Acre, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Primeiramente, serão implantados dez centros pilotos, viabilizados pelo ARPA (Programa de Áreas Protegidas da Amazônia), que é ligada ao Ministério do Meio Ambiente e tem o apoio do GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente, sigla em inglês) — órgão administrado pelo PNUD, Banco Mundial e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Devem ser instalados seis centros no Amazonas e quatro no Acre, entre agosto e setembro deste ano. A iniciativa, chamada Rede Digital de Monitoramento, Vigilância e Educação Ambiental em Áreas Protegidas, deve beneficiar mais de 100 mil pessoas nos dois Estados.

“Vamos incentivar as denúncias de crimes contra o meio ambiente por meio da tecnologia. As pessoas poderão fotografar os casos de denúncia, estabelecer comunicação direta com órgãos fiscalizadores, alertar jornais, entre outras coisas”, afirma Virgínia Gandres, consultora da ARPA na implantação do programa.

Há três tipos de centros, todos com estrutura tecnológica para denunciar crimes ambientais: núcleos comunitários, pontos de monitoramento e centros de formação. Os núcleos comunitários são locais de convivência nos pequenos municípios, onde são instalados computadores e outras tecnologias e desenvolvidas atividades de geração de renda. “Pretendemos usar a tecnologia implantada nos núcleos para comercializar produtos típicos e incentivar turismo ecológico na região”, diz Virgínia.

Já os pontos de monitoramento serão instalados em regiões mais isoladas, geralmente em bases de órgãos fiscalizadores oficiais, como IBAMA e Polícia Militar. “Porém, devem ser locais de trânsito das comunidades, para que possam servir de pontos de denúncia contra crimes ambientais”, afirma a consultora ARPA.

Nos centros de formação, instalados em municípios mais populosos, vai haver cursos sobre preservação do meio ambiente e atividades de valorização cultural. Além disso, planeja-se desenvolver uma rádio escola, que vai produzir programas sobre a região para serem distribuídos em outras localidades.

26. Deputado apresenta proposta de decreto contra direitos quilombolas – OBQuilombola – OBQuilombola - Data: 12/6/2007 - Fonte: Ivan R. Costa - Pesquisador de Campo do PVN/CCN-MA

Direitos dos Quilombolas do Brasil (Art 68 do ADCT/CF/88) estão ameaçados pela proposta do Projeto Racista de Decreto Legislativo nº 44/07 de autoria do Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). A proposta busca sustar a aplicação do Decreto nº 4.887 de 20/11/03. O referido projeto está tramitando na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em Brasília-DF. O Art 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 foi uma conquista do Movimento Negro Brasileiro,

em especial das entidades CCN-MA e CEDENPA, que incentivaram, desde de 1980, uma lei que garantisse a propriedade definitiva das terras das Comunidades Negras Rurais do Brasil. Companheiros(as) vamos fazer uma campanha através de carta e e-mail para o Presidente da Comissão de DHM e Deputados Federais dos seus estados, para que não seja aprovado este projeto no Congresso Nacional. Pois, se o referido projeto for aprovado, haverá um grande retrocesso na luta e conquista do Movimento Negro Brasileiro.

* Presidente da CDHM - Dep. Luiz Albuquerque Couto (PT-PB) - e-mail:

dep.luizcouto@camara.gov.br

A seguir, o texto do decreto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2007.

(Do Sr. Valdir Colatto)

Susta a aplicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, anulando-se todos os atos administrativos expedidos com base no referido Decreto.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO: o presente Projeto de Decreto Legislativo visa sustar, com base na competência do Congresso Nacional, tal como previsto no inciso V, do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como todos os atos administrativos expedidos com base no aludido Decreto.

Verifica-se, ter havido exorbitância no uso do poder regulamentar conferido à espécie normativa dos decretos. Como já fartamente discutido na doutrina e jurisprudência pátria, o decreto é um ato normativo secundário, que serve à Administração Pública para dar concretude à lei, e, por isso mesmo, não pode se sobrepor à norma que intenta regulamentar.

O Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, pretensamente regulamenta o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que dispõem, in litteris:

“Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

O Decreto Presidencial em questão usurpa a competência do Primeiro Mandatário da República, regulada pelo art. 84, Incisos IV e VI, a) da Constituição Federal, que dispõem, in litteris:

“Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (EC nº 23/99 e EC nº 32/2001)

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;”

O texto normativo emanado do Poder Executivo, impugnado na ADI nº 3239, em seu art. 2º, caput e § 1º, reconhece às pessoas que, por auto atribuição se declararem como remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à propriedade das terras. No mesmo art. 2º, § 2º, define o que são terras utilizadas pelos remanescentes dos quilombos, ampliando a definição da norma constitucional. Ainda no art. 2º, § 3º, fica estabelecido que a demarcação das áreas será realizada mediante a indicação dos próprios interessados. O parágrafo único, do art. 8º, estabelece que a falta de manifestação de órgão ou entidade interessada no procedimento de identificação e delimitação das áreas ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, procedido pelo INCRA, importa em concordância tácita, com o conteúdo do relatório técnico. O art. 9º, parágrafo único, estabelece que a falta de impugnação ao relatório ou a sua rejeição pelo INCRA, importa em titulação da área identificada aos remanescentes das comunidades quilombolas. Já o art. 13, caput e § 2º, determina a desapropriação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de terras de domínio particular, para transferir o domínio aos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O Ato do Executivo em análise, pretende regulamentar direta e imediatamente preceito constitucional. Com isso, transborda os limites do art. 84, IV e VI da Constituição Federal, já que disciplina direitos e deveres entre particulares e a administração pública, define os titulares das terras onde se localizam os quilombos, além de criar nova forma de desapropriação, o que importa inovação em matéria reservada à lei em sentido estrito e em aumento de despesas, sem previsão constitucional ou legal.

Os dispositivos questionados ferem os Princípios Constitucionais do devido processo legal para a apuração de fatos (CF, art. 5º, LV). Inovam a ordem jurídica, pois criam direitos novos ao estabelecer privilégio a determinado grupo de pessoas em detrimento de outras, estabelecendo obrigações novas, com ofensa a vários dispositivos constitucionais, entre os quais – o Princípio da Separação dos Poderes, numa usurpação do Poder Legislativo (CF, art. 2º, caput), ao legislar mediante Decreto do Poder Executivo. Faz tabula rasa do direito à propriedade (CF, art. 5º, XXII) e cria nova forma de desapropriação, alargando os limites constitucionais ao direito de propriedade, sem previsão constitucional ou legal (CF, art. 5º, XXIV). Maltrata o Princípio segundo o qual só a lei formal pode criar direitos e impor obrigações, positivas ou negativas (CF, art. 5º, inciso II), assim como, despreza o Princípio da Legalidade ao qual deve obediência (art. 37, caput), por se tratar de Princípio da Administração Pública. Ademais, usurpa a competência da Presidência da República (CF, art. 84, inciso IV e VI), numa inovação exorbitante de suas atribuições, incorrendo em abuso do poder regulamentar pelo Executivo com graves implicações no plano jurídico-constitucional.

Já existem pareceres de Inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887 de 2003, além de interpretações do Procurador Cláudio Teixeira da Silva, art. 68, ADCT, que fala sobre áreas quilombolas, onde se “entende como terras a quilombolas, àquelas onde eles de fato estejam e não tudo aquilo que desejam, bem como, somente para aqueles que ali habitarem e não de outros lugares” e, que as terras não podem ser obtidas por desapropriação, sendo o poder desapropriatório de uso exclusivo do Poder Executivo e este não podendo ser repassado a um órgão, como no caso, o INCRA.

Nos Municípios de Campos Novos e Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, o reconhecimento pelo INCRA da Comunidade “Invernada dos Negros”, com a demarcação de 7.952,9067 hectares, amparada no Decreto nº 4.887 de 2003, tem ocasionado uma política separatista e que poderá gerar sérios conflitos entre amigos e vizinhos, que pretendem separar pela cor ou tom da pele. Os maiores prejudicados são as pessoas do campo, que possuem raiz com a terra, de onde

tiram seu sustento e de suas famílias, muitas delas vivendo há mais de sessenta anos nas respectivas propriedades, das quais não desejam em hipótese alguma vender ou se desfazer. A competência para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis não pode ser compreendida como a competência para complementar a Constituição Federal, muito menos como competência para inovar no campo legislativo, com a criação de direito novo com a imposição de ônus aos particulares. Melhor dizendo, não se reveste o Decreto de meio idôneo, para restringir direitos ou para criar obrigações.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovar o presente Projeto de Decreto Legislativo e sustar os efeitos do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que compromete o bem estar e a vida de várias famílias de agricultores, tais como as residentes nos Municípios de Campos Novos, Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, e outras regiões de nosso País.

Por esses motivos, pugnamos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo. Sala das Sessões, 17 de maio de 2007.

Deputado VALDIR COLATTO

27. Em Ilhéus, pataxós e tupinambás ocupam Funai - Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007

Cerca de 200 índios pataxós e tupinambás, de quatro aldeias do sul da Bahia, ocuparam na manhã de ontem a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ilhéus, a 462 quilômetros de Salvador. Eles reivindicam a saída imediata do administrador regional do órgão, Agnaldo Francisco dos Santos. Os índios acusam Santos de má administração das verbas federais repassadas à fundação. Apesar da ocupação, não foram feitos reféns e os trabalhos na unidade continuaram sendo realizados durante o dia. Os índios, porém, afirmam que só deixam o prédio depois que a mudança de administração local for feita. Os manifestantes enviaram um documento com a reivindicação ao presidente da Funai, Márcio Meira, em Brasília. Existe a expectativa, entre os índios, que Agnaldo Francisco dos Santos, administrador regional da Funai desde dezembro de 2005, renuncie ao cargo ou seja exonerado até o fim da semana. Para o lugar dele, os manifestantes preferem que seja indicado um indigenista.

28. Projetos para quilombolas, indígenas e trabalhadoras rurais – OBQuilombola - Data: 13/6/2007 - Fonte: MDA

A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) e do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre), lançou no final de maio as Chamadas para Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural para as Trabalhadoras Rurais, Comunidades Quilombolas e os Povos Indígenas.

O objetivo é estabelecer as condições necessárias ao apoio financeiro a projetos no contexto de implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), de forma articulada entre organizações de Ater e as organizações do público-alvo.

Poderão ser disponibilizados recursos às propostas aprovadas (com limite de R\$ 120 mil para a região Norte e de R\$ 100 mil para as demais regiões do país). O prazo para a apresentação dos projetos vai até 25 de junho e a contratação deve ocorrer a partir do dia 16 de julho deste ano.

A seleção dos projetos será realizada em duas etapas. A primeira etapa, de análise documental, tem caráter eliminatório. Já a segunda, de análise técnica, tem caráter eliminatório e

classificatório. Diferentemente dos anos anteriores, será divulgado no dia 2 de julho o resultado da 1ª etapa, com a indicação das organizações habilitadas para a 2ª etapa da seleção. A Chamada de Projetos encontra-se à disposição dos interessados, em sua versão integral, no site do Ppigre: www.mda.gov.br/aegre. A cópia dessa chamada poderá ser adquirida na sede do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero Raça e Etnia, no endereço: SBN Quadra 01, Bloco D, Ed. Palácio do Desenvolvimento, 21º andar, em Brasília (DF) e nas Delegacias Federais do MDA de cada estado.

29. MT - Governo, MP e Fundação Palmares discutem ações em prol de quilombolas – OBQuilombola - Data: 14/6/2007 - Fonte: 24 Horas News em 12/06/2007

A fim de colocar em prática um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida e de organização das comunidades remanescentes de quilombos em Mato Grosso, representantes de diversos órgãos do Governo do Estado reuniram-se, nesta terça-feira (12.06), no gabinete da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, com membros do Ministério Público Federal e Estadual e da Fundação Palmares para discutir as problemáticas enfrentadas pelos quilombolas no Estado e traçar um plano de ação para garantir o acesso ao conjunto de bens e serviços sociais necessários ao desenvolvimento destas comunidades.

A audiência foi solicitada pelo Ministério Público Estadual em conjunto com a Fundação Palmares, que estão desde o ano passado desenvolvendo um trabalho com as comunidades remanescentes de quilombos em Mato Grosso. O promotor de Justiça de Poconé, Rinaldo Segundo, e a diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares, Bernadete Lopes, apresentaram as principais necessidades nas áreas de saúde, educação, assistência social, saneamento, moradia, que os quilombolas vêm passando.

Mas a tônica da discussão ficou em cima da ausência da titulação das áreas quilombolas, o que atrapalha e emperra diversas ações e iniciativas dos Governos Estadual, Municipais e até mesmo do Governo Federal nestas comunidades. É preciso que todas as instâncias envolvidas neste processo de regularização das terras quilombolas trabalhem sem sintonia para que estas áreas possam, enfim, ser regularizadas, pois todo e qualquer trabalho de desenvolvimento social com estas famílias perpassa pela questão fundiária, afirmou o secretário-adjunto da Casa Civil, Antônio Kato. A ausência do Incra foi sentida durante a reunião, que contou com a presença de representantes do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat). Os próprios funcionários do órgão destacaram que sem a parceria do Incra fica mais difícil ainda agilizar a regularização dos territórios quilombolas.

A secretária Terezinha Maggi elencou uma série de ações que já foram realizadas junto às comunidades quilombolas, como a distribuição de cobertores, de cestas básicas, o atendimento a comunidade de Mata Cavalo, em Nossa Senhora do Livramento, que ganhou recentemente uma caixa d'água, necessária para a produção do abacaxi na comunidade. Além do programa Kanjinjin, que leva o nome de uma tradicional bebida da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Por meio dele, foi criada uma cooperativa dos produtores dessa bebida com o intuito de agregar valor e garantir a qualidade do produto para estimular a comercialização local e nacional e como meio também de preservar a tradição e a cultura da primeira capital de Mato Grosso. Em 2004, os cooperados participaram de dois cursos: Cooperativismo e Formação de Preço, oferecidos pela Setecs. Além disso, 40 produtores foram selecionados e receberam as chamadas cozinhas higienizadas, construídas em parceria com a Secretaria de Infra-Estrutura, para a produção da bebida. Foram mais de R\$ 340 mil investidos.

Vale ressaltar ainda que temos dois outros importantes programas em andamento, que é o cadastramento das famílias moradoras em áreas remanescentes de quilombos no Bolsa Família e a campanha do Registro Civil de Nascimento. Temos vontade política para ajudar a promoção social destas famílias, porém não basta apenas o Estado, tem que ter o envolvimento dos demais órgãos como Incra, Ministério Público, entre outros, afirmou a secretária.

Termo de Cooperação

Na audiência ficou definido que a Fundação Palmares encaminhará uma minuta de termo de cooperação para o Governo do Estado e para os Ministérios Públicos Federal e Estadual, que juntos irão discutir e propor ações em conjunto para solucionar as problemáticas enfrentadas atualmente pelas comunidades quilombolas em Mato Grosso, seja nas áreas de saúde, educação e fundiária. Cada ente irá indicar onde entra sua responsabilidade e competência e, desta forma, juntos iremos ter um conjunto de ações em prol destas famílias, disse a representante da Fundação Palmares.

A assinatura deste termo será realizada no próximo dia 12 de julho, quando se encerra em Cuiabá um seminário organizado pela Fundação Palmares em parceria com o Governo do Estado e Ministério Público. O evento, com data prevista para começar no dia 10, irá reunir as lideranças dos quilombos do Estado para discutir em conjunto as principais necessidades e soluções para os problemas. No dia 13 do mesmo mês, durante uma audiência pública realizada pela Comissão dos Direitos Humanos do Congresso Nacional, também em Cuiabá, as propostas constantes neste termo e as responsabilidades de cada ente (Governo Federal, Estado e Municípios) serão apresentadas para os participantes. Já está confirmada a presença do senador Paulo Paim, presidente desta Comissão, e de vários outros senadores, inclusive os da bancada do Mato Grosso.

MT Quilombola

Outra sugestão apresentada pelo promotor e pela diretora da Fundação Palmares foi a criação de um programa estadual nos mesmos moldes do programa Brasil Quilombola, que estabelece uma metodologia pautada em um conjunto de ações, possibilitando o desenvolvimento sustentável dos quilombolas em consonância com as especificidades históricas e contemporâneas, garantindo os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infra-estrutura e previdência social, entre outras políticas públicas. O programa é desenvolvido em conjunto por todos os organismos do governo federal, em especial o Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Incra, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, entre outros ministérios vinculados.

O MT Quilombola seria algo semelhante ao Brasil Quilombola, onde várias Secretarias de Estado teriam ações e programas voltados às comunidades quilombolas. O secretário-adjunto da Casa Civil, Antônio Kato, afirmou que irá estudar a possibilidade da criação do programa juntamente com o grupo de secretários de Estado da área sistêmica do Governo. Estamos em fase de elaboração do Plano Plurianual e é urgente que esta discussão inicie logo para que o Governo possa analisar a proposta. Kato estendeu o convite para a Fundação Palmares indicar algum representante para estas reuniões de planejamento e avaliação da proposta.

**30. AP - MDA e Incra participam de reunião em Mel da Pedreira - OBQuilombola -
Data: 14/6/2007 - Fonte: MDA**

No sábado (16), o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Amapá, Benedito Alcântara, participa de reunião na comunidade remanescente de quilombo Mel da Pedreira, a cerca de 25 quilômetros da capital do estado, Macapá. Técnicos da Agência de Desenvolvimento do Amapá e o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado, Alessandro Cardoso, também estarão no encontro.

Durante a reunião, os técnicos do MDA e da Agência de Desenvolvimento farão o levantamento dos projetos que os moradores definirem como prioritários para serem executados na comunidade com recursos do poder público. De acordo com o delegado, esses projetos podem ser de saneamento, saúde, infra-estrutura (como abertura de estradas) e de assistência técnica.

Alcântara conta que a ação faz parte do processo que leva à titulação da terra. O delegado esclarece que os projetos serão implantados depois que os quilombolas receberem o título de domínio da terra. Ele lembra que no mês passado o governo federal reconheceu a comunidade Mel da Pedreira como área habitada por remanescentes de quilombos.

Além de trabalharem na enumeração das prioridades dos moradores, os técnicos do MDA também explicarão o que é e como funciona o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo Alcântara, o Pronaf pode contribuir com o incremento da produção dessa comunidade. O MDA já financia no local projeto de produção de mel.

Descendentes de escravos

A comunidade Mel da Pedreira tem 40 famílias de descendentes de quilombolas distribuídas em dois mil hectares de terra. Nessa área, os moradores trabalham como extrativistas, produzem farinha de mandioca, cultivam frutas e criam gado e animais de pequeno porte, como galinhas e porcos. Mas uma das principais atividades desenvolvidas na região é apicultura – daí o nome Mel da Pedreira.

**31. Anunciados R\$ 2,3 milhões para regularizar territórios quilombolas no Pará –
MDA/OBquilombola - 14/06/2007**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, anunciou na manhã desta quinta-feira (14) que disponibilizará R\$ 2,3 milhões para o pagamento de indenizações de terras que forem desapropriadas em benefício de comunidades quilombolas do Pará. O anúncio ocorreu durante a audiência realizada em seu gabinete, em Brasília, com a governadora do estado, Ana Júlia Carepa, e o presidente do Instituto de Terras do Pará, José Helder Benatti.

Os recursos se referem a áreas que beneficiam nove comunidades espalhadas por seis municípios paraenses. “Os recursos serão garantidos pelo Ministério e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para as indenizações dos processos de titulação quilombola a serem encaminhados pelo governo do Pará”, explica Cassel.

Outras duas reivindicações feitas pelos representantes paraenses foram o apoio do Ministério para os trabalhos de georreferenciamento dos territórios quilombolas já titulados no passado e para identificar as glebas de terras públicas a serem destinadas ao estado. De acordo com Cassel, o georreferenciamento dessas áreas respeitará as prioridades a serem definidas em conjunto com o governo do Pará.

Regularização fundiária

Com a parceria, a governadora Ana Júlia espera alcançar resultados efetivos na regularização fundiária do Pará. “Com esta parceria vai ser possível identificar outras ações que possam resultar em bons exemplos a serem implantados em todo o País”, disse a governadora. Também participaram da reunião o chefe de gabinete do ministro, Caio França, a assessora especial do ministro Renata Leite e o coordenador-geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, Rui Leandro da Silva Santos.

32. Basta de promessas! Sociedade civil exige implantação imediata do Plano BR-163 Sustentável – ISA - 15/06/2007

Mobilização organizou ato simbólico na Praça dos Três Poderes com bolo de “aniversário” de um ano de paralisia na implementação do plano e exige publicação de decreto da gestão.

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil enviaram ao governo federal, na semana passada, uma carta cobrando a implantação imediata do Plano BR-163 Sustentável, conjunto de ações que pretende prevenir e mitigar os impactos socioambientais do asfaltamento da rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). Também foram enviados questionamentos sobre a falta de iniciativa em relação ao tema. O documento é assinado pela coordenação do Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 (Condessa), integrado, entre outros, pelo ISA, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). As organizações estão aguardando o pronunciamento oficial sobre o documento.

O grupo organizou, no dia 5 de junho, um ato público, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, contra a paralisia do governo na implementação do plano. Palhaços com pernas-de-pau e manifestantes tentaram protocolar um bolo de aniversário de um ano do lançamento do plano. O protesto foi organizado para cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a publicação do decreto de oficialização do modelo de gestão que vai permitir a implementação participativa das medidas previstas. O esboço da norma está parado na Casa Civil há vários meses.

O documento faz um balanço do processo de construção do plano, avalia as iniciativas do governo federal e aponta demandas urgentes ainda não atendidas das comunidades da área de influência da estrada. Além disso, exige que a análise que apresenta pautar os trabalhos do conselho gestor do plano e que este conselho seja uma instância de caráter deliberativo e não consultivo (confira abaixo).

Quase mil quilômetros da estrada devem ser asfaltados. A rodovia atravessa o Mato Grosso e Pará e é considerada uma das principais vias de escoamento da produção de grãos, carne e madeira da Amazônia. O projeto é uma reivindicação de empresários e vem sendo apresentado pelo governo federal como exemplo de planejamento socioambiental de grandes obras na região.

UM ANO DE PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

O Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 (CONDESSA) é composto por representações da sociedade civil, especialmente de movimentos socioambientais. Neste documento apresenta uma análise do Plano BR-163 Sustentável, após um ano de seu lançamento, em data simbólica, quando se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia – mas, infelizmente, temos pouco a comemorar.

Reconhecemos o esforço do governo federal, em especial dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Integração Nacional (MI), em ações, consultas e produtos referentes ao Plano da BR-163, desenvolvidos até o momento. Entretanto, tal esforço somente será vitorioso quando esta política cumprir seu caráter e objetivo de integrar iniciativas e ações governamentais e não governamentais, previstas para a área de influência da BR-163.

Apontamos a seguir questões objetivas que revelam, na prática, a necessidade de articulação na região entre as diferentes iniciativas de governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Tais questões são frutos de reflexões, discussões, análises de informações e de notícias publicadas na mídia, bem como de relatos de lideranças que vêm participando de oficinas, as quais têm por objetivo monitorar e qualificar o controle social, sobre a implementação do Plano BR-163 Sustentável.

O presente documento tem por finalidades: i) fazer um balanço geral do estágio de implementação do Plano BR-163 Sustentável, com avaliação de avanços, fragilidades e lacunas, fazendo enfoques específicos em aspectos relevantes para o segmento social representado pelo CONDESSA; ii) apresentar uma pauta de demandas prioritárias, para discussão no Conselho Gestor do plano, tão logo seja decretado pelo presidente Lula o modelo de gestão, com a nomeação de seus membros – reforçando-se aqui a urgência de sua instalação; iii) servir como subsídio para o diálogo entre os parceiros (governo e sociedade civil), envolvidos na viabilização do plano.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2003, o movimento socioambiental hoje representado pelo CONDESSA toma a frente de um processo de sensibilização e mobilização, tendo em vista a construção de uma plataforma de propostas, que a partir de 2004 começam a ser negociadas junto ao governo federal, à época em que se iniciava a construção do Plano BR-163 Sustentável.

O plano foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) da BR-163, a partir de processo estimulado e acompanhado pelas organizações da sociedade civil, que hoje compõem o consórcio. Após um conjunto de reuniões de consulta, realizadas em diversos municípios, o plano foi lançado em Brasília, em 5 de junho de 2006, constituindo um documento de referência para a ação governamental na área de influência da rodovia.

Neste contexto, reconhecemos a importância do Plano BR-163 Sustentável, como um compromisso do governo Lula, com uma iniciativa-piloto de desenvolvimento regional sustentável, considerando-a uma grande oportunidade para o governo brasileiro e a sociedade civil produzirem uma nova política de infra-estrutura na Amazônia, em bases sustentáveis, integrando ações de ordenamento territorial e gestão ambiental, produção sustentável e fortalecimento da governança e cidadania.

Trata-se de modelo inovador, que pode ser relevante para orientar os investimentos previstos no PPA e PAC. Ao mesmo tempo, deve contribuir para os esforços brasileiros de redução das taxas de desmatamento na Amazônia, hoje questão estratégica para o país e o mundo, uma vez que a redução do desmatamento na Amazônia, responsável por cerca de 70% das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, deve ser carro-chefe de uma política nacional sobre mudanças climáticas.

Os esforços do MMA e do MI para que o plano chegasse até o ponto onde estamos, entretanto, não são suficientes para torná-lo política pública de sucesso. O plano precisa manter seu caráter inicialmente pretendido, de política integrada e integradora das ações da região de abrangência da BR-163.

Ações e políticas desarticuladas

Um dos principais problemas vistos na prática está na persistência de políticas contraditórias, em relação aos objetivos do plano em vários pontos, como por exemplo: infra-estrutura, política agrícola...

Ações essenciais prévias a pavimentação

Sempre foi prioridade, para os movimentos socioambientais, o atendimento às ações essenciais relacionadas aos impactos socioambientais da obra, as quais deveriam servir como "gatilhos"

para o início da pavimentação da BR-163. Tais ações estão previstas no plano, mas não foram realizadas. Agrava o problema a falta de um planejamento operacional detalhado, com cronograma e orçamento. Mesmo as condicionantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a concessão da Licença de Instalação (LI), parte formal do processo de asfaltamento, não foram cumpridas a contento. Ausência de estratégia de monitoramento das ações governamentais na região

A promessa da apresentação de um plano de ações, com indicação de orçamentos e cronogramas pelo GTI, também está completando um ano e não foi cumprida. A ausência de tais informações é um fator limitante nas discussões sobre a implementação do plano, o monitoramento das ações e até mesmo na divulgação de ações governamentais que existem na região, mas que não são veiculadas em função de um esforço contínuo do governo, como parte do plano.

O fato de não estar claro se os recursos orçamentários para aplicação nas ações do plano serão priorizados no orçamento governamental, inclusive destacando-os nas ações do PPA, deixa dúvidas quanto ao investimento necessário para a sua implementação.

Articulação entre governos e sociedade civil

A constatação de que muitos municípios não têm conhecimento do plano e de suas ações - alguns atores e segmentos locais praticamente ignoram sua existência -, ou têm pouco ou nenhum interesse por este e sua política, é mais uma evidência da falta de uma estratégia de gestão do plano, sobretudo para envolver os atores locais do governo, sociedade civil e setor privado. A falta de atendimento às questões e demandas recorrentemente apresentadas por lideranças indígenas do Mato Grosso e do Pará, que não conseguem sequer receber atenção do governo, para serem ouvidas, também revela mais uma desarticulação ou descaso geral com o tema.

Valorização das iniciativas de ONGs e movimentos sociais na BR-163

Um conjunto de iniciativas de ação e mobilização social está sendo realizado na região e articulado por ONGs, associações e grupos organizados. Reunir e se apoderar das informações e resultados de tais iniciativas e seus processos poderia ser um importante caminho para pôr de fato o plano em prática. Exemplo disso são as experiências que ocorrem no âmbito da campanha 'Y Ikatu Xingu, no município de Marcelândia, o Projeto 'Y Ikatu Manito FNMA Nascentes, o Plano Diretor e Agenda 21; projetos-piloto de restauração florestal, nos municípios de Vera e Nova Ubitatã; grande conjunto de ações realizadas no município de Lucas do Rio Verde; o Projeto Proteger do GTA, em muitas regiões de abrangência do Plano; o Plano Diretor de Santarém; Agenda 21 no município de Trairão; Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em Itaituba e Trairão.

Modelo e forma de gestão desmobilizados

De acordo com o que prevê o modelo de gestão, teríamos uma instância governamental denominada Comitê Gestor, com composição similar à do GTI BR-163. No entanto, sabemos que o GTI não tem se reunido e nem tem conseguido realizar ações integradas, o que reflete a ineficiência e falta de operacionalização do governo para com as ações do plano, deixando grandes dúvidas sobre o funcionamento do Comitê Gestor.

Deve-se ressaltar aqui que o Decreto de 15/03/04, o qual criou o GTI para coordenar a elaboração e implementação do Plano BR-163 Sustentável, estabelece em seu Art. 3º que o "Grupo de Trabalho deverá apresentar relatórios trimestrais, contendo informações sobre a implementação do Plano", o que não tem sido cumprido.

Salientamos que o Plano da BR-163 não sairá do papel se essas medidas não forem observadas e analisadas com o cuidado que necessitam, com o risco de uma experiência-piloto promissora transformar-se em mais uma política desqualificada e sem consistência.

Na seqüência, o documento traz uma análise por eixo temático do plano, indicando casos específicos para cada eixo.

I-Eixo Temático de Ordenamento Territorial

Prioridades: realizar a regularização de posses até 500 ha, levantamento ocupacional em áreas públicas acima de 100 ha, recadastramento de imóveis e identificação de grilagem em terras públicas (necessidade de viabilizar força tarefa na região para realizar o georeferenciamento).

Assentamentos – Os assentamentos rurais em todas as suas modalidades são uma forte demanda dos movimentos sociais na área de influência da BR-163. Uma das demandas atendidas, incluída no Plano da BR-163, foi a criação da Superintendência Regional (SR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Santarém (PA), que em sua curta existência já se tornou recordista no número de famílias assentadas. Apesar disso, é papel da sociedade civil questionar a qualidade dos assentamentos.

Por exemplo, o critério para a criação dos novos assentamentos de forma unilateral pelas SRs, têm promovido, em alguns casos já identificados, a sobreposição a outras áreas com destinação fundiária diferenciada, tais como Unidades de Conservação. Também não há um critério mais rigoroso para seleção do perfil dos beneficiários da reforma agrária, principalmente para as modalidades de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Assentamento Extrativista, que requerem usos diferenciados dos recursos naturais em relação aos assentamentos convencionais. Mesmo os assentamentos convencionais têm sido alvo de grandes proprietários de terra e madeireiros, que recrutam famílias como “laranjas” para a obtenção de terras, ou espécies florestais de valor econômico. Portanto, tal forma de criação de assentamentos, ao invés de benefícios, pode estar agravando a crise fundiária na região.

Embora alguns exemplos de problemas identificados na área de influência da BR-163 sejam antigos e recorrentes, também têm ocorrido novos problemas, associados às novas regulamentações do setor:

:: O INCRA cadastra as famílias para serem assentadas, mas não há retorno do processo de cadastramento. Os assentamentos são criados, mas diversas famílias já cadastradas sequer ficam sabendo onde são seus lotes, embora os recursos do crédito de fomento sejam disponibilizados. Como é o caso do Projeto de Assentamento Laranjal (PA Laranjal), em Jacareacanga (PA), onde o INCRA contabiliza 263 famílias assentadas mas, segundo informações dos movimentos sociais locais, o assentamento só existe no papel.

:: A implementação dos assentamentos continua sendo morosa, e em alguns casos não existe qualquer investimento em infra-estrutura. A previsão orçamentária para implementação é insuficiente, frente às áreas criadas e famílias assentadas.

:: Há um número crescente de assentamentos ocupados por fazendeiros, que têm utilizado a estratégia de recrutar “laranjas”, que se cadastram para receber lotes e posteriormente “vendem” para os fazendeiros - procedimento também utilizado por madeireiros para a retirada da madeira dos lotes.

:: Fazendeiros estão se beneficiando indiretamente com a proposta de regularização fundiária para lotes de até 500 hectares (Lei 11.196/2005, Decreto 5.732 de 2006 e IN INCRA n.º. 32, 17/05/2006). “Laranjas” dos grandes proprietários beneficiados com os lotes repassam 400 hectares para os fazendeiros, ficando com 100 hectares.

:: Existem assentamentos sobrepondo-se a Unidades de Conservação no Distrito Florestal da BR-163, assim como Unidades de Conservação também foram criadas em áreas previstas para assentamentos, impedindo que famílias já cadastradas possam ocupar os lotes definidos. Um dos casos emblemáticos é o do Parque Nacional da Amazônia (PARNA da Amazônia), no município de Itaituba, onde existem posses reconhecidas pelo INCRA com mais de 20 anos.

:: Planos de manejo de empresas, aprovados em áreas de assentamento e Unidades de Conservação recém-criadas, estão induzindo a um impasse legal, em razão da previsão da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que prevê um período de transição, no caso de suspensão da autorização para exploração na área pública.

:: O processo de regularização fundiária dos assentamentos criados continua muito demorado, devido a questões jurídicas e burocráticas. Problema bastante recorrente no estado do Mato Grosso, nos assentamentos mais antigos. A situação de pendência jurídica dificulta diretamente o acesso ao crédito. Os próprios bancos oficiais têm exigido a apresentação da documentação da terra, como requisito de acesso.

Grilagem de terras – os grileiros vêm desenvolvendo novas formas de burlar a legislação. Inclusive frente a ações do governo federal, que intensificou e aperfeiçoou sua atuação na área de influência da BR-163, tanto do ponto de vista legal, quanto na adoção de novas regulamentações de ordenamento territorial, como no caso da criação da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP), acompanhada de uma maior presença do Estado na repressão às atividades ilegais, e de uma maior integração entre as ações do IBAMA, Polícia Federal, Exército e INCRA. A força-tarefa de regularização fundiária da área de influência BR-163 já começou a atuar no Pará, nos municípios de Novo Progresso e Castelo de Sonhos, e já possui um diagnóstico da situação do Mato Grosso, reconhecendo que este é o Estado com maior número de conflitos agrários.

Entretanto, velhas e novas estratégias para a grilagem de terras são usadas no Mato Grosso, “campeão” da grilagem em 2006, seguido do Pará, de acordo com estudo realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A prática de recrutar “laranjas”, para cadastrá-los como beneficiários da reforma agrária, representa uma nova adaptação para burlar a atual legislação fundiária, que prevê a regularização de lotes de até 500 hectares. Estima-se que entre 2 e 3 milhões de hectares de terras arrecadadas pelo INCRA esteja na mão de grandes proprietários, no Estado do Mato Grosso.

Destinação de espaços territoriais – o Plano da BR-163 não tem conseguido unificar, entre os diversos órgãos federais e as demais esferas de governo, uma definição territorial de atuação integrada. Aparentemente, as instituições não compartilham suas informações, e definem territórios próprios de atuação. Um exemplo concreto é a não disponibilização, até o momento, dos perímetros dos assentamentos do INCRA para o Zoneamento Ecológico-Econômico BR-163 e para o Distrito Florestal Sustentável (DFS).

Também se perpetuam os problemas de municípios, como Jacareacanga e Aveiro (PA), cujos territórios são ainda patrimônio da União, impedindo-se o acesso a diversos benefícios sociais e econômicos para os assentamentos locais.

Destacam-se, ainda, iniciativas estaduais isoladas, como em casos que afetam Unidades de Conservação já criadas. Pode-se ressaltar o caso da diminuição territorial do PARNA Cristalino, pelo governo do Estado do Mato Grosso. No Estado do Pará, ao contrário, foi criada a maior área contínua de Unidades de Conservação, o que acabou por prejudicar o processo legítimo de criação da Reserva Extrativista Renascer, no município de Prainha, beneficiando os madeireiros que atuam na região.

O próprio Plano BR-163 Sustentável, na definição da sua área de influência, deixou de fora diversos municípios mato-grossenses, entre Cuiabá e Nova Mutum: Várzea Grande, Jangada, Acorizal, Rosário Oeste, Nobres e Denise.

As políticas de desenvolvimento territorial alocadas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo CIAT, e MMA, pelo Projeto Gestar, desenvolvidas no âmbito do Plano da BR-163, não são suficientes, pois não têm permitido superar as ações setoriais isoladas, visto que a

política de desenvolvimento territorial deveria ser coordenada por um ministério com ambição de integração regional, a exemplo do Ministério da Integração Nacional.

O MDA vem implantando as iniciativas de desenvolvimento de territórios sem articulação com os governos estaduais e locais. E, articulados apenas aos movimentos sociais, focaliza aspectos da produção familiar sustentável. O que por vezes provocou reações locais contrárias, levando à formação de consórcio intermunicipal, voltado para as atividades produtivas convencionais, no Portal da Amazônia/MT. Isso também nos leva a interrogar sobre os apoios pulverizados do MMA e MDA, de incentivo à Agenda 21, Gestar e criação de UCs. Enquanto há uma política clara e articulada do MAPA para o agronegócio.

Discussões sobre a reserva legal - parlamentares do Mato Grosso fizeram a proposta de retirar o Estado da região da Amazônia Legal, com o objetivo de diminuir o tamanho da Reserva Legal das propriedades, que hoje são de 80%, criando a possibilidade de aumentar as áreas para o desmatamento, e legalizar os desmatamentos já ocorridos. Tal iniciativa revela a necessidade de se implementar um cadastro único fundiário e ambiental para monitoramento dos licenciamentos, nos moldes do Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural (SLAPR), adotado no Mato Grosso.

Falta de territorialização do Plano no PPA do governo - sugerimos que se discuta e defina um único modelo de gestão territorial integrada, para as ações governamentais do Plano da BR-163 na região.

II - Eixo Temático – Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

Prioridades: viabilizar as condições de crédito, microcrédito, aquisições da produção familiar e incentivos fiscais, desburocratizando o acesso dos pequenos produtores para as atividades agrícolas sustentáveis, manejo florestal e produtos derivados do uso sustentável da biodiversidade.

Crédito para produção familiar - principalmente por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nas suas diversas categorias, sobretudo no que diz respeito ao fomento e à instalação das famílias recém- assentadas, assim como os programas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de compra direta tem sido um instrumento importante para a permanência das famílias na terra. Na área de influência da BR-163, há a percepção de que houve uma melhora durante o primeiro mandato do governo Lula. Isso se percebe em municípios do Mato Grosso e Pará, mas ainda há muito o que fazer para universalizar o acesso ao crédito para a produção familiar, e para populações tradicionais e indígenas que vivem do extrativismo.

Por outro lado, permanecem as políticas de fomento e crédito para a expansão das monoculturas, que têm maior facilidade no acesso e na renegociação de dívidas. Commodities como soja para exportação e produção de biocombustível e, mais recentemente, a cana-de-açúcar para a produção do etanol, têm sido consideradas pelo governo federal como produtos estratégicos da região. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já prevê investimentos milionários para implantação de usinas para beneficiamento de grandes empresas. O Fundo Constitucional do Norte (FNO) permanece financiando a pecuária na Amazônia. Em Itaituba, por exemplo, há informações de que 96% dos créditos foram para esta atividade. Enquanto isso, os agricultores familiares reclamam da redução do limite do crédito de R\$16 mil para R\$ 3 mil, o que inviabiliza a produção familiar.

O governo do Estado do Mato Grosso já estuda medidas para diminuir a carga tributária e atrair empreendimentos para produção do etanol. Portanto, além de muito mais ágil para adaptações ao mercado, a lógica do capital vem tendo mais espaço no governo do que políticas públicas que venham a beneficiar a produção familiar – uma ação social.

A valorização dos recursos florestais, como alternativa aos projetos de monocultura, ainda é lenta e deixa a desejar, mesmo considerando a criação do DFS da BR-163. O DFS ainda sofre com problemas de estruturação e integração de ações, principalmente com o órgão fundiário.

Os órgãos de licenciamento ambiental criam uma série de obstáculos ao Manejo Florestal Comunitário (MFC), tornando esta opção inviável em relação a outros usos menos sustentáveis. O fomento ao MFC, por intermédio do crédito, inexistente diante das dificuldades impostas pelos agentes financeiros, e ainda não há uma assistência técnica qualificada e em quantidade suficiente para atender a demanda atual.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural estaduais também não atendem à demanda por novas alternativas produtivas. Há uma demanda reprimida para a formação de produtores rurais em novas tecnologias, na produção familiar sustentável. A disseminação da pedagogia da alternância, adotada nas Casas Familiares Rurais, não tem sido priorizada para a formação de jovens.

As políticas de ATER e ATES têm poucos incentivos para o proposto no plano. Não há políticas claras de como incorporar ações compartilhadas entre governos federal, estadual e municipal, que têm funções sobre este serviço. E embora haja um plano de ação do DFS da BR-163, incluindo assentamentos na região, este plano de ação não está em acordo com as ações do Plano da BR-163. Tampouco há incentivo a pesquisas para atividades alternativas sustentáveis na região. Falta integração entre o GTI BR-163 e o GTI do DFS.

Ações isoladas do MMA é que têm permitido investimento nas cadeias produtivas extrativistas das comunidades tradicionais. Iniciativas dos movimentos sociais ligados à produção familiar, como a Feira de Produtores do Baixo Amazonas, carecem de apoio governamental.

O fomento às atividades produtivas sustentáveis continua se estabelecendo de forma isolada e desarticulada de uma política de incentivo a pesquisas, que vise ao aprimoramento e à consolidação de arranjos produtivos sustentáveis.

Há necessidade de maior transparência das decisões e encaminhamentos dos GTI BR-163 e GTI DFS BR-163, aspecto que vai favorecer o processo de controle social e qualificar a participação da sociedade civil nas instâncias de consultas e de gestão dos seus respectivos planos.

III – Eixo Temático de Infra-estrutura para o Desenvolvimento

Prioridades: ampliar oferta de energia pela extensão da rede e estimular fontes alternativas de energia em locais isolados; Ampliar a utilização de rádios para fins de formação e fortalecimento de redes sociais, desburocratizando a legalização das rádios comunitárias; Ampliar serviço de telefonia fixa e móvel, e acesso à Rede via GESAC.

Obras públicas e privadas - pouco controle e articulação para o plano sobre as grandes obras públicas e privadas previstas na região. Estas obras estão acontecendo ao mesmo tempo e no mesmo território sem um planejamento prévio. São exemplos o funcionamento sem Estudo de Impactos Ambientais (EIA) do Complexo de Armazenamento e Porto da Cargill para escoamento da produção da soja, em Santarém, a ampliação da Planta de Mineração de bauxita pela Alcoa, cujas obras tem trazido diversos transtornos para os moradores do município de Juruti, e a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, contrariando os apelos da sociedade civil, principalmente daquelas comunidades que serão diretamente afetadas pela a construção da barragem e terão áreas em que residem ou trabalham alagadas. Todas as obras que estão sendo propaladas como imprescindíveis para o desenvolvimento da região, possivelmente trarão maiores benefícios para as grandes empresas do agronegócio e mineradoras.

Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - com seu conjunto de mega-investimentos em obras e sua urgência de implementação, incluindo-se a pavimentação da BR-163, colocou em segundo plano a implementação do Plano da BR-163, e seu processo de consultas públicas e participação

no modelo de gestão. Tal priorização pelas grandes obras, e incentivo ao agronegócio e mineração suplanta as demandas da produção familiar em investimento na infra-estrutura dos assentamentos e implementação das Unidades de Conservação. É recorrente, por exemplo, a reivindicação pela melhoria das vicinais, que fazem a ligação dos assentamentos à estrada. Programa Luz para Todos - tem tido dificuldade de alcançar determinados municípios pelo isolamento, dentre outros motivos. Em alguns casos, como em Jacareacanga e Aveiro, há carência energética na própria sede do município. A avaliação da implementação do programa inclui situações divergentes, tais como: assentamentos beneficiados, em contraste com a situação de famílias cadastradas, mas que dependem da realização do PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) para atendimento do programa; há casos em que os postes para ligação da energia estão à beira da estrada, abandonados, como acontece no município de Rurópolis. Um caso extremo vem com a denúncia de que a energia que deveria ser destinada ao assentamento acabou beneficiando uma serraria de madeireiros. O problema da indefinição fundiária para os assentamentos acaba sendo um complicador, no que se refere ao acesso a determinados benefícios, como o Programa Luz para Todos.

Rádios comunitárias - constituem uma ferramenta importante de informação e comunicação dos movimentos sociais, mas em geral têm tido imensa dificuldade para a sua legalização. O número de rádios comunitárias legalizadas é muito inferior à quantidade que encaminhou seus processos ao Ministério das Comunicações. A legislação, por sua vez, não satisfaz a realidade das comunidades rurais, sobretudo pelo ínfimo alcance permitido, pelas frequências a que se limita o funcionamento e pelos critérios de concessão.

Inclusão digital - consideramos importante a iniciativa do MMA junto ao MC, para levar o GESAC às comunidades isoladas da Amazônia, inclusive priorizando a instalação nos municípios da área de influência da BR-163, uma vez que a expansão do programa é sem dúvida uma ação de inclusão digital para as populações da região. É imprescindível, no entanto, maior agilidade nas instalações.

IV – Eixo Temático de Cidadania e Direitos Humanos

Segurança Pública – a realidade local tem demonstrado que as lideranças comunitárias e ativistas dos direitos humanos e socioambientais permanecem vulneráveis. As contínuas ameaças ao Bispo Dom Erwin de Altamira e à presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém, Ivete, que está sobre proteção da Polícia Militar, além de denúncias nos municípios de Belterra, Itaituba, os episódios ocorridos em Prainha no enfrentamento da comunidade com os prepostos dos madeireiros para a criação da RESEX Renascer, dentre outros, são casos que exemplificam este grave quadro na região. Não obstante, deve-se destacar como extremamente positiva a prisão, julgamento e condenação dos assassinos e mandantes identificados da Irmã Dorothy Stang.

Geração de trabalho e renda - fortalecer e criar projetos de trabalho e renda, buscando ter acesso aos programas governamentais, como o Programa Bolsa-Família, inserindo a perspectiva de formação para a produção familiar e investimento em pequenas indústrias nos municípios para agregação de valor e geração de emprego e renda.

Educação - muitos municípios e escolas da região (Itaituba, Rurópolis, Placas, Novo Progresso, Moraes de Almeida e Castelo dos Sonhos) estão à margem do atendimento governamental, no que se refere à merenda escolar. Existem casos de compra de merenda com prazos vencidos, além de casos como o de Trairão, em que a merenda não chega à escola rural, comprometendo a alimentação dos alunos e a própria educação. Neste sentido, há reivindicações destes municípios, para que os produtos locais advindos da produção familiar possam suprir esta demanda. A iniciativa que está em andamento no município de Diamantino(MT), de compra direta junto aos

produtores familiares pela CONAB (foram 12.000 litros de leite por ano e 12.000 sacas de arroz por ano), tem demonstrado uma possibilidade real de integração de ações, conforme sugere o próprio Plano da BR-163.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço do governo federal para elaboração de um plano de sustentabilidade, para uma obra de infra-estrutura na Amazônia, envolvendo na sua construção não só diversos ministérios, órgãos federais e outras instituições públicas, mas também o conjunto da sociedade civil, numa escala territorial tão abrangente, é sem dúvida o início de um processo de mudanças estruturantes, que traz esperanças às populações que vivem às margens da rodovia Cuiabá-Santarém.

Primeiramente, porque reconhece que os erros do passado não podem ser novamente cometidos, em nome do desenvolvimento a qualquer custo. É possível afirmar que os custos sociais e ambientais foram relevantes, uma vez que a Amazônia deixou de ser apenas um tema nacional, pela sua importância no meio ambiente global.

Afora isso, porque também reconhece que, para enfrentar os problemas da Amazônia, o governo precisa do envolvimento de todas as esferas do poder público, do conjunto da sociedade e de um diálogo permanente, não só para realizar diagnósticos, definir prioridades e construir projetos, mas também para executar ações em parceria, monitorar e avaliar com transparência.

Também porque tal esforço requer, além do investimento de recursos governamentais, apoio da cooperação internacional que aporte investimentos financeiros e técnicos, na busca de melhores soluções para os complexos impactos ambientais e sociais, associados aos grandes empreendimentos - obviamente com demonstração de liderança e soberania sobre o território, mas viabilizando investimentos privados com responsabilidade socioambiental, visando ao crescimento com qualidade.

E ainda, porque os movimentos socioambientais que vivem os problemas do isolamento da região reconhecem no Plano da BR-163 uma co-autoria, e pela primeira vez podem reconhecer suas demandas postas como diretrizes a serem cumpridas pelos órgãos governamentais.

Por tais motivos, qualquer retrocesso, tendo o governo intenção de recuar - e vários sinais são dados neste sentido -, vem abalar a sua credibilidade construída com tanto esforço. Diante disso, apelamos para as instituições, para que ratifiquem sua intenção de dar continuidade ao processo de participação social na gestão do Plano da BR-163, para que os compromissos assumidos sejam cumpridos.

Coordenação do Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 (Condessa)

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA)

Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD)

Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)

Instituto Socioambiental (ISA)

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

33. Preservação de florestas e as comunidades tradicionais - Pescadores e ribeirinhos, que vivem em áreas onde serão criadas unidades de conservação, podem ser expulsos - Hércules Barros – OBQuilombola - Data: 18/6/2007 - Fonte: Site Amazônia em 13/06/2007

O Brasil está entre os cinco países que possuem a maior biodiversidade biológica do mundo. Abriga a mais extensa bacia hidrográfica, 28% das matas tropicais do planeta e 17% das espécies de aves. Parte desse patrimônio está protegido por fazer parte de áreas de preservação, legalmente

reconhecidas. Em todo o país, são 288 Unidades de Conservação, que somam pouco mais de 50 milhões de hectares. O problema é que uma parte desses parques e reservas, ambientalmente ricas, também abrigam comunidades tradicionais, como ribeirinhos, quebradeiras de cocos, pescadores e índios. Esses brasileiros correm o risco de serem expulsos do local onde moram por conta da legislação ambiental. Em alguns tipos de áreas de conservação, como as reservas biológicas, é proibida até a visita de humanos.

A preservação ambiental pode desalojar até 5 milhões de brasileiros. Esta é a população estimada de pessoas que pertencem a comunidades tradicionais. Para fugir da expulsão, as comunidades estão se antecipando às decisões do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Pelo menos 120 pedidos foram feitos ao órgão por moradores de áreas que podem ser transformadas em reservas. Eles pedem que as áreas sejam aprovadas como regiões extrativistas, onde é permitida a manutenção dos moradores já existentes.

O único levantamento disponível sobre o número de pessoas desalojadas devido à criação de áreas de preservação foi feito pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub), da Universidade de São Paulo (USP). Segundo os pesquisadores, até o momento, 22 parques nacionais e estaduais, estações ecológicas e reservas biológicas foram criados em áreas onde havia comunidades tradicionais. Para o antropólogo Antônio Carlos Sant'Ana Diegues, diretor do Nupaub, a situação é vergonhosa. Em Iguapé, no sul de São Paulo, 300 famílias de caiçaras foram afetadas com a criação, em 1987, da Estação Ecológica da Juréia. Só no ano passado, depois de muita briga, 50 famílias que resistiram ao reassentamento conseguiram criar duas reservas de desenvolvimento sustentável na região, conta. O problema não é exclusividade do Brasil. Estima-se que 14 milhões de pessoas foram expulsas ou limitadas pelas legislações ambientais na África, Ásia e em outros países, calcula Diegues. O problema mobiliza internamente o Ibama, que tem posições diversas sobre o destino dessas populações. Uma corrente quer que elas sejam retiradas do local, em defesa do meio ambiente. A outra defende a manutenção das comunidades em seus locais de origem, que deixariam de ser classificadas como reservas, onde a presença humana é proibida, para serem definidas como áreas de desenvolvimento sustentável, que permitem a convivência com comunidades. O despejo dessa multidão está previsto em lei ambiental. As reservas consideradas de proteção integral não podem ser habitadas.

Proibições

Uma das áreas que são alvo da polêmica é as Ilhas Cagarras, localizadas no litoral fluminense em frente à praia de Ipanema. Os pescadores da região não querem que o arquipélago seja transformado em monumento natural, o que impediria sua atuação no local. A medida também proibiria qualquer atividade esportiva, como mergulho. Eles alegam que dependem da pesca para o sustento da família. Quem tem mais direito sobre as áreas de preservação, o interesse coletivo ou individual?, questiona Marcelo França, diretor de Ecossistemas do Ibama.

Outro problema apontado pelas comunidades tradicionais é a restrição aos benefícios do governo. Quem consegue ficar na terra, fica sem direito a financiamento agrícola ou a ter acesso a programas de eletrificação rural, por exemplo. É o caso do povo pomerano, nos Pontões Capixaba, no Espírito Santo. Descendentes de alemães, que imigraram para o Brasil em 1853 após serem expulsos da Europa, eles mantêm até hoje uma língua própria e os costumes herdados da Província da Pomerânia, atual Alemanha. Em 2002, a região onde moram foi decretada parque nacional.

A energia chegou na região e a gente não tem direito. Estão sendo cortados os financiamentos e as estradas estão abandonadas. Aos poucos estamos sendo expulsos. A gente não tem para onde ir. A criação do parque desestruturou o convívio com o meio ambiente que a gente sempre

protegeu e preservou, lamentou Patrícia Stur, representante da Associação dos Moradores dos Pontões Capixaba.

Atrativos turísticos

O que justificou a criação do parque foram as formações rochosas do local. A biodiversidade não é o elemento principal, afirma diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Maurício Mercadante. Para o ministério, a condição de permanência da comunidade no local é que os pomeranos mantenham o mesmo tipo de vida de hoje, sem expandir as atividades agrícolas. Uma das alternativas é o turismo rural.

No caso dos índios e dos remanescentes de quilombos, a disputa pela terra envolve a legislação. Pela lei, eles têm direito a permanecer no seu local de origem. Mas, de acordo com a Fundação Nacional dos Índios (Funai), mais de 50 áreas que não permitem ação do homem foram criadas sobre territórios ocupados por etnias. Desde a Constituição de 1945, a terra indígena se sobrepõe a qualquer outro direito ambiental, destaca a socióloga Maria Auxiliadora Sá Leão, diretora de Assuntos Fundiários da Funai. Com a sobreposição, os indígenas têm sofrido restrições, principalmente, nas políticas sociais.

Novo órgão aprovado

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a medida provisória que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O novo órgão irá cumprir funções que eram executadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A medida foi aprovada por 250 votos a favor, 161 contra e sete abstenções. O projeto segue para o Senado. Quando a aprovação foi anunciada, cerca de 100 servidores do Ibama, que ocupavam as galerias do plenário da Câmara, começaram a protestar. Aos gritos, diziam jamais seremos vencidos e fora, Marina Silva, em referência à ministra do Meio Ambiente. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), determinou o esvaziamento das galerias.

Qual seria o tipo de unidade de conservação ideal para proteger a diversidade da fauna e da flora brasileira e respeitar as comunidades tradicionais? O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Snuc) separa as áreas de interesse ecológico em duas: unidades de proteção integral e de uso sustentável. A primeira proíbe a presença de moradores. A segunda é mais flexível.

O principal problema enfrentado pelo Ibama para defender o meio ambiente e respeitar o direito dos moradores tem sido equacionar os impasses impostos pela legislação ambiental. É preciso dar um jeitinho quando a unidade de conservação acaba se transformando em área restritiva, admite um funcionário do órgão. É o caso do Parque Nacional do Jaú, na Amazônia, onde estão instaladas comunidades extrativistas e ribeirinhas. A prefeitura local estuda instalar uma escola flutuante no rio que corta o parque para atender as crianças que moram no local. A saída é para não burlar a legislação que impede qualquer construção em terra firme.

Para o engenheiro florestal Maurício Mercadante, diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a lei ambiental é clara. A princípio, na unidade de conservação integral não pode haver atividade econômica, inclusive extrativista. Em muitos casos já existentes é preciso haver o reassentamento, destaca.

Ele lembra que, no atual governo, foram criadas unidades de conservação com proteção integral e mantidas as comunidades que habitavam o local. Em princípio, essas comunidades podem até continuar desenvolvendo as atividades que já praticam, mas com limites. O que a gente negocia é a não ampliação das áreas exploradas, mas a médio e longo prazo vamos ter que trabalhar o reassentamento dessas comunidades. Não tem como fazer isso sem trauma nem impacto, esclarece.

Segundo o representante do ministério, o governo tem melhorado os levantamentos prévios para criar novas unidades de conservação. A gente faz hoje um estudo socioeconômico da área.

Identifica com muito mais detalhe quem de fato está dentro da área e onde está. Com base nessa informação, a gente exclui o máximo possível as comunidades de dentro das áreas que estão sendo propostas, justifica. Segundo Mercadante, esses estudos não eram feitos anteriormente. Os limites eram definidos considerando as características biológicas da área. (HB).

34. Filme narra controle da pesca na Amazônia: Documentário retrata importância de comunidades locais para aplicar técnicas de manejo pesqueiro e para preservação ambiental - da PrimaPagina - PNUD - Manaus, 18/06/2007

O controle da pesca em áreas de várzea da Amazônia, que ajudou a preservar espécies e a elevar a renda dos pescadores, está agora registrado em um documentário feito pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). As mil cópias do filme serão distribuídas em bibliotecas, universidades, institutos de pesquisa, órgãos do governo, organizações não-governamentais e comunidades de pescadores.

O vídeo retrata as experiências de dois municípios: Santarém (Pará) e Fonte Boa (Amazonas), que têm, somados, mais de 315 mil habitantes, segundo o IBGE. A maioria deles se dedica a atividade pesqueira, seja para geração de renda, seja para a própria subsistência.

Chamado “A Pesca na Várzea Amazônica: a experiência do ProVárzea/Ibama com o manejo participativo” e lançado na quinta-feira, em Manaus, o documentário destaca os resultados da aplicação do manejo comunitário, que une o trabalho da população local ao dos técnicos ambientais para definir diretrizes de extração. “Depois de estabelecermos normas para a extração, chamadas acordos de pesca, os conflitos ambientais diminuíram e a renda das pessoas aumentou”, afirma Mauro Luis Ruffino, coordenador do Provarzea/IBAMA (Programa de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea), que tem o apoio do PNUD e comandou os projetos na região. Os acordos de pesca, firmados entre os pescadores e os técnicos, estabelecem regras como época para pescar, quantidade de peixe que pode ser capturada, espécies que devem ser soltas. O vídeo apresenta uma abordagem comparativa sobre as diferentes técnicas de manejo da pesca. Os trabalhos desenvolvidos na região são divulgados por depoimentos de técnicos ambientais e pescadores. “Temos o objetivo de incentivar a participação popular nas tomadas de decisão. Os acordos de pesca são definidos pelas comunidades, que utilizam seus conhecimentos tradicionais para isso”, destaca Ruffino.

Uma das técnicas apresentadas é a pesca manejada do pirarucu, desenvolvida principalmente em Fonte Boa. A cada 15 minutos, aproximadamente, o peixe vai para a superfície da água, para efetuar trocas gasosas. Nesse processo, é possível que os pescadores contem os peixes e estimem a quantidade do cardume. A partir daí, é estabelecida uma cota de 30% do total para a pesca. O vídeo foi viabilizado por um prêmio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, recebido pelo PROVÁRZEA. Além do documentário, o programa lançou, no mesmo evento, mais sete publicações. Entre elas, o livro “O setor pesqueiro na Amazônia: situação atual e tendências”, que reúne pesquisas sobre a pesca na região desenvolvidas entre 2003 e 2005. Também foram lançados os livros: “Zonas Úmidas – Pesca para o futuro”, “Cartilha Óleos da Amazônia”, “Ngiã nūna tadaugü i torü nnãne – Vamos cuidar de nossa terra”, “Áreas Protegidas do Brasil” (quarto volume), “O Diagnóstico Regional – Os Pescadores e a Pesca na Região Oeste do Pará e Baixo Amazonas”; e o vídeo “Grupo Ambiental Natureza Viva – Granav”.

35. MDS participa de evento preparatório para Encontro dos Povos das Florestas – MDS -19/06/2007.

A secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, participou nesta terça-feira (19/06) da cerimônia de lançamento de mobilização para a 2º Encontro Nacional dos Povos das Florestas, que acontecerá de 18 a 23 de setembro, em Brasília. A solenidade contou com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, além de representantes do Banco Mundial, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Governo do Distrito Federal, de embaixadas, do Congresso Nacional e de organizações ligadas ao meio ambiente.

Arlete Sampaio enfatizou que o encontro será um momento para discutir formas de o MDS contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável. "Queremos que os programas do Ministério cheguem cada vez mais a todas as comunidades", reforçou a secretária. Ela lembrou que a pasta integra o grupo de trabalho que desenvolve ações junto aos povos e comunidades tradicionais.

O primeiro Encontro Nacional dos Povos das Florestas aconteceu há 20 anos, em Xapuri (AC), sob a coordenação do seringueiro Chico Mendes. O evento é promovido pela Aliança dos Povos da Floresta, formada por três redes sociais: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Conselho Nacional dos Seringueiros e Grupo de Trabalho Amazônico.

36. Encontro nacional marcará reunificação do movimento fundado por Chico Mendes - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 20/06/2007

Fundada nos anos 80, Aliança vai reunir GTA, Coiab e CNS e quer retomar agenda de lutas pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia. Vinte e um anos depois, novo encontro nacional será realizado em Brasília, em setembro.

RIO DE JANEIRO - A proximidade do aniversário de 20 anos da morte de Chico Mendes, assassinado em 1988, está fazendo com que as idéias e propostas do líder seringueiro e ambientalista voltem a ser lembradas com mais força pelas organizações dos movimentos sociais no Brasil. Um dos resultados práticos mais importantes desse fenômeno é a rearticulação da Aliança dos Povos da Floresta, entidade idealizada por Chico Mendes em meados dos anos oitenta para unificar as principais bandeiras dos movimentos sociais da Amazônia em sua luta pelo desenvolvimento sustentável da região.

A volta da Aliança dos Povos da Floresta ao cenário da luta política nacional foi acertada em janeiro, após um período de negociações envolvendo três grandes redes: o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). A plataforma de atuação da entidade será definida no 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta, a ser realizado em Brasília entre os dias 18 e 23 de setembro. Esse encontro acontecerá 21 anos depois do primeiro, que foi organizado pelo próprio Chico Mendes na cidade de Xapuri, no Acre.

O presidente do CNS, Júlio Barbosa, comemora a reunificação da Aliança “após anos de distanciamento” e enumera as conquistas obtidas pelos povos da Floresta Amazônica nas duas

décadas que separam os dois encontros nacionais: “Foram criadas 59 reservas extrativistas, houve a demarcação de terras indígenas, houve a criação da Câmara Técnica de Proteção ao Patrimônio dos Povos das Florestas e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). É muito importante a retomada da Aliança, cujos protagonistas - os índios e os seringueiros - têm participado ativamente das discussões sobre as políticas públicas para a região”, diz.

Para o secretário-geral do GTA, Adílson Vieira, a realização do segundo encontro em Brasília servirá para fortalecer a Aliança para além dos limites da Amazônia: “Precisamos discutir os problemas que ocorrem em outros biomas, como Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado, que são igualmente importantes, ricos em biodiversidade e com uma população expressiva vivendo nesses ecossistemas. Queremos discutir uma política florestal como um todo para o Brasil, definindo um modelo adequado para o desenvolvimento das comunidades e para a proteção das florestas”, diz.

O 2º Encontro terá apoio dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e também dos governos do Acre, do Amapá, do Pará e do Amazonas. O evento, na avaliação do MMA, deverá atrair à capital federal mais de 10 mil representantes dos movimentos indígena, seringueiro e extrativista, além de membros de organizações não-governamentais e outros movimentos sociais. Os principais temas do encontro serão as mudanças climáticas, o desmatamento, os desdobramentos do PPG-7, a redução da pobreza dos povos que habitam a floresta e as iniciativas de exploração sustentável dos recursos florestais.

Marina anuncia 2º Encontro - a realização do 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta foi anunciada nesta terça-feira (19) pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante o seminário “O Papel dos Povos da Floresta no Desenvolvimento Socioambiental da Amazônia”, realizado no Hotel Mercure, em Brasília. A ministra, que ajudou Chico Mendes na organização do primeiro encontro, ressaltou a história da Aliança dos Povos da Floresta: “Temos de celebrar o esforço dessas comunidades historicamente marginalizadas, que foram capazes de ampliar uma aliança fundamental para recuperar a sua história e avançar socialmente”, disse.

Ao lado de representantes do GTA, da Coiab, do CNS, do Unicef e da Rede de ONGs da Mata Atlântica, entre outros, Marina enumerou o que considera como avanços obtidos pelos povos da floresta durante o governo Lula. A ministra citou “os 18 milhões de hectares em reservas extrativistas criadas nos últimos quatro anos” e prometeu que “nos próximos meses teremos mais oito milhões de hectares para este fim”. Ela também citou “os 10 milhões de hectares em terras indígenas homologadas na primeira gestão do governo Lula” e a redução do desmatamento de 50% na Amazônia e de 75% na Mata Atlântica.

37. MDA/CE e ONG Travessia articulam ações conjuntas para quilombolas – MDA - 20/06/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Ceará (MDA/CE) e a Organização Não-governamental (ONG) Travessia/Centro de Cultura Afro-cearense firmaram um protocolo de intenções para realizar trabalhos em parceria nas áreas de remanescentes de quilombos.

Por esse acordo, selado entre o delegado do MDA/CE, Francisco Sombra, e a pesquisadora Maria da Silva Holanda, da coordenação da ONG, o Ministério se comprometeu a articular com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) a organização de seminário estadual sobre quilombolas no Ceará.

Além disso, deverão ser realizadas em áreas de remanescentes de quilombos atividades do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e palestras sobre outras políticas desenvolvidas pelo MDA voltadas a esse público.

Também coube ao delegado Francisco Sombra articular, junto ao governo estadual, cursos de capacitação para agentes de assistência técnica com foco na realidade dos quilombolas. Em contrapartida, a ONG Travessia repassará o mapeamento das 79 comunidades quilombolas existentes no estado à Delegacia Federal do MDA.

38. Artesanato do Talentos do Brasil participa de exposição em El Salvador – MDA - 21/06/2007

Peças produzidas por comunidades de artesãos da agricultura familiar participantes do projeto Talentos do Brasil farão parte de uma exposição que acontece de 24 a 30 de junho, no Museu Nacional de Antropologia David J. Guzmán, em San Salvador, capital de El Salvador.

O bordado, o tricôt, o labirinto, a lã dos pampas, a fibra do buriti, do tururi de Muaná, a piaçava, entre outros materiais poderão ser conhecidos pelas artesãs de cooperativas e mulheres da agricultura familiar e público em geral da capital salvadorenha.

De acordo com a coordenadora do projeto, Patrícia Mendes, serão levados alguns produtos de cada um dos nove grupos que compõem o Talentos do Brasil como uma forma de proporcionar um intercâmbio entre os dois países. A participação do projeto vai contar, ainda, com uma oficina de trançado com a palha do côco, matéria-prima existente no País e que, originalmente, no Brasil, é usada a técnica com a piaçava.

No intercâmbio entre os dois países, haverá uma oficina da artesã Maria Joelma Silva, integrante do projeto Cá e Lá, do litoral norte da Bahia, que fará uma capacitação para ensinar as técnicas do trançado da palha do coco.

39. PE - MPPE e INSS buscam solução para comunidades quilombolas – OBQuilombola - Data: 21/6/2007 - Fonte: Ministério Público de Pernambuco e Articulação para Combate ao Racismo Institucional em 17/06/2007

Uma proposta de modificação da Lei federal 8.213 no sentido de que integrantes de comunidades quilombolas sejam admitidos com status próprio no sistema de previdência foi uma das deliberações definidas nesta quinta-feira (13) durante audiência pública, realizada em Garanhuns, para debater o acesso destas populações aos benefícios previdenciários.

Atualmente, os quilombolas são tratados como trabalhadores rurais comuns e acabam sem conseguir receber aposentadoria por não ter como provar posse de terras, uma vez que a questão da titularidade ainda não foi resolvida na maioria das comunidades. Essa é a primeira iniciativa neste sentido no nordeste e a segunda no país.

A audiência foi realizada pelo Ministério Público de Pernambuco através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Cidadania e com apoio do Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial (GT Racismo). O Instituto Nacional do Seguro Social participou do evento, e se comprometeu a contribuir na resolução dos problemas. “Durante o encontro, os integrantes

das comunidades quilombolas que estão sendo prejudicados puderam colocar suas principais dificuldades. Depois disso, estabelecemos metas para um trabalho em conjunto”, afirmou o coordenador do CAOP Cidadania, Promotor Marco Aurélio Farias. Segundo ele, essas comunidades necessitam do reconhecimento das autoridades para usufruírem dos direitos assegurados aos demais cidadãos, já que têm participação na economia do estado.

A Associação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco se comprometeu a fornecer ao INSS um levantamento dos grupos existentes no estado. Também foi discutida a necessidade de que órgãos responsáveis por emissão de documentos não acabem produzindo contraprovas que possam atrapalhar o acesso aos benefícios do INSS, registrando um quilombola como tendo outra profissão que não a de trabalhador rural. Como eles não tem título da terra, este detalhe acaba sendo um empecilho na hora de requerer a aposentadoria.

Cerca de 200 pessoas estiveram presentes entre representantes do MPPE, do INSS, membros das comunidades e movimentos sociais ligados à questão. Em setembro, acontecerá uma próxima reunião, em Caruaru, para monitorar as ações dos envolvidos.

40. RJ - Quilombolas e indígenas na rota da tocha do pan - OBQuilombola - Data: 21/6/2007 - A fonte é a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

A 38 dias do início dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, a tocha de revezamento chegou ao Brasil, por volta das 10h30 do dia (05/06), em Porto Seguro (BA) onde foi reaccesa na localidade Santa Cruz Cabralia – costa do descobrimento do Brasil. O acendimento da Tocha Pan-americana aconteceu na última segunda-feira dia 04 no México, nas Pirâmides de Teotihuacán simbolizando a paz, a amizade e a integração dos povos através do esporte, valores fundamentais do Olimpismo.

De Porto Seguro, a tocha seguirá pelas 27 capitais e por 22 localidades brasileiras, totalizando 51 pontos de passagem. As cidades anfitriãs representarão os 42 países das Américas participantes dos Jogos Pan-americanos, podendo um mesmo país ser representado por mais de uma localidade.

Quilombo e aldeia indígena

A seleção de cidades se baseou na inclusão de capitais estaduais e de outras localidades, a partir de critérios como a representatividade econômica, histórica, ecológica e turística de cada uma. Na lista de anfitriãs está uma comunidade quilombola entre Paraty e Angra dos Reis, no Estado do Rio, e uma aldeia indígena, em Campo Novo de Parecis, no Mato Grosso. No dia 11 de junho, a tocha passará por Brasília, onde será recebida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. O revezamento se encerra no Rio de Janeiro, em 13 de julho, quando haverá a Cerimônia de Abertura dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, com o acendimento da Pira Pan-americana no Estádio do Maracanã.

41. Novo encontro dos povos da floresta será em setembro, em Brasília – ISA - 21/06/2007

Evento vai acontecer quase 20 anos depois do primeiro encontro, marco do movimento socioambiental. A expectativa é reunir cerca de 10 mil pessoas. A novidade e o desafio é tentar unir sob bandeiras comuns povos tradicionais dos outros biomas brasileiros, como o Cerrado, a

Mata Atlântica e a Caatinga. Índios, seringueiros, ribeirinhos e organizações da sociedade civil da Amazônia vão tentar retomar uma aliança histórica. O II Encontro Nacional dos Povos da Floresta está marcado para acontecer entre os dias 18 e 23 de setembro, em Brasília. O lançamento do evento aconteceu na terça-feira, na capital federal, e contou com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, líder seringueira e discípula de Chico Mendes. O novo encontro vai acontecer quase 20 anos depois do primeiro, um marco do movimento socioambiental brasileiro que levou a floresta amazônica ao centro dos debates internacionais sobre meio ambiente. Na organização, estão o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Participaram do lançamento a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) e a Rede Cerrado, entre outros. Juntos, representam quase duas mil organizações civis e movimentos sociais. A expectativa é reunir cerca de 10 mil pessoas, entre indígenas, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, sertanejos, ambientalistas, sindicalistas, empresários e integrantes do governo. O I Encontro dos Povos da Floresta foi promovido, em março de 1989, em Rio Branco (AC), pela União das Nações Indígenas e pelo CNS, cuja principal liderança era Chico Mendes, assassinado alguns meses antes. O evento projetou a inédita Aliança dos Povos da Floresta e outras lideranças, como David Yanomami e Ailton Krenak (confira abaixo).

Desafio

A novidade e o desafio colocado pela retomada da articulação é tentar unir sob bandeiras comuns povos tradicionais dos outros biomas brasileiros, como o Cerrado, a Mata Atlântica e a Caatinga. Além da conservação da floresta e da distribuição de renda, a pauta da mobilização inclui temas mais recentes que estão na ordem do dia, como mudanças climáticas e grandes obras de infraestrutura.

De acordo com Jecinaldo Barbosa Saterê-Mawê, coordenador-geral da Coiab, os setores que defendem um modelo de desenvolvimento predatório para a Amazônia avançaram bastante politicamente e é preciso uma ampla articulação para confrontá-los. “Esse encontro é uma reação. Queremos promover novas alianças, mais diálogo. Temos de nos unir”, defende. Ele aponta o agronegócio, a bancada ruralista, as usinas hidrelétricas, os grileiros e madeireiros como ameaças aos povos da floresta.

A Aliança dos Povos da Floresta atuou durante alguns anos, no início da década de 1990, mas perdeu muita influência política. Para Jecinaldo Saterê-Mawê, o movimento não foi à frente porque as organizações que o integravam ainda estavam se consolidando, precisavam institucionalizar-se e voltaram-se para agendas próprias. Ele não acha, porém, que a aliança fracassou. “Aprendemos com essas experiências e hoje estamos mais fortes”.

Nas próximas semanas, as redes que vão promover o novo encontro devem se reunir para elaborar uma carta de princípios e diretrizes comuns. Existe a preocupação de que a busca por uma atuação unificada não comprometa a independência das pautas e estratégias políticas de cada segmento envolvido. A aposta das coordenações das redes é de que a experiência acumulada no movimento iniciado há 20 anos permita não repetir antigos erros.

“Muitas vezes, acabamos tentando nos meter nas coisas dos índios. Queríamos que dirigissem o movimento deles como o nosso. Isso não deu certo”, lembra Pedro Ramos, membro do CNS, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Amapá e um dos companheiros mais próximos de Chico Mendes. O seringueiro aposentado defende que sejam definidas grandes linhas de ação na retomada da Aliança dos Povos da Floresta, como o reconhecimento das terras tradicionais, mas que cada povo, movimento e organização preserve seus costumes, seus hábitos e sua pauta específica de reivindicações.

A intenção das redes que vão promover o novo encontro não seria unificar o movimento social e as organizações de tantas populações diferentes, mas influenciar políticas públicas, dar visibilidade a tecnologias e experiências de sucesso e aprofundar o debate sobre os grandes temas socioambientais. Deve ser discutida uma espécie de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) socioambiental, uma série de propostas de alternativas econômicas sustentáveis às grandes obras de infra-estrutura que o governo Lula pretende construir e ao agronegócio. A idéia é estimular a economia agroflorestal e criar incentivos para a conservação da floresta.

“A Amazônia vive um novo boom de visibilidade nacional e planetária, associado às mudanças climáticas. Nesse contexto, a iniciativa dessas redes é oportuna”, afirma Beto Ricardo, secretário-executivo do ISA, que participou do I Encontro, como representante do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). Ele lembra que, nos últimos 30 anos, houve outros momentos, como a ECO-92, por exemplo, em que os povos das florestas conseguiram projeção política articulando-se com outros setores da sociedade. “Mas seu sucesso dependerá da capacidade das lideranças de revisitar suas referências de origem, de atualizar e construir conexões com uma extensa rede de alianças para apoiar suas propostas”.

Memória

O I Encontro dos Povos da Floresta aconteceu juntamente com o II Encontro Nacional de Seringueiros, em Rio Branco, entre 25 a 31 de março de 1989. Estiveram presentes 187 delegados seringueiros e indígenas do Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Rondônia. A Aliança dos Povos da Floresta foi formalizada no evento e suas grandes reivindicações eram o reconhecimento oficial e a defesa das terras dessas populações, a implementação de políticas que garantissem sua sobrevivência e sua cultura.

A articulação chamou a atenção da sociedade brasileira e internacional para o problema fundiário e o desmatamento na Amazônia. Também consolidou os povos da floresta, em especial seringueiros e indígenas, como interlocutores políticos. O movimento que deu origem ao encontro e a Aliança dos Povos da Floresta nasceu na onda de mobilizações ocorridas por conta da redemocratização do País e da Assembléia Nacional Constituinte, no final dos anos 1980.

Chico Mendes foi um dos grandes inspiradores do encontro, que foi realizado ainda sob o impacto de sua morte. O líder seringueiro foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC), na porta de sua casa. Ele participara da fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985, e fora ao Senado dos Estados Unidos, em 1987, para denunciar o financiamento internacional de projetos de devastação das florestas brasileiras. As denúncias fizeram com que os projetos fossem suspensos e Chico fosse acusado por fazendeiros e políticos de prejudicar o "progresso" do Estado do Acre. Vários dos líderes que participaram do encontro também estavam sob ameaça de morte.

Foi a Aliança dos Povos da Floresta que juntou os ideais de uma reforma agrária ampla e da conservação ambiental. Era preciso, então, não apenas garantir o direito à terra das populações indígenas e dos seringueiros, mas também os recursos naturais que em que estavam baseados o seu modo de vida tradicional. O movimento também foi responsável pela divulgação da idéia das Reservas Extrativistas.

“Havia um senso comum de que a floresta estava sendo desmatada pelas populações locais e quem se interessava pela conservação estava nas grandes cidades. Isso mudou a partir daí”, relembra Steve Schwartzman, diretor do Programa Internacional da Environmental Defense – ED – organização sediada em Washington (EUA). Ele foi uma das pessoas que ajudou a divulgar internacionalmente a luta dos seringueiros e da Aliança dos Povos da Floresta. Schwartzman considera que o conceito de Reserva Extrativista é um dos grandes legados da mobilização dos povos da floresta, inclusive como uma idéia genuinamente brasileira.

Declaração dos Povos da Floresta - Março de 1989

As populações tradicionais que hoje marcam no céu da Amazônia o arco da Aliança dos Povos da Floresta proclamam sua vontade de permanecer com suas regiões preservadas. Entendem que o desenvolvimento das potencialidades destas populações e das regiões em que habitam se constitui na economia futura de suas comunidades, e deve ser assegurada por toda nação brasileira como parte da sua afirmação e orgulho.

Esta aliança dos Povos da Floresta reunidos – índios, seringueiros e ribeirinhos – iniciada aqui nesta região do Acre estende os braços para acolher todo esforço de proteção e preservação deste imenso, porém frágil sistema de vida que envolve nossas florestas, lagos, rios e mananciais, fonte de nossas riquezas e base de nossas culturas e tradições.

Conselho Nacional de Seringueiros (CNS)

União das Nações Indígenas (UNI)

42. Desenvolvimento para povos tradicionais é tema de seminário em Riacho dos Machados (MG) – MDS - 22/06/2007.

Dialogar sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e a possibilidade de educação diferenciada para estes segmentos da população brasileira. Esta é a base do Seminário Regional de Educação do Campo, que acontece segunda (25/06) e terça-feira (26/06), no plenário da Câmara Municipal de Riacho dos Machados, em Minas Gerais. Promovido pelo Centro de Agricultura do Norte de Minas (CAA/NM), o evento terá a participação do Coordenador do Núcleo de Povos, Comunidades Tradicionais e Específicas, Aderval Costa Filho, ligado à Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Na segunda-feira, a partir das 13h, Aderval Costa Filho integrará a mesa de debates intitulada Populações Tradicionais e Educação Contextualizada, onde ele apresentará a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. São quatro os pontos fundamentais em que a política é baseada: acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais; infra-estrutura; inclusão social e apoio à produção econômica. Neste encontro, serão debatidos ainda assuntos relacionados à educação diferenciada, como a possibilidade de implementação da primeira Escola Rural Gerazeira, para integrantes dos povos tradicionais em Minas Gerais.

De acordo com o CAA/NM estarão presentes ao seminário representante das Prefeituras, Câmaras Municipais e populações tradicionais (caatingueiros, quilombolas, indígenas da tribo Xakriabá entre outros) das cidades de Porteirinha, Serranópolis de Minas, Pai Pedro, Janaúba, São João das Missões, Montes Claros, Bocaiúva, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e Grão Mogol.

43. SC - Fazendeiros criam Movimento dos Com Terra, contra MST, indígenas e quilombolas - Fabricio Escandiuzzi - Direto de Florianópolis - OBQuilombola - Data: 26/6/2007 - Fonte: Portal Terra em 22/06/2007

Criado há menos de um mês por fazendeiros em Santa Catarina, o chamado Movimento dos Com Terra (MCT) gera polêmica entre seus fundadores e órgãos do governo. O movimento nasceu com o objetivo de funcionar como uma resposta ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e instrumento de defesa dos interesses da classe. O clima tenso após uma portaria do

Ministério da Justiça, em 19 de abril, que demarcou terras dos índios Guarani, Kaingang e Xokleng, acirrou a disputa e fez com que fazendeiros se aglutinassem para criar o MCT. Um dos líderes, o deputado federal, Valdir Colatto (PMDB), que já foi cotado para assumir o Ministério da Agricultura, afirmou que os cerca de dois mil proprietários rurais estão em confronto com órgãos do governo devido ao que chama de movimento sorrateiro pela demarcação de terras indígenas e quilombolas. O Brasil está sendo vítima de um movimento sorrateiro que está contestando um direito básico da nossa Constituição, o direito de propriedade, diz.

Colatto criticou o governo e as ONGs no episódio e os acusa de favorecer indígenas. Segundo ele, órgãos como Ibama, Funai e Incra estariam emitindo laudos que comprometeriam milhares de pequenos proprietários.

É uma coisa orquestrada, onde burocratas emitem laudos e decretos que prejudicam várias famílias, jogando no lixo os registros e escrituras públicas emitidas legalmente há décadas, acusa. Tem gente, principalmente ONGs, ganhando dinheiro com isso, fazendo projetos e manipulando índios e quilombolas.

O Movimento dos Com Terra pretende resistir às decisões do governo e se contrapor às investidas do MST, segundo explicou o deputado. Queremos que os todos brasileiros que detêm escritura de propriedade venham a fazer parte do movimento. Sem direito a propriedade, nossa democracia fica fragilizada e daqui a pouco estaremos nos transformando numa Rússia ou China, destaca.

Não é porque um funcionário do Incra diz que terras são de quilombolas que famílias serão colocadas na rua, depois de uma vida de trabalho.

O posicionamento de Colatto gerou reações. O superintendente do Incra em Santa Catarina, João Paulo Strapazzon, afirmou que não existe escritura pública que garanta a posse a um fazendeiro, de uma terra considerada indígena.

O deputado não conhece a Constituição, pois ela determina que as terras indígenas são imemórias, ou seja, não cabem registro público, diz, acrescentando que o erro aconteceu em 1910, quando um projeto de colonização vendeu terras que não poderiam ser comercializadas. E pela Constituição de 1988 esses agricultores teriam de receber somente as benfeitorias. O governo está tentando reassentar os agricultores que não são índios, mas o processo é demorado. A polêmica entre fazendeiros e indígenas tomou proporções policiais esta semana quando o arcebispo de Florianópolis, dom Murilo Krieger, pediu proteção policial ao bispo de Chapecó, dom Manoel João Francisco, que estaria recebendo ameaças de morte dos fazendeiros por defender a demarcação das áreas.

No dia do lançamento do Movimento dos Com Terra, um boneco representando o bispo foi incendiado na cidade por fazendeiros. O líder do MCT garante que não há ameaças e que a proposta é pacífica. Vamos lutar pelo direito de ter paz no campo, sem invasões e com os direitos dos agricultores garantidos.

Dos 851 milhões de hectares brasileiros, 12% são terras indígenas demarcadas, o que equivale a 105 milhões de hectares, onde vivem 400 mil índios.

44. 11 grupos de índios isolados vivem em áreas desprotegidas - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

No Brasil, 11 grupos de índios isolados do contato com a sociedade vivem em áreas desprotegidas, sem nenhuma garantia legal ou assistência institucional do poder público. Estão

expostos aos ataques de exploradores de madeira, de minério, da fauna e da flora. São áreas de absoluta vulnerabilidade, já que a integração com o homem branco representa risco de morte, seja por causa dos conflitos ou em decorrência das doenças urbanas às quais estão desacostumados. Desde dezembro de 2006, a Fundação Nacional do Índio (Funai) passou a considerar a existência de 68 povos indígenas autônomos espalhados na Amazonia Legal (Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima), além de um caso em Goiás. Do total, 57 estão em áreas já reconhecidas como terra indígena ou em territórios de influência das Frentes de Proteção Etno-Ambiental, da Funai, que são os grupos responsáveis pelo monitoramento e salvaguarda dos isolados. Em tese, estão mais protegidos que os demais. No último censo populacional do IBGE, 700 mil indivíduos se autodenominaram índios. Os autônomos (ou isolados, como são mais conhecidos), entretanto, representam uma população que foge a qualquer amostragem demográfica. Por opção, rejeitam o contato com a “sociedade nacional” (que é o termo usado pela Funai) e vivem escondidos na floresta, preservando a maior parte de suas tradições culturais. Como a Funai deixou de buscar o contato desde os anos 80, não se sabe quantos são nem de quais etnias fazem parte.

ESTATÍSTICAS

Diagnóstico feito pela Coordenação de Grupos de Índios Isolados, da Fundação Nacional do Índio (Funai), em dezembro passado subiu de 40 para 68 o total de registros de povos indígenas vivendo nessas condições pelo País. O órgão atribui o crescimento a novos estudos realizados e à coleta de dados feita pelos grupos de campo.

Das 68 áreas, 39 ainda estão em estudo. São referências confirmadas somente por meio de vestígios materiais, relatos de moradores (legais ou ilegais) e outros indícios - ainda não houve contato direto. Confirmados documentalmente e com dados mais precisos são 24 tribos, além de 5 recém-contatadas.

A Funai esclarece que o isolamento não significa que eles vivem sem saber da existência de um mundo urbano ou de outras tribos indígenas. Em algum momento podem ter tido algum contato com povos ribeirinhos, ou terem observado outras culturas. Decidiram, no entanto, viver suas próprias tradições, sobrevivendo da caça, da pesca, de plantações (mandioca e banana, entre outras), cultuando outros deuses, preservando cantos e costumes.

O presidente da Funai, Marcio Meira, explica que, assim que é feito o registro da existência de índios desconhecidos numa área, o órgão promove a interdição do perímetro para evitar que contatos indesejados sejam feitos.

ALERTAS

No final de maio, um fato colocou em alerta os grupos de estudo de povos isolados da Funai. A aparição de 87 metuktires dos quais não se tinha notícias havia 57 anos. Os índios deixaram sua aldeia no sul do Pará e caminharam por cinco dias, floresta adentro, até chegar ao norte de Mato Grosso, onde acamparam ao lado de uma aldeia da mesma etnia, mas que já mantém contato com a cultura nacional desde 1950.

A Funai acredita que eles migraram em busca de proteção. O fato fez crescer a dúvida sobre até que ponto os grupos isolados localizados em áreas oficiais estão mais protegidos que os demais. Os metuktires viviam numa área já reconhecida, mas aparentemente foram afugentados por ataques de garimpeiros ou madeireiros. “Os que estão fora de território regularizado estão mais vulneráveis. Contudo, às vezes até nas terras indígenas já totalmente regularizadas existem altas pressões de madeireiros, garimpeiros, empreendimentos agroindustriais, hidrelétricas, estradas etc”, explica o coordenador substituto da Coordenação Geral de Índios Isolados, Elias Bigio.

Os metuktires não são o único caso recente de aparição de povos isolados. Na terra indígena Vale do Javari, que tem a maior concentração de povos autônomos, um grupo de índios korubos, conhecidos como caceteiros - por usarem as bordunas (pedaços de pau) ao invés do arco e flecha -, decidiu sair do isolamento e há um mês está acampado à beira do Rio Ituí. Quem relatou o caso foi o antropólogo Gilberto Azanha, coordenador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Segundo ele, nos últimos três anos esse grupo aparecia freqüentemente nas margens do rio, mas há um mês decidiu acampar no local. Não se sabe o motivo. “Curiosidade, possivelmente”, afirma Azanha. A Funai confirmou a aparição da tribo.

45. Funai não faz contato, só protege área – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

A Funai deixou de buscar contato com os índios isolados desde os anos 80 e decidiu que deixaria na mão deles a decisão de buscar uma integração com outras sociedades. Isso porque a tentativa de aproximação provocou centenas de conflitos e casos de aldeias inteiras dizimadas por doenças simples, como a gripe. “A Funai procura não fazer o contato. Fazemos um cinturão de proteção quando os identificamos”, explica Marcio Meira, presidente da fundação.

O órgão monitora à distância os povos já reconhecidos. São seis grupos de atuação de campo, chamados de Frentes de Proteção Etno-Ambiental. Sua área de abrangência compreende Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia - regiões onde existe o maior número de referências sobre índios sem contato. Essas frentes de proteção realizam ações de localização, proteção, vigilância e fiscalização, em uma área de 15 milhões de hectares.

Segundo a Coordenação Geral de Índios Isolados, a qual estão subordinadas as frentes, “a rapidez com que tem ocorrido a ocupação da região amazônica”, especialmente no Acre, norte de Mato Grosso, Rondônia, Pará, sul do Amazonas e Roraima, exige ação efetiva da Funai. Há exploração de madeira, minério, fauna e flora. No mesmo documento, a coordenação diz que essa ação se dá “no sentido de antecipar-se à invasão e à exploração inadequada das terras indígenas”, para garantir a vida das populações e evitar que, isoladas ou não, sejam exterminadas.

Mas a Funai, como outros órgãos do governo federal, padece de insuficiência de pessoal e orçamentária. A frente de proteção do Vale do Javari (no Amazonas, fronteira com o Peru) é responsável por uma área de 8.544.482 hectares, demarcada pelo governo. Essa frente protege os índios korubo, recentemente contatados. Mas existem ainda outras 20 referências de índios isolados nesta mesma terra.

As frentes são importantes para a proteção dos povos e também para a identificação de novas ocorrências. Como a do grupo Avá-Canoeiro, que se refugiou na Serra da Mesa (GO), mas não foi localizado pela última expedição da Funai, em julho de 2006. A fundação ainda acredita em sua existência, baseada em vestígios e em relatos de quilombolas que vivem na região.

Existem também casos de um único índio tentando sobreviver isolado na floresta. O mais conhecido é do “índio do buraco”, último remanescente de uma etnia não identificada, no sudoeste de Rondônia. A área onde ele reside, de 8.070 hectares, está interdita pela Funai.

46. 'O isolamento é um direito' – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

O presidente da Funai, Márcio Meira, afirmou que o isolamento é um direito do índio. “À medida que confirmamos a presença de um grupo, interditamos o local para início do registro da terra. Essa ainda é a melhor forma desses povos terem sua segurança garantida”, afirmou. “São mais de 60 povos vivendo sem contato com o Ocidente. É uma riqueza de diversidade étnica sem igual.”

Segundo Meira, todas as ações da Funai são para “reduzir os impactos” causados pelo contato com o branco. Até mesmo as trilhas por onde caminham os índios ficam interditas.

Em Mato Grosso, onde 87 metuktires fizeram contato com uma tribo de índios já aculturados, todos aqueles que vivem próximos dos isolados estão sendo vacinados pela Funasa, parceira da Funai nesse processo de redução de impactos.

47. 17 povos vivem na 'iminência' de extinção, alerta Cimi – Estado de São Paulo – Nacional – 24/06/2007

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acredita que existem 17 povos indígenas isolados vivendo “na iminência de extinção”. Eles ficam no Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia.

Um dos casos envolvendo denúncia de genocídio ocorreu entre os povos isolados do Rio Pardo, nos Estados do Amazonas e Mato Grosso. De acordo com denúncia no Ministério Público Federal, houve massacres nos municípios de Apuí e Colniza, no fim de 2004 e início de 2005. Segundo o Cimi, um grupo de madeireiros, com participação de um ex-delegado de polícia de Mato Grosso, invadiu a área indígena e matou os índios.

Em outubro de 2005, a Frente de Proteção Etno-Ambiental Madeirinha, da Funai, fez contato visual com um grupo de três índios sobreviventes. A terra indígena foi interdita por duas portarias, mas, segundo o Cimi, “falta fiscalização da área”.

Para o Cimi, grupos de extermínio agem a serviço de grileiros de terras, madeireiros e fazendeiros, que tentariam eliminar “qualquer vestígio de presença indígena para inviabilizar a

demarcação de suas terras, liberando-as para a apropriação privada, exploração dos recursos naturais, pecuária e agronegócio”.

Os riscos vão além dos conflitos. A história dos matises é um bom exemplo de como o contato com o branco pode ser desastroso. No início da década de 70, eles não tinham contato com outras culturas e eram aproximadamente mil. Com a chegada da Funai, e após os madeireiros (2002), eram 216. Em meados de 90, eram 100 apenas. Voltaram a crescer após o isolamento dos rios Ituí e Itaquai, em 1996, pela Funai.

48. Índios do Alto Rio Negro acusam Funasa de omissão no atendimento - Natália Suzuki - Carta Maior – 25/06/2007

Indígenas do Alto Rio Negro, na Amazônia, afirmam que assistência médica às comunidades - que reúnem 25 mil pessoas - não chega por falta de transporte. Fundação Nacional da Saúde discorda e diz que tem cumprido as demandas.

SÃO PAULO – As denúncias sobre as deficiências no tratamento da saúde indígena já não são mais novidades. A Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), o Conselho Distrital de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro (Condisi) e o Departamento de Controle Social divulgaram uma carta na qual acusam a Funasa (Fundação Nacional da Saúde), órgão do Ministério da Saúde, e o Ministério Público Federal de Brasília de serem omissos em relação aos problemas que as comunidades do Alto Rio Negro (AM) têm enfrentado nos últimos seis meses.

A carta afirma que “a saúde dos indígenas continua se deteriorando”. Em março do ano passado, as lideranças indígenas já haviam enviado um documento relatando a situação dos índios aos órgãos públicos. “A gente não recebeu nenhuma resposta dos órgãos e nem um relatório do que irão fazer. É um descaso”, considera André Fernando, da etnia Baniwa, presidente do Condisi e vice-presidente do Foirn.

A região do Alto Rio Negro compreende cerca de 500 aldeias, que somam mais de 25 mil pessoas de 22 etnias diferentes. A maior parte desses povos tem pouco contato com os brancos. Partindo do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), cidade-sede da região, a viagem de barco pode levar até cinco dias para chegar às comunidades mais distantes

De acordo com o documento, há uma demanda não sanada por meios de transporte, insumos e medicamentos. Fernando explica que os motores de popa e ‘voadeiras’ (pequenas e rápidas embarcações) são essenciais, porque é apenas pela navegação que as equipes médicas, responsáveis pelo atendimento e pelos programas de saúde, conseguem chegar às comunidades. “Nesses últimos meses, as equipes não puderam seguir com os programas de saúde. Eles são de grande importância, porque a prevenção é parte fundamental da saúde indígena”, explica o líder Baniwa. Os programas são voltados para informar a população sobre questões de saúde bucal, prevenção contra tuberculose e educação sanitária. “Todas as ações são realizadas normalmente e as atividades relacionadas aos programas de saúde, preconizadas pelo Ministério da Saúde, estão

em plano funcionamento”, contraria a Funasa, em nota à imprensa. Segundo o órgão, o período das secas também atrapalha a navegabilidade dos rios e o acesso às populações.

A assessoria de imprensa do órgão explica que encerrou todos os antigos convênios de repasse de verbas no estado de Amazonas, inclusive o que mantinha com o Foirn. O motivo seria a falta e os equívocos nas prestações de contas feitas pelas conveniadas. Atualmente, um novo convênio foi estabelecido com uma organização sem vínculos com o movimento indígena, a Asterg, mas que é responsável por repassar a verba vinda da Funasa na infra-estrutura e atendimento das comunidades.

Os números sobre o índice de mortalidade neste semestre são díspares. A Funasa informa que entre janeiro e abril, 44 indígenas morreram. Para o órgão, esse índice é aceitável de acordo com a taxa de mortalidade dos últimos três anos.

Já segundo as lideranças, neste mesmo período, houve 55 mortes de índios na região do Alto Rio Negro. De acordo com o Condisi, 66% desses casos não obtiveram assistência médica por conta dos problemas de locomoção das equipes de saúde. “Dos 34% de óbitos que tiveram acesso à assistência de saúde, apenas 5% tiveram auxílio dos profissionais do Distrito Sanitário Especial Indígena, agora sob gestão da FUNASA, os 95% restantes foram assistidos por agentes indígenas de saúde, pela família ou removidos ao Hospital de Guarnição do Exército em São Gabriel da Cachoeira”, contabiliza o documento.

49. Lula vai fazer PAC para atender a índios e quilombolas – OBQuilombola - Data: 26/6/2007 - Fonte: Jornal O Globo em 26/06/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta terça-feira que na próxima semana o Ministério da Saúde apresentará o PAC da Funasa. A idéia é fazer uma extensão para tribos indígenas e comunidades quilombolas dos programas de saneamento e habitação que o governo federal está assinando nos estados a partir de hoje.

De acordo com o presidente, serão destinados R\$ 4 bilhões para levar esgoto e água potável para 90% das tribos indígenas e metade das comunidades quilombolas.

Lula cobrou da ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, que marque um dia para visitar a comunidade Kalunga, de quilombola, onde o governo federal levou água e esgoto.

- O Kalunga está para ser visitado, e Vossa Excelência precisa colocar na minha agenda que está pronta a água e o esgoto. Porque, quando não tem, me convidam para ir ver, mas quando faz não me convidam para ir lá inaugurar.

50. Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola se reúne com ministra da Seppir – OBQuilombola - Data: 27/6/2007 - Fonte: Destaque SEPPIR, v.3, n.110 em 26/06/2007

O Comitê Gestor do PBQ (Programa Brasil Quilombola reuniu-se na quarta-feira (20/6) com a ministra Matilde Ribeiro, a fim de nivelar informações, avaliar as iniciativas em curso e o cenário da política para comunidades quilombolas no país. Entre os encaminhamentos apontadas pelo grupo está a priorização de políticas a serem executadas com orçamento assegurado no PPA (Plano Plurianual).

51. Jornal Nacional lança enquete sobre reconhecimento de comunidades quilombolas – OBQuilombola - Data: 27/6/2007 - Fonte: OQ/KOINONIA

“O que você acha dos pedidos de reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombos?” Até o dia 27 de junho, cerca de 100 pessoas responderam. Mas apesar da série de reportagens da Globo sugerindo fraudes em alguns processos de regularização e questionando a legitimidade da legislação vigente, a esmagadora maioria de internautas se manifestou favorável às comunidades quilombolas. É o que reflete a declaração no site de Pablo Pontes, de Paraty (RJ): “Fico feliz em ver que a maioria das opiniões aqui é em favor do reconhecimento das terras quilombolas. Este é um direito justo que os descendentes dos quilombolas originais reivindicam. Nas comunidades que conheço existe um forte senso comunitário e preservação das tradições culturais dos quilombos. O INCRA deve trabalhar mais e mais na regularização fundiária dos quilombos, mas o governo não quer deixar.”
Pablo Pontes, Paraty, RJ, Brasil

52. PAC para índios e quilombolas das regiões norte e centro-oeste - OBQuilombola - Data: 28/6/2007 - Fonte: Jornal Nortão Online e JB Online em 27/06/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu hoje (26) a criação de um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) especial para programas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Segundo ele será uma extensão do PAC nas áreas de saneamento e habitação para levar esgoto e água tratada aos índios e quilombolas. Desses R\$ 4 bilhões nós estamos assumindo o compromisso de levar esgotamento sanitária e água potável a 90% das comunidades indígenas e à metade da população quilombola do país”, explicou, ao discursar em cerimônia de renovação do Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido. Segundo Lula essa extensão do PAC começa a ser anunciada hoje à tarde, em São Paulo, durante a cerimônia de lançamento do PAC nas áreas de saneamento e habitação. Apresentaram-me na sexta-feira o PAC da Funasa, na verdade é uma extensão do PAC que nós começamos a anunciar hoje no estado de São Paulo, amanhã em Minas, segunda-feira no Rio, depois na Bahia, Ceará, Pernambuco e depois nos outros estados brasileiros.

53. R\$ 4 bilhões serão aplicados em comunidades indígenas e quilombolas - Data: 28/6/2007 - OBQuilombola - Fonte: Portal de notícias da Globo - G1 em 26/06/2007

Recursos serão aplicados em comunidades indígenas e quilombolas. Também terão prioridade os municípios com altos índices de mortalidade infantil.

O governo anuncia em julho um projeto para investir cerca de R\$ 4 bilhões até 2010 em saneamento básico de comunidades indígenas e quilombolas, além de pequenos municípios vulneráveis à doenças endêmicas. O dinheiro será aplicado através da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O projeto para comunidades indígenas e quilombolas foi apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada e está em processo de finalização. Resta fechar com o Ministério do Planejamento os recursos necessários e palavra final de Lula.

O presidente da Funasa, Danilo Forte, antecipou ao G1 a prioridade dos novos investimentos: aldeias indígenas; comunidades quilombolas; os cerca de 150 municípios com os maiores índices de mortalidade infantil; cidades com altos níveis de malária e doença de chagas, com Índice de Desenvolvimento Humano menor de 0,65 e do Nordeste Setentrional.

Nas comunidades de índios, o objetivo da Funasa é elevar de 62%, para 90% o índice de saneamento básico, o que consumirá R\$ 220 milhões até o último ano do mandato de Lula. Além disso, a meta é levar água e esgoto para a metade da população quilombola do país.

Segundo Forte, as comunidades de brasileiros afro-descendentes sofrem com pior qualidade de saneamento do que as indígenas. “Das 1.100 comunidades quilombolas existentes no Brasil, selecionamos 400 e teremos um investimento de R\$ 180 milhões até 2010. Nessas áreas, esgoto e água são praticamente inexistentes”, disse ao G1.

Para reduzir índices de malária, o governo vai patrocinar ações de drenagem de iguarapés. Segundo o presidente da Funasa, foram escolhidos 30 municípios que fazem parte da Amazônia Legal para implementar as obras.

Prazos - Forte espera finalizar o programa esta semana e apresentá-lo ao presidente Lula na próxima. A expectativa é fazer o lançamento oficial no próximo mês e assinar os primeiros convênios para liberar os recursos em agosto. O dinheiro do programa constará de uma medida provisória.

“Todos os recursos virão do Orçamento da União e serão liberados depois de todos os processos de habilitação estiverem prontos”, disse Forte que prometeu a “checagem dos convênios com prefeituras, licitações para evitar desvio e irregularidades na implementação dos projetos. Os recursos para saneamento básico das áreas carentes somam-se aos R\$ 50 bilhões que o governo destinará para obras de saneamento e habitação nas capitais e regiões metropolitanas dos 26 estados mais o Distrito Federal.

Da mesma maneira das obras em saneamento nas regiões metropolitanas, a liberação dos recursos da Funasa ocorrerá através de parcerias com estados e municípios, mas como os recursos vêm do Orçamento não há contrapartida.

54. ES - Quilombolas de todo o país vão se reunir no Sapê do Norte - OBQuilombola - Data: 28/6/2007 - Fonte: Site Século Diário em 21/06/2007

Por ser a terceira área quilombola mais impactada do País, o Sapê do Norte sediará nos dias 27, 28 e 29 de julho próximo o Encontro Nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas (Conaq). Ao todo serão mais de 50 representantes de todo o País, que virão ao Estado conhecer os quilombolas que vivem ilhados por eucaliptos no norte do Estado.

A intenção dos participantes, segundo o quilombola Domingos Firmiano, que é do Sapê do Norte e também faz parte da Conaq, é conhecer a realidade das comunidades do Espírito Santo que vivem ilhadas nos eucaliptais.

Além da dificuldade de sustentar a comunidade devido à degradação em suas terras, os quilombolas já denunciaram à Conaq atos como os dos fazendeiros e da Aracruz Celulose. Segundo as comunidades, os fazendeiros vêm buscando levantar a comunidade contra os negros através dos meios de comunicação da região. Eles já se reuniram publicamente e discutiram estratégias para lançar a comunidade contra os quilombolas.

O Sapê do Norte é um território formado por Conceição da Barra e São Mateus.

Além da realidade das comunidades, os participantes deverão debater políticas públicas. Entre elas, o projeto de decreto legislativo que susta a aplicação do decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 da Constituição Federal.

O projeto vem deixando os quilombolas preocupados. O projeto foi proposto pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que é engenheiro agrônomo e foi diretor da empresa Agros Consultoria e Planejamento, e Waldir Neves Barbosa, co-autor e também empresário e produtor rural.

O Sapê do Norte foi ocupado pelos eucaliptais da Aracruz Celulose, entre outras empresas, e fazendeiros. Antes disso, a região abrigava centenas de comunidades na década de 70. Pelo menos 12 mil famílias de quilombolas habitavam o norte do Estado. Atualmente resistem entre os eucaliptais canaviais e pastos cerca de 1,2 mil famílias. Em todo o Espírito Santo existem cerca de 100 comunidades quilombolas.

No total, pertencem aos negros cerca de 50 mil hectares no Estado, que por lei terão que ser devolvidos.

55. Parceiros do Ministério do Desenvolvimento Social fazem doação de leite a indígenas – MDS - 28/06/2007

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) doaram, no início do mês de junho, 2.232 quilos de leite em pó e 27 litros de leite in natura às aldeias indígenas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A doação ocorreu em atendimento a solicitação de apoio feita pela Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Segundo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável pela destinação dos donativos, os alimentos vão beneficiar 560 crianças das tribos Guarani-Kaiowá, Amambáí, Caarapó, Paranhos e Iguatemi. Parte das mais de duas toneladas de leite em pó arrecadadas veio das inscrições para a Corrida dos Carteiros. O evento foi realizado em Campo Grande e para participar era necessário doar 800 gramas de leite em pó. De acordo com a gestora de Projetos Sociais dos Correios, Olga Martinez, os funcionários das agências localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul também fizeram doações. Para completar o volume total da arrecadação, a Conab doou 1.000 quilos do produto. Para a dirigente da SAIP, Kátia Campos, a ação vai ao encontro da política do Ministério. “É fundamental dar visibilidade à causa indígena e é bom saber que sempre podemos contar com o auxílio destes valorosos parceiros”, disse.

56. Começa prazo para apresentação de projetos para comunidades quilombolas - MDS - 29/06/2007

A partir de hoje, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estará recebendo propostas para apoio financeiro a projetos de segurança alimentar e nutricional para famílias residentes em comunidades quilombolas, a serem desenvolvidos nos territórios dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads). O edital de seleção foi publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira (29/06) e pode ser acessado no sítio eletrônico do Ministério.

Com a iniciativa, o MDS pretende investir em projetos que priorizem a promoção da segurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas. Também é objetivo direcionar a produção de auto-consumo de alimentos saudáveis - de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente - que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis e focadas na produção alimentar diversificada.

Podem participar do edital entidades privadas que atuem em parceria com entes federados

(Estados ou Municípios), representativas de Municípios de cada território de Consad, cuja finalidade seja a promoção da segurança alimentar e nutricional aliada ao desenvolvimento local. Os representantes das comunidades quilombolas deverão assinar documento autorizando a organização proponente a apresentar o projeto em seu nome e esse documento também deverá ser anexado ao projeto Consad para Quilombolas.

Quanto ao apoio orçamentário a ser concedido, os valores variam entre R\$ 30 mil e R\$ 100 mil, de acordo com o número de famílias envolvidas na proposta, definidos entre grupos menores de 35 famílias até associações com mais de 140 famílias. O total do investimento será de R\$ 900 mil.

A data final para envio eletrônico e postagem da cópia impressa da proposta é 19 de julho. A divulgação dos resultados ocorrerá no dia 20 de agosto de 2007. A seleção dos projetos será realizada por comissão de avaliação, composta por no mínimo cinco membros, designados por Portaria ministerial, do MDS, publicada no Diário Oficial da União. Os integrantes deverão pertencer ao MDS, à Secretaria Especial de Políticas de Promoção Racial (Seppir), Fundação Cultural Palmares, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq).

Integração solidária – Atualmente, em todo o País, o MDS apóia 40 Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, que representam 576 Municípios nas regiões Norte (68), Nordeste (158), Centro-Oeste (44), Sudeste (153) e Sul (153), onde residem mais de 11 milhões de pessoas de 26 Estados. Organizadas territorialmente a partir de semelhanças econômicas, ambientais, históricas e sociais, as cidades buscam o progresso conjunto com a articulação e estímulo de iniciativas que valorizem suas potencialidades e garantam que a riqueza produzida seja revertida em benefício das próprias populações.

57. Projetos para indígenas concorrem a apoio financeiro do Governo Federal – MDS - 29/06/2007

Está aberto o prazo para recebimento de propostas de projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional em atividades produtivas e desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas. O edital do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi publicado, nesta sexta-feira (29/06), no Diário Oficial da União.

O documento possibilita a participação de Prefeituras municipais em ações direcionadas a grupos indígenas, principalmente voltadas ao estímulo e à obtenção de meios próprios para produção de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para o auto-consumo. De acordo com o edital, as Prefeituras deverão obrigatoriamente apresentar os projetos em parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs), com experiência comprovada em gerência de trabalhos com indígenas.

A intenção do Governo Federal é integrar as organizações não-governamentais e os Municípios para que, em parceria, colaborem com a melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional desses povos, fortalecendo ainda os projetos da Carteira Indígena já executados e com a prestação de contas aprovada. Podem participar do edital ONGs brasileiras sem fins lucrativos e Prefeituras Municipais que tenham em seu território comunidades indígenas em risco de segurança alimentar e nutricional. Serão financiados os projetos até o limite orçamentário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os valores vão variar de acordo com o número de famílias atendidas. A comissão que avaliará os projetos será composta por cinco membros, designados por portaria ministerial (do MDS) a ser publicada no Diário Oficial da União. Os integrantes deverão

pertencer ao MDS, Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e um representante indígena indicado pelo Grupo Gestor da Carteira Indígena. O recebimento das propostas termina no dia 30 de julho e a publicação dos resultados será feita em 29 de agosto. O texto completo do edital está no sítio eletrônico.

58. Fortaleza (CE) sedia mesa de debates em defesa da segurança alimentar dos povos indígenas – MDS - 29/06/2007

Confirmado para o próximo domingo (01/07), em Fortaleza, Ceará, o Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos Indígenas, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A abertura do evento, às 15h, será feita pelo diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do MDS, Marco Aurélio Loreiro.

O principal objetivo do encontro é garantir a participação indígena no processo de construção e decisões durante a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - que acontecerá de 03 a 06 de julho, na capital cearense - a partir do acesso a informações qualificadas, que vão contribuir para a defesa dos direitos dos povos e do exercício efetivo da cidadania.

Participarão do seminário 60 delegados indígenas, representantes de diferentes etnias, conselheiros governamentais e não-governamentais, gestores públicos e organizações ligadas ao tema. A programação do encontro inclui palestras com apresentação dos principais conceitos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) e do Documento Base da III Conferência, seguida de debates e intervenções dos participantes. O encontro prossegue na segunda-feira (02), com trabalhos em grupos a partir da definição de eixos temáticos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

